

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA
DO ANO DE 2022
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2022

NO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA

EM

BRAGANÇA

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
AMB	Assembleia Municipal de Bragança
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
AR	Assembleia da República
CCDR-N	Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte
CDU	Coligação Democrática Unitária
CIM-TTM	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes
CM	Câmara Municipal
CMB	Câmara Municipal de Bragança
CML	Câmara Municipal de Lisboa
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGEG	Direção Geral de Energia e Geologia
EVM	Estado e Vida do Município
GM	Grupo Municipal
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IMT	Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis
INTEC	Instituto de Tecnologia Comportamental
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
JF	Junta de Freguesia
ONG	Organização não Governamental
PAOD	Período de Antes da Ordem do Dia
PCP	Partido Comunista Português
PJF	Presidente de Junta de Freguesia
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Plano de Desenvolvimento Rural
PM	Primeiro Ministro
POD	Período da Ordem do Dia
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
UF	União das Freguesias
ULSNE	Unidade Local de Saúde do Nordeste
SCMB	Santa Casa da Misericórdia de Bragança

Quinta Sessão Ordinária/2022 da Assembleia Municipal de Bragança, realizada no dia 16 de dezembro, no Auditório Paulo Quintela, em Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
Quórum	8,92
Expediente	8
Instalação de membros suplentes	11
Membros que solicitaram substituição	11
Membros suplentes convocados	11
Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Adriano Moreira	14
Proposta de Recomendação - <i>Pela eliminação da pobreza energética.</i>	17
Presenças e faltas	149

ORDEM DE TRABALHOS	
1 - ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 4.ª Sessão Ordinária do ano de 2022, realizada no dia 16 de dezembro.	12
2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.	12
3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	12
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	21
4.1 - Discussão e deliberação sobre a proposta da Mesa da Assembleia Municipal - Associação à tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança sobre as quebras de produção da castanha na Terra Fria do Nordeste Transmontano, nos precisos termos e fundamentos que constam da certidão remetida pela Câmara Municipal de Bragança.	21
4.2 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	28

4.3 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	75
4.3.1 – Documentos Previsionais para o Ano de 2023 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Anexos;	75
4.3.2 – Proposta da Vigésima Segunda Modificação – Quarta Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita; Quarta Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa; Quarta Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e Quarta Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal para o Ano de 2022;	102
4.3.3 – Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no Ano de 2023;	105
4.3.4 – Majoração e Minoração da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a Prédios Urbanos Degradados	109
4.3.5 – Apoio Financeiro às Freguesias – Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias;	115
4.3.6 – Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Construção e Requalificação de Centros de Convívio;	117
4.3.7 – Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Realização de Feiras e Certames;	120
4.3.8 – Proposta de Atribuição de Apoios para Melhorias Habitacionais em Zona Rural e Urbana – 2022 (2.ª Fase);	122
4.3.9 – Serviços de Gestão de Recolha Indiferenciada, Recolha Seletiva, Transporte de Resíduos e Limpeza Urbana nos Municípios da Terra Fria Transmontana - Concurso Público com Publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia;	126
4.3.10 – Desafetação de Parcela de Terreno do Domínio Público para o Domínio Privado Municipal, na Zona Industrial das Cantarias à Margem da Circular Interior de Bragança.	138
4.4 – Discussão e tomada de conhecimento sobre a constituição e composição do Grupo de Trabalho para a revisão do regimento da Assembleia Municipal de Bragança.	144
4.5 – Discussão e tomada de conhecimento das deliberações da Câmara Municipal de Bragança:	145

4.5.1 – Entidades Participadas – Documentos Previsionais para o Ano de 2023;	145
4.5.2 – Propostas de Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no Âmbito da Autorização Genérica, conforme Deliberação da Assembleia Municipal em Sessão de 22 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022 (Reuniões de Câmara de: 27 de setembro, 10 e 24 de outubro, 14 e 28 de novembro e 7 de dezembro).	147

INTERVENÇÕES:

Nome	Página (s)
Amparo Alves	70
António Anes	20
António Malhão	12,16,19,74
Isabel Ribeiro	24,96
João Ortega	72,142
José Castro	15,16,20,24,73,100,117,137
Júlio de Carvalho	100
Luís Fernandes	27,73
Luís Pires	18,74,92
Presidente da Câmara	43,63,67,74,82,101,109,136,137,140,142,143,153
Presidente da Assembleia	12,24,144,152

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

Nome	Página (s)
António Malhão	66
Isabel Lopes	66
João Ortega	140
José Castro	65
Luís Fernandes	66
Luís Pires	64,137

DECLARAÇÃO DE VOTO:

Nome	Página (s)
António Anes	144
António Malhão	20
João Ortega	143
José Castro	16,114
Luís Pires	20,101

Aos dezasseis dias do mês de dezembro, realizou-se, no Auditório Paulo Quintela, em Bragança, a Quinta Sessão Ordinária do ano de 2022, desta Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos, e fim às dezassete horas e quatro minutos, na qual participaram setenta e seis membros, dos setenta e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:

“1 - ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 4.^a sessão ordinária do ano de 2022, realizada em 26 de setembro.

2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – Discussão e deliberação sobre a proposta da Mesa da Assembleia Municipal - Associação à tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança sobre as quebras de produção da castanha na Terra Fria do Nordeste Transmontana, nos precisos termos e fundamentos que constam da certidão remetida pela Câmara Municipal de Bragança.

4.2 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

4.3 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.3.1 – Documentos Previsionais para o Ano de 2023 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Anexos;

4.3.2 – Proposta da Vigésima Segunda Modificação – Quarta Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita; Quarta Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa; Quarta Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e Quarta Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal para o Ano de 2022;

4.3.3 – Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no Ano de 2023;

4.3.4 – Majoração e Minoração da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a Prédios Urbanos Degradados;

4.3.5 – Apoio Financeiro às Freguesias – Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias;

4.3.6 – Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Construção e Requalificação de Centros de Convívio;

4.3.7 – Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Realização de Feiras e Certames;

4.3.8 – Proposta de Atribuição de Apoios para Melhorias Habitacionais em Zona Rural e Urbana – 2022 (2.ª Fase);

4.3.9 – Serviços de Gestão de Recolha Indiferenciada, Recolha Seletiva, Transporte de Resíduos e Limpeza Urbana nos Municípios da Terra Fria Transmontana - Concurso Público com Publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia;

4.3.10 – Desafetação de Parcela de Terreno do Domínio Público para o Domínio Privado Municipal, na Zona Industrial das Cantarias à margem da Circular Interior de Bragança.

4.4 – **Discussão e tomada de conhecimento** sobre a constituição e composição do Grupo de Trabalho para a revisão do regimento da Assembleia Municipal de Bragança.

4.5 – **Discussão e tomada de conhecimento das seguintes deliberações da Câmara Municipal de Bragança:**

4.5.1 – Entidades Participadas – Documentos Previsionais para o Ano de 2023;

4.5.2 – Propostas de Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no Âmbito da Autorização Genérica, conforme Deliberação da Assembleia Municipal em Sessão de 22 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022 (Reuniões de Câmara de: 27 de setembro, 10 e 24 de outubro, 14 e 28 de novembro e 7 de dezembro).”

QUÓRUM – Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos, às nove horas e trinta minutos e foram presentes:

A Sr.ª **Presidente da Assembleia Municipal** começou por cumprimentar todos os presentes, bem como aqueles que acompanham a sessão via streaming, e informou que se encontrava também presente, pela primeira vez, a trabalhadora do Município, Rosa Cadime, que substituirá, por motivos de aposentação próxima, a trabalhadora Luísa Jesus, passando, assim, a integrar os Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.

EXPEDIENTE: Alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE CORRESPONDÊNCIA MAIS RELEVANTE
ENTRADA, E EMITIDA, NOS SERVIÇOS DE APOIO À ASSEMBLEIA
MUNICIPAL, DESDE A REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE, REALIZADA
NO DIA 20/09/2022**

ENTRADA

Data	Remetente	Assunto
20/09	ANAM	Webinar sobre "Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas".
30/09	ICNF	Sessões participativas – Modelo de gestão – Parque Natural de Montesinho.
06/10	ANAM	Publicação "As Assembleias Municipais e a Reforma do Poder Local – Atas do Seminário do dia 26 de Maio de 2012-Mirandela
06/10	ANAM	Publicação "Pela Nossa Terra – Trás-Os-Montes 2022.
06/10	ANAM	Publicação "Guia Prático das Assembleias Municipais – Perguntas e Respostas – Direitos e Deveres
12/10	ANAM	Gestão de riscos na governação pública local e os desafios da auditoria.
24/10	Líder do GM do PSD	Indicação do nome do membro para integrar a Comissão de Revisão do Regimento da AMB.
24/10	Líder do GM da CDU	Indicação do nome do membro para integrar a Comissão de Revisão do Regimento da AMB.
25/10	Líder do GM do Chega	Indicação do nome do membro para integrar a Comissão de Revisão do Regimento da AMB.
26/10	Líder do GM do PS	Indicação do nome do membro para integrar a Comissão de Revisão do Regimento da AMB.
02/11	Líder do GM dos Presidentes de Junta de Freguesia/União de Freguesias	Indicação do nome do membro para integrar a Comissão de Revisão do Regimento da AMB.
10/11	ANAM	Brochura informativa sobre alterações à Lei de Estrangeiros.

22/11	José Castro – Líder do GM da CDU	Requer documentos relativos às obras em curso na Cidadela/Zona Histórica de Bragança.
25/11	ANAM	Revista n.º 23 da ANAM.
30/11	CMB	Proposta de Orçamento Municipal para o ano de 2023.
30/11	CMB	Tomada de posição sobre as quebras de produção de castanha na Terra Fria do Nordeste Transmontano.

EMITIDA

Data	Destinatário	Assunto
22/09	Membros da AMB	Webinar sobre "Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas".
03/10	Membros da AMB	Sessões participativas – Modelo de gestão – Parque Natural de Montesinho.
11/10	Membros da AMB	Brochura informativa sobre alterações à Lei de estrangeiros.
12/10	Membros da AMB	Gestão de riscos na governação pública local e os desafios da auditoria.
24/10	Líderes dos grupos municipais da AMB	Solicitação da indicação do elemento para integrar a Comissão de Revisão do Regimento da AMB.
22/11	CMB	Solicitação de documentos relativos às obras em curso na Cidadela/Zona Histórica de Bragança.
26/11	Membros da AMB	Revista n.º 23 da ANAM.
30/11	Membros da AMB	Proposta de Orçamento Municipal para o ano de 2023.
02/12	Membros da AMB	Tomada de posição sobre as quebras de produção de castanha na Terra Fria do Nordeste Transmontano.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

MANDATOS – MEMBROS:

SUSPENSÃO DE MANDATO

PS - João Ricardo Miranda da Cruz (PS) – de 05/12/2022 a 05/12/2023 – Substituído por Fernando Rogério Preto Pires.

INSTALAÇÃO:

PS:

- Pedro José Pires Rego;
- Manuel Santos Fernandes.

SUBSTITUIÇÕES:

- de membros efetivos:

PSD – Paulo Manuel Almeida da Veiga.

PS – Fernando Rogério Preto Pires (efetivo no período de 05/12/2022 a 05/12/2023), António Rodrigues Vieira, Cláudia Luísa Baptista F. G da Costa e Paulo Daniel Oliveira Lopes.

- de presidentes de Junta de Freguesia:

- César Gustavo Garrido (JF de Outeiro) – Fez-se substituir por José Francisco Baptista;
- Albino Alves Rodrigo (UF de Rebordainhos e Pombares) – Fez-se substituir por Marta Maria Martins Caminha.

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:

PSD: António Manuel Afonso Pires.

PS: Paulo Alexandre Gonçalves Barreira, Pedro José Pires Rego, Miguel Correia Sampaio da Veiga e Manuel Santos Fernandes.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia** informou que a Grelha “A” seria aplicada a todos os pontos da Ordem de Trabalhos, à exceção do ponto 4.3.1 – Documentos Previsionais para o Ano de 2023 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Anexos, ao qual seria aplicada a Grelha “D”.

Ponto 1 - ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 4.ª sessão ordinária do ano de 2022, realizada em 26 de setembro.

Não tendo havido discussão, foi a mesma ata submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, uma abstenção e sessenta e um votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e dois membros presentes.

Não houve declarações de voto.

PONTO 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção – Não houve inscrições.

Neste momento, a Sr.ª **Presidente da Assembleia**, a pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal, convidou todos os senhores membros da AM, senhores vereadores e funcionários dos Serviços de Apoio à AM para o almoço de Natal, a realizar no restaurante “Acácio”.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Fizeram intervenções os membros António Malhão (PSD), José Castro (CDU) e António Anes (Chega).

António Malhão – Fez a seguinte intervenção, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Neste tempo de Natal e praticamente de final de ano, mais do que balanços e reflexões sobre a nossa vida coletiva, marcada por incertezas e grandes dificuldades provocadas pela insensatez e pela voracidade de lideranças políticas insanas e sem humanidade, importa destacar aqui hoje e valorizar a imensidão de pessoas e de instituições que lutam quotidianamente em prol do bem comum, principalmente ao nível local, nas nossas aldeias, na nossa vila e na nossa cidade de Bragança.

Neste particular quero dar um cumprimento e uma saudação muito especial alargados, aproveitando esta oportunidade também para expressar um voto de boas festas a todos os presentes e não só.

- Senhora Presidente da Mesa, Senhores secretários,
- Senhor Presidente da Câmara, *Sr. Vice Presidente*, Senhores vereadores

- Caros colegas do GM do PSD e todos os restantes membros eleitos da AM
- Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia
- Colaboradores do Município presentes e todos os demais
- Comunicação Social e público presente fisicamente e virtualmente

- Todos os dirigentes das instituições públicas e privadas da cidade, nomeadamente do sector da saúde, da educação, dos Bombeiros, da proteção civil, da segurança, IPSS, ONG, voluntários e sociedade civil em geral. *A sociedade é feita da soma de todas estas partes. É natural que a Câmara tenha um papel cimeiro no processo de desenvolvimento local, a Câmara sozinha não consegue levar, de facto, o projeto a bom porto se não tiver a colaboração deste imenso exército que no dia a dia se preocupa com o bem estar comum.*

E, de facto, neste período festivo era isso que eu queria salientar, quanto mais com as dificuldades que já nós conhecemos e que ouvimos todos os dias falar nelas na Comunicação Social, seja a guerra na Ucrânia, seja a inflação, seja a seca, seja as dificuldades dos nossos agricultores, que iremos ter a oportunidade depois, também de falar nisso, queria, de facto, deixar esta mensagem, com o espírito positivo de valorização e reconhecimento do esforço de todos e também naturalmente uma palavra de saudação especial, hoje, a todos os restantes membros que constituem a oposição do Município, também é importante o vosso contributo e o vosso trabalho nesta Assembleia e não só, portanto também quero valorizar o vosso trabalho.

Depois dos cumprimentos natalícios e desta breve introdução, quero apresentar também em nome do Grupo Municipal do PSD um voto de pesar pela morte do Professor Adriano Moreira, acontecida recentemente, *como todos sabem*. Aliás na linha do que já foi feito pela AR, pela CML, pela CMB e também por alguns partidos políticos.

Sendo esta Assembleia Municipal o órgão deliberativo e cimeiro do Município não pode deixar de se associar e de acompanhar todos os votos de pesar pela morte do Prof. Adriano Moreira já apresentados por outros órgãos.

Em devido tempo, certamente que a Câmara Municipal de Bragança saberá homenagear de forma mais vincada e *mais visível* uma personalidade que marcou de forma indelével a vida cultural e cívica do *nosso* município, principalmente nas duas últimas décadas, *respondendo sempre aos desafios quer do anterior Presidente Eng.º Jorge*

Nunes, quer do atual Presidente Dr. Hernâni Dias, e, de facto, ele será, certamente, merecedor a curto prazo da atribuição do seu nome a uma das artérias principais de Bragança”.

De seguida, apresentou o seguinte **Voto de Pesar**, suportado no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Adriano Moreira

O Professor Adriano Moreira, nasceu na freguesia de Grijó, concelho de Macedo de Cavaleiros e partiu ainda muito novo para Lisboa, onde fez praticamente toda a sua longa e meritória carreira.

Tratou-se sem dúvida de uma das personalidades mais destacadas do país e de um dos mais ilustres e insignes transmontanos, respeitado e admirado por todos, mesmo por aqueles que discordavam do seu pensamento. A sua vida foi pautada sobretudo pelos valores do humanismo, da democracia cristã e da doutrina social da Igreja.

Era mesmo considerado por muitos como um sábio do nosso país. A sua dimensão intelectual e cultural fica esculpida para a eternidade com o seguinte epitáfio: “uma sabedoria generosa que percorreu um século de Portugal”.

O professor Adriano Moreira foi uma figura com uma intensa atividade cívica, política e académica, com um contributo cimeiro no ensino universitário português, nomeadamente na área dos estudos estratégicos e geopolíticos, ao qual dedicou grande parte da sua vida.

Isso ficou bem expresso numa entrevista dada a um órgão de comunicação social, na qual afirmou: “A minha vida foi a escola, sobretudo. A intervenção política foi mais por obrigação cívica”.

De lembrar ainda as múltiplas distinções honoríficas que o Professor Adriano Moreira recebeu ao longo da sua vida, as últimas das quais a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal, em 2017, e a Grã-Cruz da Ordem de Camões de Portugal, em 2022.

Por ocasião da celebração do seu 100.^o aniversário, que assinalou precisamente este ano, o Professor Adriano Moreira recebeu também da Câmara Municipal de Lisboa a Medalha de Honra da Cidade.

Apesar da sua grandeza e do seu estatuto, nunca perdeu a sua genuinidade, simplicidade e modéstia intelectual, tendo mantido sempre uma ligação de proximidade e de grande relevo com as suas raízes transmontanas, particularmente com Bragança.

O seu altruísmo e generosidade invulgares, e o seu vínculo com Bragança ficarão gravados para os anais da história com a doação à nossa cidade do seu espólio pessoal, abdicando desinteressadamente de bens de valor imensurável e inalienável.

Foi assim com inteira justiça e enorme sentido de gratidão que o seu nome foi atribuído pela Câmara Municipal de Bragança ao Centro Cultural e Biblioteca Municipal, no qual está também sedeadada a Biblioteca Professor Adriano Moreira.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária no dia 16 de Dezembro de 2022, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento do Professor Adriano Moreira e endereça sentidas condolências à família e a todas as instituições que integrou e serviu de forma abnegada.

Mais delibera o envio deste voto de pesar aos familiares e às instituições a que o Professor Adriano Moreira esteve diretamente ligado.

O Proponente – António Malhão (Grupo Municipal do PSD)”

Não houve pedidos de esclarecimento.

Fizeram intervenção os membros José Castro (CDU) e António Malhão (PSD).

José Castro – Referiu que a CDU gostaria de separar o que é o pesar de alguém que perde um ente querido, em que as condolências são devidas à família, sendo que foi um académico insigne, que, como tantos transmontanos, vingaram fora destas terras. Acrescentou que isso era indissociável do percurso da personalidade, e que a CDU não se podia associar a uma pessoa que, quanto ao seu pensamento político, a história acabou por o derrotar, bem como ao regime que ele serviu enquanto Secretário de Estado do Ultramar e Ministro do Ultramar. Também ficou marcado por assinar o Decreto que reabriu o Campo de Concentração do Terrafal, onde morreu o Secretário-geral do PCP, partido esse que viria a ser legalizado com o 25 de Abril e que hoje está presente na AM, desde

que há poder local democrático. Afirmou, ainda, que, nesse campo de concentração, foram presos os dirigentes dos futuros países africanos de língua oficial portuguesa, os quais não deixaram, posteriormente, de ser independentes. Frisou, por fim, que foi derrotado, porque foi presidente de um partido que, hoje, apesar de ter tido a presidência da CM de Bragança, não está na AM de Bragança, assim como não está na Assembleia da República.

Terminou, manifestando que o voto da CDU seria contra.

António Malhão – Referiu que compreendia a intervenção do Sr. membro da CDU, mas que ele não havia lido a história toda, porque não disse que o Professor Adriano Moreira foi, como advogado, defensor de presos políticos da PIDE, que foi tão democrata ou mais do que muitos camaradas do Sr. membro da CDU e que foi uma vítima do próprio comunismo, sendo que, agora, estava a fazer-se justiça por pessoas isentas e imparciais, até fora das lides políticas e partidárias.

De seguida, foi o mesmo Voto de Pesar submetido a votação, tendo sido aprovado, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, duas abstenções e sessenta e sete votos a favor, estando, momentaneamente, setenta membros presentes.

O membro José Castro (CDU) manifestou a sua intenção de voto na intervenção que proferiu.

José Castro – Começou por, em nome da CDU, fazer referência a alguns pontos importantes e relevantes para a vida do Município.

Referiu que a CDU se associava à justa luta por reivindicações de dois coletivos de trabalhadores do nosso Município. O primeiro, de trabalhadores da Faurécia, que realizou três dias de greve, que chegaram a atingir uma adesão de 70% dos trabalhadores, para terminar com o trabalho precário, mal remunerado e, muitas vezes, sem condições, situação histórica para o nosso Município.

Deixou, por fim, um voto de solidariedade e, sobretudo, a disponibilidade, para acompanhar estas mais que justas reivindicações.

Quanto ao segundo grupo de trabalhadores, referiu serem os eternamente precários, e os responsáveis por recolher e transportar os resíduos sólidos do Município de Bragança e de outros, assim com da limpeza urbana, e que, muitos deles, com mais de quinze anos de serviço, continuam a ser precários e trocados de uma empresa para a

outra, em termos de contratação, o que leva a que não sejam consideradas as diuturnidades e antiguidade.

Solicitou que ficasse em ata a associação da CDU a esta justa luta dos trabalhadores.

A terminar, referiu-se, também, à anunciada extinção da Direção Regional de Agricultura, afirmando que a CDU estava a acompanhar este processo e que a sua posição será mais consubstanciada, logo que possível.

De seguida, apresentou a seguinte **Proposta de Recomendação**, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Proposta de Recomendação

Pela eliminação da pobreza energética

Pobreza Energética é definido pelos responsáveis e especialistas como a situação em que as famílias não têm capacidade de aquecer ou arrefecer as suas casas adequadamente, ou de satisfazer outros serviços energéticos a um custo aceitável. As consequências desastrosas da liberalização dos mercados energéticos sobre os consumidores mais vulneráveis, em particular no contexto da crise socioeconómica que as economias europeias atravessam desde 2008/2009, tem revelado situações dramáticas de privação nesta matéria de largos setores da população, elementos determinantes da pobreza e da exclusão social.

Com o agravamento do custo de vida e o aumento dos preços da energia dos últimos meses, são ainda maiores as dificuldades de muitas famílias no "acesso aos serviços energéticos essenciais". A taxa de inflação e a acentuada crise energética coloca Portugal neste momento como quinto país com maior risco de pobreza energética na EU, o que atendendo à situação de partida e às previsões de conjuntura, tem tendência para se agravar ainda mais.

Pela natureza do seu clima, o envelhecimento da sua população, e degradação do Serviço Nacional de Saúde local, Bragança é um dos municípios que no contexto nacional, mais está exposto aos riscos inerentes à pobreza energética. Urge por isso combater este flagelo que afeta sobremaneira todas aquelas famílias já de si economicamente vulneráveis, seja pelas condições de habitabilidade da sua residência, seja pelas vicissitudes da saúde e bem-estar da população mais idosa.

Em face do exposto, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida a 16 de dezembro de 2022, delibera recomendar ao Município que:

1. Proceda à sinalização e caracterização, em conjunto com as Juntas de Freguesia, de todas as situações de Pobreza Energética no Município, inventariando as necessidades mais urgentes de intervenção;
2. Exija do Governo, a manutenção de um mercado regulado de eletricidade, única forma de salvaguardar os consumidores nele abrigados dos efeitos especulativos sobre o preço da eletricidade;
3. Exija do Governo, a redução da tarifa regulada, no sentido da redução dos preços, tanto para consumidores domésticos, como para as micro, pequenas e médias empresas, que continuam a enfrentar enormes dificuldades económicas e sociais;
4. Exija do Governo, a extensão das tarifas reguladas também ao gás natural, gás butano ou propano, engarrafado e canalizado, bem como a determinação de um preço máximo para os combustíveis líquidos, nomeadamente gasolina e gasóleo.

A enviar para os Ex^{mos.}:

- Sr. Primeiro-Ministro;
- Sr. Ministro das Finanças;
- Sr. Ministro da Economia e do Mar;
- Sra. Ministra da Coesão Territorial
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Assembleias Municipais do distrito de Bragança;
- Comunicação Social.

O Subscritor – José Castro (Grupo Municipal da CDU)”

Não houve pedidos de esclarecimento.

Fizeram intervenção os membros Luís Pires (PS), António Malhão (PSD) e José Castro (CDU).

Luís Pires – Referiu que o tema de apoiar os que mais necessitam é transversal a todas as forças políticas e a todo o ser humano que seja digno desse entendimento.

Quanto ao texto introdutório da proposta, referiu que não percebia o motivo da mistura da questão da parte energética com o Serviço Nacional de Saúde, a não ser que

a intenção estivesse relacionada com o atingir de objetivos dos membros da CDU. Considerou, ainda, que no texto há coisas que são incoerentes, outras aceitáveis, mas difíceis de entender.

Relativamente ao ponto 1, questionando a sua operacionalização, referiu que este procedimento tinha que ser regulamentado.

Quanto aos pontos 2, 3 e 4, referiu que entende que o mercado regulado da eletricidade já existe, que as pessoas de maior precariedade já podem mudar. No que diz respeito à redução da tarifa regulada, referiu que tem havido sensibilidade de toda a Europa e do Governo Português para a atribuição de apoios, nomeadamente neste período excecional que vivemos. Quanto aos combustíveis, frisou que a margem das empresas operadoras já foi regulada, mas que para haver um preço de combustível muito mais baixo para o consumidor tem que ser feita uma alteração na estrutura de impostos do país.

Relativamente à tarifa regulada do gás natural, referiu que também já existe.

Terminou, referindo que o PS concordava com parte do texto apresentado, mas não com a mistura que era feita, porque algumas facetas já existiam, outras não são exequíveis e outras não são passíveis de serem operacionalizadas com rigor, pelo que a posição do seu Grupo Municipal seria de abstenção.

António Malhão – Quanto ao título da Proposta de Recomendação, referiu que todos estavam de acordo e que assinavam por baixo, bem como percebia a posição do Líder do GM do PS, porque se tratava de um cartão vermelho ao Governo, sendo que o PSD tem vindo a exigir, recorrentemente, a redução do IVA na fatura energética e nos combustíveis, sem ter obtido resposta. Acrescentou ser incompreensível que, em territórios de baixa densidade e transfronteiriços, uma botija de gás custe cerca de metade daquilo que custa em Bragança e também que o gás natural seja mais caro em Bragança do que em Lisboa.

Referiu, ainda, que o Governo devia criar um regime especial para regiões com um clima adverso como o de Bragança. E que era justo que, uma vez que também se contribuía nos custos indiretos na fatura de energia para que os açorianos e os madeirenses tenham um custo de energia mais baixo, regiões como a nossa também beneficiem desse estatuto.

Também referiu que, para o GM do PSD, o importante do documento apresentado é a sua essência, que é o exigir do Governo, porque a Câmara, o que podia fazer, tem-no feito.

Terminou, referindo que o PSD iria votar a favor desta proposta.

José Castro – Referiu que lhe parecia que a intervenção do Líder do GM do PS veio defender o Governo. Tendo frisado que, se temos, hoje, um custo de energia elétrica mais baixo, do que, por exemplo, a vizinha Espanha, é porque se conseguiu regular, sendo que o PCP teve uma influência bastante grande para tal.

Acrescentou que a referência ao Serviço Nacional de Saúde se prendia com o facto de ele ter que ser reforçado, dado termos uma população bastante idosa, que, no inverno, sofre de doenças respiratórias, aumentando a mortalidade.

De seguida, foi a mesma Proposta de Recomendação submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, doze abstenções e sessenta e dois votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e quatro membros presentes.

Fizeram declaração de voto os membros António Malhão (PSD), o qual manifestou a sua intenção de voto favorável, na intervenção que proferiu, e Luís Pires (PS).

Luís Pires – Eu não costumo fazer a declarações de voto políticas, puramente políticas, mas hoje vai ter que ser. Só deixar claro que baixa densidade e interior não é a mesma coisa e, portanto, meu caro Eduardo Malhão é preciso, são muito diferentes e houve aqui uma confusão na intervenção que foi feita, mas é muito diferente, muito diferente. A nível político a nossa justificação é muito simples, quer dizer, já a nível nacional temos o PSD a ir a reboque do Chega e a nível local, agora, temos o PSD a ir a reboque da CDU, e, portanto, perante isto, não sei que mais podemos dizer.”

António Anes – Antes de iniciar a sua intervenção, referiu que a mesma estava prevista para o período da Ordem do Dia mas que, para agilizar a situação, a iria fazer no período que estava a decorrer, sendo que o Sr. Presidente da Câmara teria a oportunidade, de, quando o entendesse, dar resposta àquilo que ele iria expressar.

De seguida, fez a seguinte intervenção, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Sr. Presidente.

Não vou fazer grandes considerações sobre as contas do deve e haver do Município, já que estamos a atravessar um período de delegação de competências e o que é hoje não

o é amanhã, conforme referenciado no ponto 4.3.2 da ordem de trabalhos, sobre modificações, alterações e retificações, ficarão para outras oportunidades, nem sobre a zona histórica ou matadouro, dado estarmos a iniciar uma quadra de fraternidade e confraternização, deixo-lhe apenas duas questões:

- Como está a situação do Museu da Língua, em quanto vai onerar a mais o município?

- Os custos a mais são ou não repartidos proporcionalmente pelo município e fundos comunitários, ou serão suportados apenas pelo município?

- A outra tem a ver com a Igreja e convento de São Francisco, quais as perspetivas de revitalização daquele edificado e sua envolvente e fins a que se vai destinar.

Para igreja, penso eu, que, Bragança já tem em quantidade suficiente.

Para terminar, quero desejar a todas e todos os presentes, residentes, suas famílias e amigos, bem como às e aos migrantes do e no concelho de Bragança, seus familiares e amigos e a quem nos visitar, um Feliz Natal e um Próspero 2023.”

PONTO 4 - PERIODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto 4.1 – Discussão e deliberação sobre a proposta da Mesa da Assembleia Municipal - Associação à tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança sobre as quebras de produção da castanha na Terra Fria do Nordeste Transmontano, nos precisos termos e fundamentos que constam da certidão remetida pela Câmara Municipal de Bragança.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

“CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs. Vice-Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, e Vereadores, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Fernanda Maria Fernandes

Morais Vaz Silva e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **“TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE AS QUEBRAS NA PRODUÇÃO DE CASTANHA NA TERRA FRIA DO NORDESTE TRANSMONTANO** -----

----- Pelo Sr. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Considerando que: -----

----- O setor primário é o pilar de desenvolvimento de qualquer país, assumindo uma grande importância na economia regional e na criação de emprego e riqueza, nomeadamente em períodos de crise, como a que vivemos; -----

----- É sobejamente reconhecido que a cultura do castanheiro na Terra Fria do Nordeste Transmontano (Concelhos de Bragança e Vinhais) tem um papel fundamental no desenvolvimento económico, social e ambiental destes territórios; -----

----- A castanha é dos produtos agrícolas com maior potencial económico e rentabilidade na região de Bragança, representando um volume de negócios estimado em cerca de 100 milhões de euros, apenas no concernente às transações diretas (produto em fresco), sendo que cerca de 85% da produção nacional, tem origem na denominada Terra Fria do Nordeste Transmontano; -----

----- Na última década, assistiu-se ao crescimento acentuado de plantio de castanheiros, constituindo-se, cada vez mais, como um produto de alta rentabilidade, seja para empresários ligados à fileira, seja para reforço/suplemento do orçamento das famílias; -----

----- De acordo com o INE, no ano de 2021, em Portugal, a área ocupada com castanheiros era de 50.373 hectares tendo vindo a notar-se, nos últimos anos, um incremento muito significativo de novas plantações; -----

----- Devido ao aumento da produção nos últimos anos e à boa qualidade que apresenta, a castanha tem permitido manter, com larga vantagem, um saldo muito positivo na balança comercial, com cerca de 80% da produção a ser exportada para países como Espanha, França, Itália e Brasil e, apenas 20%, tem como destino o mercado interno; -----

----- A agricultura familiar tem relevante expressão social, económica, ambiental e territorial, pois representa 97% do número total das explorações, ocupa 56% da Superfície Agrícola Utilizada, contribui com 42% para o Valor da Produção Total e tem peso muito expressivo em Trás-os-Montes, região de baixa densidade que tem perdido população; -

----- O cancro, a tinta e, mais recentemente, a vespa das galhas do castanheiro tem comprometido a produção de castanha e, no presente ano, a seca extrema que se verificou no período estival e a falta de precipitação nos meses de setembro e outubro, acabou por comprometer a campanha da castanha; -----

----- Nesta data, é possível afirmar que a quebra da produção de castanha, nesta região, é superior, em média, a 80%, com evidentes perdas de rendimentos para os agricultores e famílias, acentuadas pelo aumento exponencial dos custos energéticos, entre outros. -----

----- Assim, pela expressiva importância que a fileira da castanha tem para a Terra Fria do Nordeste Transmontano e para Portugal, no presente e no futuro, contribuindo para a sustentabilidade destes territórios, propõe-se que o Governo de Portugal adote medidas urgentes e muito concretas de apoio aos produtores de castanha, por exemplo através do apoio financeiro direto, a título compensatório, tendo por base o diferencial entre a faturação desta campanha e a média aritmética dos três últimos anos (2019, 2020 e 2021).

----- Que a presente tomada de posição seja remetida para as seguintes entidades:-----

----- Sua Excelência o Presidente da República de Portugal; -----

----- Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal; -----

----- Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação; -----

----- Senhora Ministra da Coesão Territorial; -----

----- Senhor Secretário de Estado da Agricultura; -----

----- Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional; -----

----- Câmara e Assembleias Municipais dos Distritos de Bragança e Vila Real;-----

----- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; -----

----- Juntas/Uniãos de Freguesias do Concelho de Bragança; -----

----- Associações do setor; -----

----- Forças Vivas de Bragança; -----

----- Comunicação Social.” -----

----- Após análise e discussão foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Tomada de Posição sobre as Quebras na Produção de Castanha na Terra Fria do Nordeste Transmontano.” -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de novembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro”

A Sr.^a **Presidente da Assembleia** informou que foi recebido na Assembleia Municipal um ofício da Câmara Municipal de Bragança a remeter uma certidão sobre a tomada de posição relacionada com as quebras de produção da castanha na Terra Fria do Nordeste Transmontano, e que a Mesa da AM entendeu, atentos os precisos termos e fundamentos contidos na certidão, colocar à discussão e deliberação do Plenário a associação da Assembleia Municipal a esta tomada de posição, por parte da Câmara Municipal.

Não houve pedidos de esclarecimento.

Fizeram intervenção os membros José Castro (CDU), Isabel Ribeiro (PSD) e Luís Fernandes (PS).

José Castro – Referiu que a CDU se associava a esta posição da AM, relativamente à solicitação do Município ao Governo, votando a favor desta proposta, embora a posição não seja muito favorável, tendo recordado que a nossa agricultura vai ficar cada vez mais distante das políticas do Governo, com as modificações na orgânica do Ministério da Agricultura que estão a ser preparadas.

Aproveitou para recordar que há um milhão de euros que foi posto à disposição da CM, para o combate às pragas e doenças do castanheiro - a tinta, o cancro e a vespa - também a medida do PDR 2020 e a 8.1.3, e, porque já se tinha perdido uma campanha de atuação, apelou para que se avançasse o mais rapidamente possível, para cuidar dos nossos sotos, tão importantes para a economia do concelho.

Isabel Ribeiro – Fez a seguinte intervenção, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“A produção de castanha é uma cultura profundamente enraizada na economia portuguesa e na economia regional, assim como na gastronomia e no património cultural (Ribeiro *et al.*, 2022). Todos nós somos conhecedores da importância da castanha na Economia local e nacional, especialmente, no norte do país, onde se destaca como a principal região produtora (Rosa *et al.*, 2017), a região de Trás-os-Montes, onde a castanha é conhecida e frequentemente apelidada, como o “petróleo/ouro de Trás-os-Montes”, precisamente pelo peso que tem na economia regional. Os concelhos onde se concentra grande parte da produção, nomeadamente, Bragança e Vinhais (LUSA, 9 de novembro, 2022), geram, anualmente, um valor económico de cerca de 100 milhões de euros para a região (Notícias do Nordeste, 26 de setembro, 2022).

Mas, a produção de castanha é, também, uma cultura que contribui para a presença humana no território, com especial importância para as regiões de baixa densidade populacional, como é o caso de Trás-os-Montes e da nossa região em concreto, contribuindo, para desacelerar a desertificação humana do território (Porto Canal, 29 de novembro, 2022).

Nos últimos 5 anos temos assistido a quebras da produção na ordem dos 20%/ano, consequência das doenças associadas ao castanheiro, destacando-se a doença da tinta e o cancro do castanheiro e mais recentemente, desde 2014, a vespa-das-galhas-do-castanheiro. Contudo, o ano de 2022 foi, de longe, aquele que assinalou a maior perda de produção. Um ano atípico que registou quebras na ordem dos 80% que se ficaram a dever às condições climáticas, designadamente, ao frio dos últimos dias de julho, que condicionou o seu desenvolvimento, e ao calor e falta de água no verão, que foram responsáveis pela redução da sua dimensão/tamanho.

A castanha é, na nossa região, a cultura que proporciona maiores rendimentos, quer para os pequenos produtores que conseguem um suplemento ao seu parco rendimento, quer para os grandes produtores que a priorizam como atividade económica principal. E, embora, o preço ao produtor em 2022, tenha disparado comparativamente ao ano de 2021 (o preço médio é de 3 a 3,5 euros/Kg enquanto que no ano passado variou em média de 1,5 a 2 euros/Kg, um crescimento médio superior a 200%) está longe de compensar a perda da produção.

Por outro lado, o fraco poder negocial dos *nossos* agricultores, perante as grandes superfícies comerciais (preço de mercado da castanha 5 a 6 euros/Kg, os preços são mais

do dobro do que pagam ao produtor) não permitem margens de rentabilidade suficientemente compensadoras devido aos elevados custos de produção. Pois, como se sabe, este foi, também, um ano atípico no que diz respeito à inflação, desde a *nossa* entrada em vigor do mercado único da União Europeia em 1993 (taxa de inflação foi de 6,8%). O ano de 2022 ficou marcado por taxas de inflação, excepcionalmente, elevadas, sendo a sua principal causa **o preço dos transportes, da eletricidade, gás e outros combustíveis**. (taxas de inflação: setembro 9,3%; outubro 10,1%; novembro 9,9%) (PORDATA, 2021).

Acresce a estes factos que a escassez da castanha tem também consequências negativas em outros setores de atividade, nomeadamente, na restauração e na indústria transformadora. A castanha é o fruto com maior peso na atividade da principal unidade transformadora e exportadora da região (Ex. A Sortegel, com 140 colaboradores) o que causará, certamente, um impacto negativo na balança comercial, uma vez que mais de 70% da castanha produzida é exportada. Genericamente, se em outros tempos, e refiro-me mais concretamente ao ano de 2020, com a pandemia e o confinamento, o problema residia em “como escoar a produção de castanha”, uma vez que, sem festas, feiras, magustos, quer a procura interna, quer a procura global reduziram drasticamente, atualmente, o problema passou a ser “a escassez ou a inexistência de castanha para escoar”.

A castanha, para além de ser um produto de elevado potencial e muito versátil, devido às suas propriedades nutricionais, tem também um peso significativo na restauração e, conseqüentemente, no turismo (Ribeiro *et al.*, 2022) tal como já foi referido. Nos últimos anos, dando aso à fértil imaginação, o setor da restauração tem-nos presenteado, não só com produtos novos feitos à base da castanha, mas também com a recuperação de produtos tradicionais onde a castanha é um dos principais ingredientes. Também aqui se faz sentir a quebra da produção de castanha!

Muito recentemente, em 12 de dezembro de 2022, foi publicada a Portaria n.º 294/2022, que estabelece o regime de aplicação da medida excecional e temporária prevista no Regulamento da (UE) 2022/1033. Basicamente esta portaria estabelece os apoios a conceder ao setor agrícola, para atenuar o efeito do aumento dos custos de produção, que se agravaram, significativamente, com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Vejam-se os apoios concedidos às culturas permanentes de sequeiro onde a produção de castanha se inclui:

Pomares (e outras permanentes) de sequeiro

Escalões de área	Valor do apoio
>= 0,30 e < 2 hectares	14 €
>= 2 e < 10 hectares	61 €
>= 10 e < 25 hectares	210 €
>= 25 e < 50 hectares	483 €
>= 50 e < 100 hectares	968 €
>= 100 e < 250 hectares	1 990 €
>= 250 e < 500 hectares	4 804 €
>= 500 hectares	10 195 €

Fonte: Portaria n.º 294/2022

Tendo em conta que a estrutura da fileira da castanha se caracteriza pela existência de muitos produtores, de pequena dimensão (Fórum Florestal, 2018), podemos antever os apoios que os *pequenos e médios* produtores da nossa região irão receber!

Desde sempre os nossos agricultores condicionados pelas condições climáticas e o baixo valor acrescentado dos produtos agrícolas têm sido fustigados. Este cenário agrava-se, para os produtores de castanha, se tivermos em conta, outros problemas, já há muito identificados, designadamente, os entraves à comercialização da castanha, a não concentração da produção, a baixa homogeneidade dos frutos, os problemas de conservação (traça e podridão), o mercado paralelo e a concorrência nem sempre leal de países terceiros e refiro-me em especial à China (Cabo *et al.*, 2019). Uma vida de trabalho dura e muito, mas muito, descompensada em termos económicos. Neste sentido, é mais do que justo apelar e exigir a intervenção do Estado, que pode ser através da concessão de apoios ou subsídios, em tempo útil, que possam minimizar os efeitos das enormes perdas de produção de castanha na nossa região. Já que se advinha um cenário semelhante para a produção de azeitona o que irá agravar ainda mais a situação económica e financeira dos nossos agricultores colocando em causa a sua continuidade!”

Luís Fernandes – Referiu que o GM do PS iria apoiar a iniciativa de apoio dirigida aos produtores de castanha, do nosso concelho, o que tem um peso muito grande em termos da fileira da castanha e da economia regional, mas lembrou que a CM se tinha esquecido dos olivicultores da zona sul do concelho, porque também eles foram dizimados pela campanha catastrófica que os afetou.

Perguntou se a Câmara Municipal de Bragança tinha harmonizado esta petição com a CM de Vinhais ou, até, com a CIM-TTM, para dar mais força à petição. Também perguntou se não poderia fazer o mesmo que os concelhos de Macedo de Cavaleiros e

Vinhais, os quais já estão a apoiar a compra do produto para o cancro do castanheiro em 50% do seu preço.

Mais perguntou, se já estava aprovada a candidatura atrás referida e que já devia estar no terreno.

Em seguida, recordou que a Feira da Norçaça, Norpesca e Norcastanha, a qual tinha, como objetivo, a promoção e o incentivo à venda da castanha, havia morrido precisamente no ano em que a desgraça foi maior.

Terminou, perguntando o que é que se passava com as questões laborais do matadouro.

De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, setenta membros presentes.

Não houve declarações de voto.

PONTO 4.2 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

SESSÃO ORDINÁRIA de 16 de dezembro de 2022 – Estado e Vida do Município –

“Conforme alínea c) do n.º.2 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apresento para apreciação a informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 26 de setembro de 2022.

1. Gestão, organização interna e relacionamento com os municípios

Finanças do Município

- As atividades desenvolvidas, no período de 1 de setembro a 30 de novembro, na componente de análise ao orçamento municipal é efetuada de forma acumulada e, sempre que se justifique, com a comparação ao período homólogo (30/11/2021). Referimos que a taxa de execução da receita reporta-se à cobrança líquida e a taxa de realização da despesa à despesa realizada.

Destinadas a ajustar as dotações orçamentais, foram efetuadas, até 30 de novembro, vinte e uma alterações ao orçamento municipal (dezoito permutativas e três modificativas).

Face às referidas alterações, o orçamento corrigido apresenta-se no montante de 63.599.550,54€ e é composto por 36.559.937,00 € de receitas correntes e 35.356.150,54€ de despesas correntes. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 9.373.944,00€ e as despesas a 28.243.400,00€. As outras receitas são no montante de 17.665.669,54€.

Relativamente ao período homólogo assiste-se a um crescimento de 11,49% no total da receita cobrada, passando de 48,96 milhões de euros (2021) para 54,59 milhões de euros (2022), com uma execução de 85,24%.

No que concerne ao orçamento de despesa, os dados aferidos a novembro de 2022, com pagamentos de 30,93 milhões de euros e uma taxa de execução de 48,63%, demonstram um decréscimo de 0,60%, relativamente ao apurado em novembro de 2021 (com especial incidência nas despesas de capital diminuídas em 4,65 milhões de euros).

No período em análise, verifica-se o cumprimento do equilíbrio orçamental, uma vez que as receitas correntes executadas no montante 32.286.729,38€ são superiores ao total da despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longos prazos (24.834.372,75€ e 338.655,00€ respetivamente).

A taxa de Execução do Orçamento da Despesa, no final de novembro de 2022, sob a forma das Grandes Opções do Plano (GOP), que incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano de Atividades Municipal (PAM), é de 26,76%, representando um nível de pagamentos no montante de 8,435 milhões de euros. As despesas incluídas nas GOP foram principalmente orientadas para as funções sociais (40,75%) e funções económicas (24,65%), com um valor de despesa paga de 3.437.056,43€ e de 2.079.611,31€, respetivamente. A aplicação da despesa associada às funções sociais foi canalizada, de forma muito significativa, para os projetos associados à habitação e serviços coletivos (2.267.652,95€) e, ainda, serviços culturais, recreativos e religiosos (643.842,73€).

A execução das GOP'S encontra maior significado no PPI, com valores na ordem dos 5,2 milhões de euros, enquanto o PAM representa aproximadamente 3,2 milhões de euros.

O passivo da autarquia regista (dados provisórios), em 30 de novembro de 2022, uma dívida a terceiros de 4,93 milhões de euros, distribuída pela componente não corrente no valor de 1.733,225,10€ (empréstimos bancários) e corrente com 3.193.680,12€.

Face a igual período do ano anterior, verifica-se uma diminuição das dívidas a terceiros no montante de 715.714,91€, ou seja, menos 12,68%, com expressão mais acentuada na

componente corrente (425.286,17€), da qual se destaca o decréscimo de dívidas a fornecedores em 58,85%, ou seja 374.643,51€.

Importa salientar que integram as dívidas a terceiros de curto prazo, para além da componente a pagar dos empréstimos bancários, o valor não reconhecido de 112.831,63€ relativo à empresa Águas do Norte, S.A, bem como os credores de cauções (fundos alheios à autarquia que se encontram depositados em contas específicas de disponibilidades e passíveis de utilização, para restituição, a qualquer momento), no valor de 2.446.210,89€.

Assim e face ao referido, se às dívidas a terceiros de curto prazo forem deduzidos os valores não reconhecidos e de cauções, a dívida ascende a 634.637,60€.

- Neste período o Serviço de Compras e Armazéns realizou 921 procedimentos de aquisição de bens e serviços distribuídos por concursos públicos, consultas prévias e ajustes diretos no valor global de 3.173.756,07€,

- Pelo sétimo ano consecutivo, Bragança é o município de média dimensão com melhor desempenho económico e financeiro da Região Norte. A nível nacional ocupa a 20ª posição, entre os 96 municípios de igual dimensão.

Esta é a conclusão da análise efetuada aos municípios portugueses, cujos resultados foram publicados, no dia 07 de novembro, pela Ordem dos Contabilistas Certificados, no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, relativos ao exercício económico de 2021. Bragança integra, ainda, a listagem dos municípios com **melhor índice de dívida total**, ocupando a 1.ª posição na Região Norte e a 8.ª a nível nacional (no universo dos municípios de igual dimensão), o que reflete a boa governança na utilização dos escassos recursos que são de todos, prosseguindo os princípios do rigor, economia, eficiência, eficácia, disciplina orçamental, sentido de responsabilidade e transparência na gestão.

No Distrito de Bragança, é o que apresenta melhor pontuação no ranking global.

Relacionamento com os municípios

- **Balcão Único de Atendimento:** No período compreendido entre o dia 1 de setembro e 30 de novembro, nas suas mais diversas vertentes e serviços, registou um total de 7521 atendimentos presenciais, com uma média diária de 120 atendimentos a municípios.

- **O Município de Bragança recebeu o Prémio de Reconhecimento às Câmaras Municipais com Maior Índice de Transparência, tendo sido classificada em primeiro lugar entre as 18 capitais de distrito portuguesas e em terceiro na classificação geral nacional.**

Na avaliação do Índice de Transparência de Municipal foram utilizados 139 critérios.

- Bragança conquistou seis distinções nos prémios **“Melhores Municípios para Viver”**. **Nos vários rankings que avaliam a “Qualidade de Vida dos Municípios Portugueses”, Bragança destacou-se como o 3.º melhor na “Geral Nacional”, em 1.º na categoria “Ensino e Formação”, 2.º em “Mobilidade e Segurança Rodoviária” e 3.º em “Urbanismo e Habitação”, “Bem-Estar” e “Segurança, Diversidade e Tolerância”.**

Os Prémios “Melhores Municípios para Viver” consubstanciam uma avaliação profunda da qualidade de vida nos concelhos portugueses, num estudo elaborado pelo INTEC (Instituto de Tecnologia Comportamental), em colaboração com o Jornal de Notícias.

2 - Coesão Social

Educação

- **Mais de 800 alunos dos diferentes Agrupamentos de Escolas de Bragança participaram, no dia 13 de outubro, nas iniciativas “Alista-te por um dia”, “Cidadania e Forças Armadas” e “Portugal e Forças Armadas”, no âmbito do Programa de Divulgação das Forças Armadas Portuguesas.**

Uma iniciativa das Forças Armadas, com o apoio do Município de Bragança, que antecipa as comemorações do 71.º Aniversário da Força Aérea Portuguesa, que decorrerão, em Bragança, a 1 de julho de 2023.

As atividades foram acompanhadas, presencialmente, pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General João Cartaxo Alves, entre outras entidades civis e militares.

- Mais de 600 alunos do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e do ensino superior participaram em mais uma iniciativa do **“Escritor vai à Escola”**, que se realizou entre os dias 7 e 10 de novembro, distribuída por 12 sessões. O autor, de referência nacional, Marco Taylor encantou os mais novos com a exploração de livros-objeto e técnicas de design gráfico.

- Para fomentar uma maior qualidade social e assegurar, às famílias que necessitem, o acolhimento das crianças antes e/ou depois do período de atividade letiva, uma equipa de técnicos especializados, presta serviços de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF): Prolongamento de Horário (manhã e tarde) para todas as crianças dos jardins-de-infância da rede escolar pública situados na cidade de Bragança, no ano letivo em curso, com a participação de 72 crianças no JI da Estação, 62 no JI de Santa Maria, 92 no JI da Sé e 44 no JI de São Tiago.

- No âmbito do procedimento de contratação pública de aquisição de serviços para assegurar o funcionamento da Componente de Apoio à Família (CAF) e das Atividades de

Enriquecimento Curricular (AEC) para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, o custo total associado para o ano letivo de 2022/2023, envolvendo o período de transição de 19 de setembro a 31 de outubro e a implementação das AEC e CAF, é 295.600,00€.

- Para assinalar a época natalícia, e como tem sido habitual em anos anteriores, o Município de **ofereceu lembranças de Natal (jogos lúdico-didáticos) a todos os alunos** do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino público, particular e cooperativo do concelho, abrangendo 1886 alunos, num total de despesa de 24.713,00€.

- Em articulação com todos os estabelecimentos de ensino, organizou-se uma visita, para as crianças da educação pré-escolar e do 1º ciclo do concelho, ao espaço “Bragança, Terra Natal e de Sonhos”, nos dias 12 a 16 de dezembro, envolvendo um número aproximado de 2000 crianças, professores e auxiliares da ação educativa.

Saúde

- O Presidente da Câmara Municipal de Bragança foi um dos oradores convidados do **25º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos**, que decorreu, no dia 11 de novembro, em Braga.

No painel subordinado ao tema “Hospitais Periféricos, Presente e Futuro, o Presidente da Câmara Municipal, aproveitou para reclamar a urgente mudança de paradigma em relação aos Hospitais ditos periféricos, designadamente na necessidade de inversão da escassez de investimento e de diferenciação que tem vindo a verificar-se nos últimos anos, de forma a tornar as instituições do interior atrativas, nomeadamente para combater um dos seus principais flagelos, que reside na falta de profissionais médicos.

Ação Social

- No período compreendido entre os dias 13 de setembro e 6 de dezembro, realizaram-se 77 atendimentos sociais onde se analisaram diferentes pedidos de apoio, mediante a elaboração de diagnósticos, com conseqüente encaminhamento e acompanhamento social a indivíduos e famílias.

- Enquadrado no Regulamento Municipal de **Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior**, procedeu-se à elaboração do Relatório de Análise (1.ª Fase) referente a um conjunto de setenta candidaturas para o ano letivo de 2022/2023, sendo elegíveis sessenta e uma, perfazendo um apoio total de 48.510,00€, de um total de 169 candidaturas apresentadas.

Cultura

- **Música, visitas guiadas e experiências gastronómicas, foram estes os elementos para uma viagem pela história do “Património a Norte”, que decorreu no dia 24 de setembro, na Praça e Igreja da Sé, em Bragança.**

Tratou-se de um conjunto de visitas guiadas, pela Igreja da Sé, a que se juntaram experiências gastronómicas, pelas mãos do Chefe Renato Cunha.

Ao final da tarde, no interior da Igreja da Sé, decorreu um concerto de cítara clássica, com Pedro Caldeira Cabral.

- **Bragança foi, de 30 de setembro a 9 de outubro, o epicentro da música erudita, com o “Festival Internacional de Música - Bragança ClassicFest”, com mais de 2000 espectadores, lotações esgotadas e concertos inéditos no Teatro Municipal e em outros espaços ex-libris da cidade de Bragança, como as Igrejas da Sé, de Santa Maria e de São Francisco.**

Com uma programação muito diferenciada, o II Bragança ClassicFest apresentou, entre outras, a prestigiada Orquestra de Câmara de Viena, uma das principais orquestras de câmara do mundo.

- A IV edição do **Lusoconf** decorreu, nos dias 13 e 14 de outubro, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança e no Auditório Paulo Quintela, promovido pelo Município e pelo Instituto Politécnico de Bragança.

Neste evento, procedeu-se, ainda, a duas homenagens: José Saramago, nome incontornável da Literatura Portuguesa e José Craveirinha, poeta e um dos maiores vultos da literatura moçambicana.

A iniciativa encerrou com um concerto no Teatro Municipal de Bragança, designado "Rainhas do AutoEngano", um espetáculo de música com repertório original, onde diferentes idiomas se abraçam, numa dança entre a pop, a bossa nova, a MPB ou o folk.

- Numa forma de descentralização da cultura, o dia Mundial da Música (1 de outubro) foi comemorado com um **concerto de bandas na Basílica de Santo Cristo em Outeiro**, ao abrigo do projeto “Somos Património” e que nesse dia teve o seu término.

- Por forma a dar continuidade à valorização e divulgação das Festas de Inverno e da Máscara Ibérica, no dia 01 de outubro, vários grupos de caretos da região integraram a representação do Município e participaram no desfile do **Festival da Máscara Ibérica, em Zamora**, bem como, no dia 29 de outubro, no desfile integrado na programação do “**II Congresso Internacional do Carnaval e Mascaradas da Europa**”, em La Bañeza.

- Enquadrada nas comemorações do Centenário do Nascimento do Professor Adriano Moreira, decorreu, no dia 18 de novembro, na **Sala de Exposições do Centro Cultural Municipal com o seu nome, a apresentação de quatro obras literárias de associados da Academia de Letras de Trás-os-Montes: "Lápis-Lazúli e Diamela", de Maria Fernanda Bahia, "Vila Real – Revolução Liberal de 1820", de Joaquim Ribeiro Aires, "Na Senda dos Soldados da Freguesia de Palaçoulo - Miranda do Douro (1914-1918)", de Celina Busto, e "Este Advogado Não Existe", de António Francisco Caseiro Marques.**

Enquadrado na mesma programação, teve lugar, no dia 30 de novembro, a apresentação de mais três obras de associados da Academia de Letras de Trás-os-Montes: "O Padre Simão e as Visões da Cega", de Manuel Catumba, "Um Cibo de Nós", de Odete Costa Ferreira, e "Guerra Junqueiro - De Freixo de Espada à Cinta a Viana do Castelo", de António Pimenta de Castro.

Centro de Arte Contemporânea: - Continua patente, no espaço de exposições temporárias, a exposição "GRUPO PUZZLE (1976-1981)".

- Durante os meses de setembro, outubro e novembro visitaram o espaço 2183 pessoas, sendo 1731 de nacionalidade portuguesa, 255 espanhola e 197 de outras nacionalidades.

Teatro Municipal de Bragança: Nos meses de setembro, outubro e novembro realizaram-se 29 espetáculos, (Teatro, Dança, Música, Multidisciplinares, incluindo Serviço Educativo), assistidos por 4987 espectadores, com uma taxa de ocupação de 78,7%.

- O músico Rui Veloso, **conhecido como o "pai do rock português", foi homenageado pelo Município, no dia 29 de outubro, após um concerto inesquecível no auditório do Teatro Municipal de Bragança. O ato foi assinalado com o descerramento de uma placa evocativa.**

Rui Veloso, cantor, compositor e guitarrista, é considerado por muitos como um dos grandes nomes da música portuguesa e um dos mais influentes de sempre, com uma carreira repleta de sucessos que atravessam gerações.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje: Desde o dia 18 de outubro que se encontra patente a exposição de máscaras de Vítor Sá Machado e que permanecerá até o próximo dia 06 de janeiro.

- Nos meses de setembro, outubro e novembro visitaram o Museu 2864 pessoas, sendo 1406 de nacionalidade portuguesa, 959 espanhola e 499 de outras nacionalidades.

Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano: Nos meses de setembro, outubro e novembro, visitaram o Centro 908 pessoas, sendo 528 de nacionalidade portuguesa e 380 de outras nacionalidades.

Museu Nacional Ferroviário Bragança: Nos meses de setembro, outubro e novembro visitaram o museu 912 pessoas, sendo 731 de nacionalidade portuguesa, 118 espanhola e 63 de outras nacionalidades.

Biblioteca Municipal e Biblioteca Adriano Moreira: Nos meses setembro, outubro e novembro, passaram pela Biblioteca Municipal 2501 utilizadores. Procedeu-se ao empréstimo 1582 documentos (monografias e audiovisuais), foram consultados presencialmente 294 documentos e registaram-se 528 leitores ativos e 57 novos leitores.

- No serviço de animação e extensão cultural realizaram-se 22 eventos de promoção de leitura onde participaram 1090 crianças, jovens institucionalizados em entidades do concelho e público em geral.

- Foram, ainda, realizadas três sessões do Clube de Leitores (22 set., 20 out. e 17 nov.) e três sessões dos Sábados de Encantar (17 set., 22 out. e 19 nov.).

Centro Cultural Municipal Adriano Moreira – Exposições: - Continuam patentes, até ao dia 31 de dezembro, as exposições “Atitudes”, de Eugénia de Carvalho e a exposição Coletiva de Pintura dos Associados da Academia de Letras de Trás-os-Montes, esta última, no âmbito das comemorações do centenário do nascimento do Professor Doutor Adriano Moreira.

- Nos meses de setembro, outubro e novembro visitaram as exposições 803 pessoas.

Centro de Fotografia Georges Dussaud: De 28 de outubro de 2022 e até 2 de setembro de 2023, estará patente a exposição “À Força do Arado, Trás-os-Montes na década de 1980”, de Georges Dussaud e do espanhol Eduardo Perez Sanchez. Trata-se de um número significativo de fotografias, a preto e branco, que de distintos modos e a partir de dois olhares exteriores, nos dão a conhecer Trás-os-Montes”.

- Também na sala de exposições temporárias, inaugurada no passado dia 25 de novembro, está patente (até 26 de fevereiro de 2023) a exposição “Trás-os-Montes”, de Orlando Ribeiro.

- Nos meses de setembro, outubro e novembro visitaram o Centro 1439 pessoas, sendo 602 de nacionalidade portuguesa, 376 espanhola e 461 de outras nacionalidades.

Projeções Cinematográficas: Nos meses de setembro, outubro e novembro, foram realizadas 28 sessões de projeção, assistidas por 958 espectadores.

Desporto e Juventude

- Cerca de 500 pessoas dos 9 concelhos de Terras de Trás-os-Montes, que participaram na primeira edição do **Campeonato de Jogos Tradicionais - Terras de Trás-os-Montes**. Bragança com 18 (em 30) pódios foi o concelho que mais troféus conquistou (8 para pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, 4 infantis, 2 juvenis e 4 adultos).

- Realizou-se, entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro, a VI edição do **Torneio de Voleibol de Bragança**, que este ano contou com a participação de seis clubes, de diferentes regiões do Continente e, ainda, uma equipa da Ilha de S. Miguel (Açores), que competiram nos escalões de minis, iniciados e juvenis femininos.

A organização esteve a cargo do Clube Académico de Bragança e contou com o apoio do Município de Bragança.

- **Bragança acolheu, nos dias 19 e 20 de outubro, a VI edição do Seminário de Intercâmbio de Experiências no âmbito do Desporto, do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.**

O evento promovido pelo Grupo Temático de Desporto do Eixo Atlântico decorreu em dois momentos: um primeiro com a demonstração de diferentes modalidades de desporto adaptado, por IPSS's do Concelho, seguido de uma visita turística ao Castelo e Centro Histórico.

O segundo momento compreendeu um Seminário com dois painéis em debate: "Desporto Inclusivo" e "Violência no Desporto".

- **As Piscinas Municipais de Bragança acolheram, no dia 30 de outubro, a Fase de Qualificação Continental do Campeonato Nacional de Natação da 3.ª Divisão. Em prova estiveram presentes 257 atletas, representantes de 26 clubes da elite nacional de natação nos diversos escalões e estilos.**

Já nos dias 19 e 20 de novembro, decorreu o **Campeonato Regional de Absolutos e Torregri I**, que contou com a participação de 176 atletas de diferentes escalões de formação de natação representantes de 6 clubes. As provas foram organizadas,

respetivamente, pela Federação Portuguesa de Natação e pela e da Associação Regional de Natação do Nordeste, com o apoio do Município de Bragança.

- Nos meses de setembro, outubro e novembro, no âmbito do programa de Passeios Pedestres e BTT 2022, do projeto Bragança Saudável, Bragança Solidária, realizaram-se cinco **caminhadas**, nas localidades de Quintanilha, Donai, Macedo do Mato, Mós e Babe, em que participaram 352 caminheiros.

Ambiente e sustentabilidade

- No setor das águas e saneamento, nos meses de setembro, outubro e novembro, foram colocados 63 contadores, efetuadas 340 substituições e 33 reparações de ruturas, 229 limpezas de fossas/cisternas e 26 desobstruções de coletores.

- Encontra-se em execução a empreitada de “Captação de água em Espinhosela” com um valor de 15.745,24€.

- Ao nível dos trabalhos por administração direta, encontram-se em execução um furo para abastecimento da aldeia de Rebordainhos e a ampliação da rede de águas na Estada do Turismo.

- Foram concluídas as empreitadas de “Substituição da fossa no localidade de Santa Comba de Rossas”, com valor de 65.996,66€ e “Alteração da rede de saneamento na Rua Estado de São Paulo e substituição de um troço na Rua Jaime Cortesão”, com valor de 52.868,56€.

- No âmbito do controlo de animais errantes, foram recolhidos 69 canídeos e 11 felídeos da via pública. Destes, 47 canídeos e 2 felídeos foram adotados e 2 canídeos foram resgatados pelo seu proprietário. Importa referir que os animais adotados são entregues esterilizados, com objetivo de controlo de reprodução.

- No âmbito das campanhas de vacinação antirrábica e de identificação eletrónica, foram vacinados 45 canídeos e identificados com microchip 18 animais.

- Foram efetuadas 6 ações de fiscalização e controlo em situações de denúncias de maus tratos a animais.

- Durante o mês de novembro, a direção técnica do CRO da Terra Fria foi da responsabilidade da Médica Veterinária Municipal de Bragança.

3. Desenvolvimento Económico e Competitividade

Promoção Económica

- Com o objetivo de promover os recursos endógenos e dinamizar a restauração local, o Município promoveu, de 29 de outubro a 7 de novembro, a **Semana Gastronómica da Castanha – Sabores de Outono**, com adesão de 20 restaurantes.

- No âmbito do **Bragança, Terra Natal e de Sonhos**, milhares de pessoas assistiram, no feriado do dia 1 de Dezembro, na Praça Professor Cavaleiro de Ferreira, à chegada do Pai Natal e dos seus ajudantes.

Este é um evento que dura até ao próximo dia 8 de janeiro e conta com um programa muito intenso e diversificado, pensado não apenas para as crianças, mas também para os adultos.

Turismo

De acordo com dados do INE, entre abril e junho de 2022, as dormidas e proveitos de aposento atingiram níveis recorde no concelho de Bragança, comparativamente com períodos homólogos, valores superiores aos registados antes da pandemia, na Primavera de 2019.

De acordo com a mesma fonte, o alojamento turístico do Concelho registou, no 2.º trimestre de 2022, um número recorde de dormidas e proveitos de aposento, com respetivamente 29.490 e 1.085.176,00€, correspondendo a aumentos de 5,08% e 6,76% comparativamente ao então melhor período homólogo (registado em 2019).

De realçar que, para o período em análise, e no que concerne às dormidas, o Concelho de Bragança apresenta uma taxa de crescimento positiva, enquanto o total de dormidas registadas em Portugal, no 2.º trimestre de 2022, continua com valores inferiores aos atingidos em 2019 (-0,2%).

No 1.º semestre de 2022, no concelho, o mercado interno contribuiu com 21.376 de dormidas (72,49%) e os mercados externos (com destaque para turistas oriundos da Alemanha, Brasil, Espanha, França, Reino Unido e Países baixos) totalizaram 8.114.

- Bragança recebeu, a 20 de outubro, o **III Iberian Classic Raid**, no Castelo de Bragança. Com início em Valência (Espanha) e término em Lisboa, Bragança foi uma das etapas de chegada e partida deste evento turístico.

Nesta terceira edição, foram cerca de 100 as viaturas, com mais de 25 anos de idade, que percorreram mais de 2000 quilómetros através da Península Ibérica, em oito etapas.

- A 27 de setembro, enquadrado com a temática deste ano do Dia Mundial do Turismo – Repensar o Turismo, o Município passou a disponibilizar, no website de turismo municipal

(<https://turismo.cm-braganca.pt/audio-guia>), **Áudio Guias** em português, castelhano, francês e inglês, relativos a 34 pontos de interesse turístico do Concelho de Bragança.

A disponibilização dos áudio guias, permite um acesso privilegiado e universal, através do uso dos smartphones ou tablets, a conteúdos informativos e descritivos do património cultural e religioso deste território.

Em conjunto com esta iniciativa, foram instalados novos **totens de informação turística**, substituindo os existentes, bem como sinalética direcional pedonal para o turista.

- Os **vídeos promocionais “Bragança. Naturalmente!”**, lançados em 2020 e 2021, continuam a ser premiados em festivais de cinema de turismo e arte.

Na 10.ª edição do Finisterra - Arrábida Film Art & Tourism Festival, com mais de 160 filmes a concurso, dos quais 41 eram portugueses, o vídeo “Bragança, Naturalmente!” (edição 2020) conquistou cinco categorias: Melhor Filme Português (1.º lugar), Melhor Pós-Produção (1.º Lugar), Lugares na História (1.º Lugar), Destinos (2.º Lugar) e Promoção (2.º Lugar).

No ART&TUR – XIV Festival Internacional de Cinema de Turismo, onde estiveram a concurso 74 filmes promocionais, entre os quais “Bragança. Naturalmente!” (edição 2021), Bragança arrecadou o 1.º Prémio, na categoria “Experiências Memoráveis”, e o 2.º Lugar, na categoria “Arte e Criatividade”.

- Numa rota que percorreu toda a N103, que liga Viana do Castelo (Neiva) a Bragança, o Município recebeu a visita do grupo motard (NCX'istas do Norte), numa caravana com 65 motos e cerca de 120 pessoas, que participaram, pelo segundo ano, num passeio por esta turística estrada.

- Foi apresentada em Calabor (Espanha) e inaugurada em Varge, a 12 de novembro, a **Grande Rota dos Moinhos e dos Lameiros**, com uma extensão de mais de 48 km, que inicia na fronteira entre Portugal e Espanha. A Rota foi implementada e homologada pela União de Freguesias de Aveleda e Rio de Onor, com o apoio do Município de Bragança, tendo contado, ainda, com financiamento a 80% pelo Turismo de Portugal. Está integrada em pleno Parque Natural de Montesinho, tem uma componente de valorização da fauna e flora e pretende valorizar as comunidades locais, envolvendo as aldeias de Aveleda, Varge, Guadramil e Rio de Onor, onde as práticas comunitárias estão bem enraizadas.

Agricultura

- Foi aprovada, por unanimidade dos membros presentes, em reunião ordinária, da Câmara Municipal, do dia 14 de novembro, **Tomada de Posição sobre as quebras de produção de castanha na Terra Fria do Nordeste Transmontano.**

Pelo forte impacto económico que as perdas representam para a economia regional e nacional, nesta Tomada de Posição, solicita-se ao Governo a adoção de medidas urgentes e muito concretas de apoio aos produtores de castanha, contribuindo, assim, para a sustentabilidade destes territórios.

Nesta tomada de posição, é solicitado ao Governo a adoção de medidas urgentes e muito concretas de apoio aos produtores de castanha, contribuindo, assim, para a sustentabilidade destes territórios.

- Por solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança, decorreu, no dia 17 de novembro, **reunião entre este e a Senhora Ministra da Agricultura**, onde foram abordados assuntos como os aproveitamentos Hidroagrícolas no concelho de Bragança, as perdas de produção na Castanha e, ainda, apoios à instalação de jovens agricultores.

Mobilidade

Nos meses de setembro, outubro e novembro, verificaram-se 578 movimentos de aeronaves (-26,7% em relação ao período homólogo de 2021).

Em relação à carreira de serviço público Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão e no mesmo período, a aeronave efetuou 231 movimentos (-7% em relação ao período homólogo de 2021, explicados com problemas operacionais da aeronave), tendo embarcado 545 passageiros e desembarcado 497 (199 + 207 + 91 (sensivelmente semelhante em relação ao período homólogo de 2021)).

- Nos meses de setembro, outubro e novembro, os Parques subterrâneos registaram a entrada de 59.994 viaturas (24994 no Parque Camões e 35000 no Parque da Av. Sá Carneiro) a que correspondeu uma receita de 22.904,70€.

4. Reabilitação Urbana

Obras

- Neste período foram **abertos 4 concursos no valor de 283.470,40€**, designadamente:

Pavimentação de passeios em vários arruamentos da cidade (235.320,00€); Aquisição de serviços de elaboração de medidas de autoproteção de edifícios municipais do Município de Bragança (15.990,00€); Prolongamento das fachadas laterais em vidro no Núcleo Museológico Ferroviário (32.160,40€).

Foram, ainda, **adjudicadas obras, no montante global de 405.432,09€**, como sejam: Pavimentação de passeios em vários arruamentos da cidade (210.603,67€); Aquisição de Serviços para a elaboração do projeto de execução para a beneficiação e instalação de equipamento e sistemas elétricos na Domus Municipalis (2.152,50€); Aquisição de serviços para a elaboração do projeto geral de execução de requalificação e conservação do edifício e beneficiação do sistema de AVAC do Museu Abade de Baçal (30.750,00€); Substituição da estação de tratamento das águas residuais - Fermentãos (140.725,92€); Elemento Escultórico EN 103 – Rotunda Flor da Ponte (21.200,00€);

- No que respeita a coordenação de segurança em obra, foram efetuadas 28 visitas que deram origem a 15 relatórios de visitas de prevenção, já no que respeita a trabalhos de prevenção de segurança e saúde no trabalho, foram visitados 130 postos de trabalho dotados de visor para avaliação da luminância.

- No âmbito da implementação das medidas de autoproteção nos edifícios municipais, durante este período, foram efetuadas formações aos delegados de segurança e elementos diretamente ligados a situações de maior risco de incêndio, nomeadamente nos seguintes equipamentos: Escola Primária de Santa Comba de Rossas; Escola de Música e Dança; Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Memorial Sefardita, Casa do Lavrador, estação Rodoviária, Recinto de Valorização e Promoção de Raças Autóctones, Fundação “Os nossos livros”, Matadouro Municipal, Estádio Municipal, Mercado Municipal e Centro de Arte Contemporânea;

Serviço de Gestão Urbanística e Fiscalização

No período de 15 de setembro a 2 de dezembro, foram submetidos 684 pedidos (+86 que em igual período do ano anterior), destacam-se, ainda, 30 novos pedidos de licenciamento de obras particulares, 3 pedidos de legalização de edificações, 41 aditamentos, 8 comunicações prévias, 4 pedidos de informação prévia e 3 pedidos de licenciamento de muros confinantes com via pública.

Realça-se que do conjunto das operações sujeitas a controlo prévio, 53% destas ações reportaram-se à cidade de Bragança (dos quais, 6% localizam-se na Zona Histórica I) e os restantes 47% reportaram-se ao espaço rural, sendo que 88% das ações inserem-se em espaço ordenado dentro de perímetros urbanos.

Foram emitidos 37 alvarás de licença de construção, 1 comprovativo de admissão de comunicação prévia (em ambos os casos o valor é igual ao mesmo período do ano

anterior), 47 alvarás de utilização (+13 que em igual período do ano anterior) e 126 certidões (-11 de que em igual período do ano anterior).

No âmbito do sistema de gestão de qualidade, orientado para a satisfação do munícipe, com metas definidas para uma resposta aos prazos definidos pelo RJUE, verifica-se que 72% do conjunto das operações urbanísticas foram analisados num prazo não superior a 30 dias e que para comunicações prévias obteve-se 100% de respostas num prazo não superior a 7 dias. A média em número de dias ficou em 24 dias para licenciamentos (+5 que no ano anterior) e 3 dias para comunicações prévias mesmo valor que em igual período do ano anterior).

Por parte da fiscalização municipal, foram efetuadas 36 informações (de conclusão de obras, de ocupação da via pública, de verificação de infraestruturas, etc.), 9 averiguações de queixas/denúncias e 18 participações.

No âmbito do Sistema de Cadastro Simplificado, nos setembro, outubro e novembro, foram georreferenciados 9.366 prédios rústicos ou mistos do concelho de Bragança. Desde a abertura do Balcão Único do Prédio já foram georreferenciados 29.464 prédios.

5. Outras informações

- **O Embaixador da Tunísia, Mounir Ben Rjiba, foi recebido, no dia 18 de outubro, no Município, num** encontro onde foram abordados temas como a capacidade do tecido empresarial e os níveis de exportação do Concelho de Bragança, a possível criação de novos pontos de relações internacionais e a potencialidade dos produtos endógenos de cada uma das regiões, nomeadamente a castanha e o azeite.

- Com apoio do Município e iniciativa da Confederação Portuguesa de Voluntariado, Bragança acolheu, nos dias 3 e 4 de novembro, o **VIII Encontro Intermunicipal de Voluntariado**, no Auditório Paulo Quintela. Este ano o tema foi “Mobilizar para o Voluntariado Local: Aprendizagens, Sinergias e Desafios” e teve como objetivo a promoção da reflexão sobre a intervenção dos Bancos Locais de Voluntariado e dos desafios que se colocam no futuro através da discussão de abordagens e da partilha de boas práticas.

- **Bragança comemorou, a 9 de novembro, o 70.º Aniversário do Palácio da Justiça, instalado junto à Praça Professor Cavaleiro de Ferreira.**

A efeméride foi assinalada numa sessão solene, onde, além da exaltação da data, foram abordados temas como o “direito e interioridade”.

De características arquitetónicas diferenciadas, o Palácio da Justiça de Bragança, tem como curiosidade ter sido edificado durante a legislatura em que o Professor Cavaleiro de Ferreira, personalidade natural de Bragança, servia enquanto Ministro da Justiça (1944-1952).

Município de Bragança, 07 de dezembro de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal,
Hernâni Dinis Venâncio Dias”

O Sr. **Presidente da Câmara**, antes de passar à apresentação em “powerpoint”, deixou uma nota particular para a D. Luísa, que, brevemente, se aposentará, e deu as boas vindas à Dr.ª Rosa, pelo iniciar de funções nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.

De seguida, completou a informação escrita relativa ao Estado e Vida do Município, previamente distribuída aos senhores membros da Assembleia Municipal, através de apresentação em “powerpoint”.



Estado e Vida do Município



Bragança
Município

Assembleia Municipal

16 . dezembro . 2022

Estado e
Vida do Município

1. Relacionamento com os Municípios



Finanças do Município



- MB apresenta melhor desempenho económico e financeiro da RN pelo 7.º ano consecutivo (entre municípios de média dimensão);
- 20.º a nível nacional;
- 1.ª posição na RN (entre os 96 municípios de média dimensão) com melhor índice de dívida total e 8.ª posição a nível nacional;

3

Índice de Transparência

DYNTRA

Capitais de Distrito

POSICÃO	ENTIDADE	ÍNDICE	PERCENTAGEM
1	 Câmara Municipal de Bragança	105 de 139 indicadores	75.54%
2	 Câmara Municipal de Leiria	98 de 139 indicadores	70.5%
2	 Câmara Municipal de Braga	98 de 139 indicadores	70.5%
4	 Câmara Municipal de Porto	61 de 139 indicadores	43.88%
5	 Câmara Municipal de Lisboa	60 de 139 indicadores	43.17%
6	 Câmara Municipal de Santarém	54 de 139 indicadores	38.85%
7	 Câmara Municipal de Vila Real	50 de 139 indicadores	35.97%
7	 Câmara Municipal de Coimbra	50 de 139 indicadores	35.97%
9	 Câmara Municipal de Viseu	48 de 139 indicadores	34.53%
9	 Câmara Municipal de Évora	48 de 139 indicadores	34.53%
11	 Câmara Municipal de Faro	47 de 139 indicadores	33.81%
12	 Câmara Municipal de Viana do Castelo	43 de 139 indicadores	30.94%
12	 Câmara Municipal de Aveiro	43 de 139 indicadores	30.94%
12	 Câmara Municipal de Beja	43 de 139 indicadores	30.94%
15	 Câmara Municipal de Guarda	37 de 139 indicadores	26.62%
16	 Câmara Municipal de Castelo Branco	36 de 139 indicadores	25.9%
17	 Câmara Municipal de Setúbal	32 de 139 indicadores	23.02%
18	 Câmara Municipal de Portalegre	30 de 139 indicadores	21.58%

Município de Bragança ficou em 1.º lugar, entre as 18 capitais de distrito, no Reconhecimento às Câmaras Municipais com Maior Índice de Transparência e no 3.º lugar na nível nacional.

4

Forças Armadas em Bragança



+ de 800 alunos dos 3 Agrupamentos de Escolas participaram nas iniciativas “Alista-te por um dia”, “Cidadania e Forças Armadas”.

5

Lembranças de Natal



7

- Oferecidos jogos lúdico-didáticos a todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino público, particular e cooperativo do concelho (1886) no valor de 24.713,00€.

**Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior
FASE I**



8

169 candidaturas apresentadas, 70 analisadas e 61 aprovadas, num apoio total de 48.510,00€.

Património a Norte



9
Visitas guiadas pela Igreja da Sé, experiências gastronómicas pelo Chef Renato Cunha e concerto de cítara clássica, com Pedro Caldeira Cabral.

II Bragança ClassicFest



10
+ de 2000 espectadores e algumas lotações esgotadas no TMB, igrejas da Sé, Santa Maria e S. Francisco;
- Programa contou com atuação da orquestra de Câmara de Viena, uma das principais orquestras de câmara do mundo.

IV Lusoconf



Promovido pelo MB e IPB contou com conferências, homenagens a José Saramago e José Craveirinha e concerto no TMB designado “Rainhas do AutoEngano”.

11

Somos Património



Encerramento do projeto com concerto de Bandas na Basílica de Santo Cristo em Outeiro no Dia Mundial da Música (1 outubro).

12

Apresentação de livros – Centenário do Nascimento
do Prof. Adriano Moreira



13
18/nov. - "Lápis-Lazúli e Diamela", de Maria Fernanda Bahia, "Vila Real – Revolução Liberal de 1820", de Joaquim Ribeiro Aires, "Na Senda dos Soldados da Freguesia de Palaçoulo - Miranda do Douro (1914-1918)", de Celina Busto, e "Este Advogado Não Existe", de António Caseiro Marques.



30/nov. - "O Padre Simão e as Visões da Cega", de Manuel Catumba, "Um Cibo de Nós", de Odete Costa Ferreira, e "Guerra Junqueiro - De Freixo de Espada à Cinta a Viana do Castelo", de António Pimenta de Castro.

Homenagem a Rui Veloso



14
Cantor, compositor e guitarrista, foi homenageado pelo Município, no dia 29/out., após um concerto Teatro Municipal de Bragança.

Exposições



CFGD - “À Força do Arado, Trás-os-Montes na década de 1980”, de Georges Dussaud e Eduardo Perez Sanchez.

CFGD - “Trás-os-Montes”, de Orlando Ribeiro.

15

Exposições



MIMT – Patente, até 6 de janeiro, a exposição de máscaras de Vítor Sá Machado.

16

**IV edição do Torneio de Voleibol de
Bragança**



- Contou com a participação de 7 clubes, entre eles uma equipa de S. Miguel (Açores) nos escalões minis, iniciados e juvenis femininos.

17

Desporto para Todos



A VI edição do Seminário de Intercâmbio de Experiências no âmbito do Desporto do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, contou com desporto adaptado e seminários e painéis de debate.

18

Campeonatos de Natação
- Piscinas Municipais -



- Fase de qualificação continental do Campeonato Nacional da 3ª divisão com 257 atletas representantes de 26 clubes.
- Campeonato Regional de Absolutos e Torregri I com participação de 176 atletas de 6 clubes.

19

+ Ambiente



- Em execução a obra de “Rede de saneamento no Fundo da Veiga de Gostei”;
- Investimento de 260.364,04€;

20

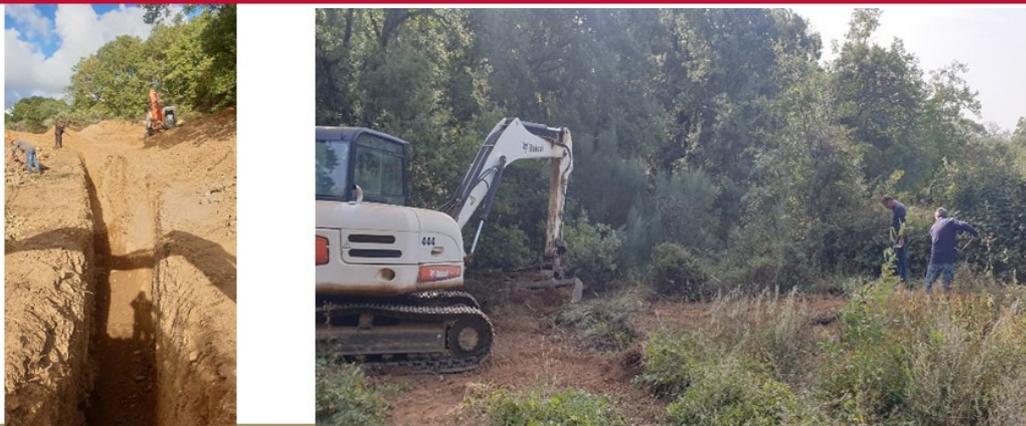
+ Ambiente



21

- Em execução a obra de “Substituição da estação de tratamento das águas residuais em Fermentãos”.
- Investimento de 140.725,92€.

+ Qualidade



22

- Em execução a obra de “Captação de água em Espinhosela”;
- Investimento de 15.745,24€;

+ Qualidade



- Execução de furo de água para o abastecimento de aldeia de Rebordainhos e ampliação da rede de água na Estrada do Turismo.

23

Valorização dos produtos endógenos



- De 29/out. a 7/nov. decorreu a Semana Gastronómica da Castanha – Sabores de Outono, com a adesão de 20 restaurantes.

24

Bragança, Terra Natal e de Sonhos
Chegada do Pai Natal -



Milhares de crianças e adultos assistiram no dia 1/dez. à
"Chegada do Pai Natal".

25

Bragança, Terra Natal e de Sonhos
Atividades -



- IV Trail Urbano Noturno Solidário; Mini Concertos de Natal;
Natal a Pedalar solidário; CãoMinhada Solidária; Mãos na
Massa, Concertos para bebés e crianças, entre outros ;

26

III Iberian Classic Raid



- Bragança recebeu, a 20 de outubro, uma chegada e partida de uma das 8 etapas, com mais de 100 viaturas.
- A prova iniciou em Valência (Espanha) e terminou em Lisboa.

27

Dia Mundial do Turismo



- Disponibilidade de Áudio Guias em PT, ES, FR e ING, relativos a 34 pontos de interesse turístico;
- Instalados totens de informação turística.

28

Promoção territorial/turística premiada



- “Bragança Naturalmente” voltou a ser premiado: **No Finisterra – Arrábida Film Art Tourism Festival** – Conquistou 5 prémios (2020) - Melhor Filme Português (1.º Lugar), Melhor Pós-Produção (1.º Lugar), Lugares na História (1.º Lugar), Destinos (2.º Lugar) e Promoção (2.º Lugar);
- **No Art&Tur – Festival Internacional de Cinema e Turismo** – Conquistou 2 prémios (2021) - 1.º Prémio, na categoria “Experiências Memoráveis”, e o 2.º Lugar, na categoria “Arte e Criatividade”.

29

Grande Rota dos Moínhos e Lameiros



- Extensão de + de 48km envolve as aldeias de Aveleda, Varge, Guadramil e Rio de Onor.

30

Tomada de Posição “Quebra de Produção da Castanha”



Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, aprovada em minuta e com a presença dos Srs. Vice-Presidente, Paulo Jorge Almeida Xavier, e Vereadores, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: —

— **“TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE AS QUEBRAS NA PRODUÇÃO DE CASTANHA NA TERRA FRIA DO NORDESTE TRANSMONTANO** —

— Pelo Sr. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta: —

— “Considerando que: —

— O setor primário é o pilar de desenvolvimento de qualquer país, assumindo uma grande importância na economia regional e na criação de emprego e riqueza, nomeadamente em períodos de crise, como a que vivemos; —

— É sobejamente reconhecido que a cultura do castanheiro na Terra Fria do Nordeste Transmontano (Concelhos de Bragança e Vinhais) tem um papel fundamental no desenvolvimento económico, social e ambiental destes territórios; —

— A castanha é dos produtos agrícolas com maior potencial económico e rentabilidade na região de Bragança, representando um volume de negócios estimado em cerca de 100 milhões de euros, apenas no concelho das transações diretas (produto em fresco), sendo que cerca de 85% da produção nacional, tem origem na denominada Terra Fria do Nordeste Transmontano; —

— Na última década, assisteu-se ao crescimento acentuado de plantio de castanheiros, constituindo-se, cada vez mais, como um produto de alta rentabilidade, seja para empresários ligados à feira, seja para reforço/suplemento do orçamento das famílias; —

— De acordo com o INE, no ano de 2021, em Portugal, a área ocupada com castanheiros era de 50.373 hectares tendo vindo a notar-se, nos últimos anos, um incremento muito significativo de novas plantações; —

— Devido ao aumento da produção nos últimos anos e à boa qualidade que apresenta, a castanha tem permitido manter, com larga vantagem, um saldo muito

- Solicita-se ao Governo a tomada de medidas urgentes para mitigar as quebras de produção (na ordem dos 80%).

31

Reunião Ministra Agricultura



Abordados assuntos como os aproveitamentos hidroagrícolas do Concelho, as perdas de produção na castanha e apoios à instalação de jovens agricultores.

32

Melhor Ensino



- Beneficiação e remodelação da Escola Miguel Torga fase II;
- Investimento: 138.860,00€.

33

Melhor Ensino



- Cobertura das Escolas das Beatas e Campo Redondo;
- Investimento: 212.000,00€.

34

Melhor Ensino



- Remodelação e beneficiação da Escola EB 2,3 Augusto Moreno;
- Investimento: 411.773,00€

35

Diplomacia



- O Embaixador da Tunísia, Mounir Ben Rjiba foi recebido no Município onde se abordaram temas como a capacidade do tecido empresarial e os níveis de exportação do concelho.

36

5. Outras Informações

70.º Aniversário do Palácio da Justiça

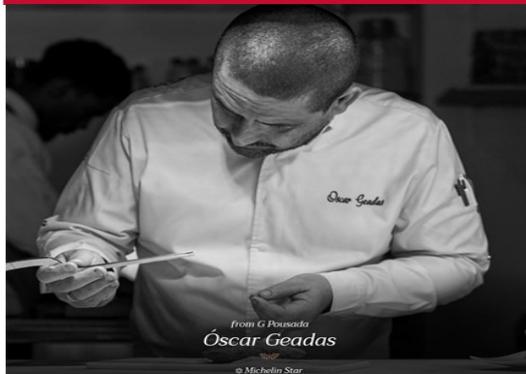


Abordado o tema do “direito e Interioridade” e reclamado um estatuto especial de interioridade para o território.

37

6. Reconhecimento ao Mérito

Restaurante G Pousada



Conquista, pela 5ª vez consecutiva, uma Estrela Michelin.

38

Restaurante típico “O Javali”



Conquista, pela 3ª vez consecutiva, uma Bib Gourmand” do Guia Michelin.

6. Reconhecimento ao Mérito

Pedro Filipe Maltez



Venceu a edição 2021/22 do Prémio Nacional Prof. Doutor José Pinto Peixoto – Ensino Secundário.

39

6. Reconhecimento ao Mérito

Tiago Rafael



Foto Jornal Nordeste

Com apenas 11 anos, sagrou-se Campeão Nacional de Minivelocidade em Moto 5 , Campeão Galego de Júnior GP e Campeão do VF Challenge Moto Race em Júnior GP.

40

Terminada a apresentação em powerpoint, o Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder aos esclarecimentos solicitados no PAOD.

- Quanto ao Museu da Língua Portuguesa, informou que, tendo em conta a incapacidade da empresa, a quem inicialmente foi adjudicada a obra, em concretizá-la, o Município viu-se obrigado a denunciar o contrato e a abrir novo procedimento concursal. Referiu que foi aberto concurso público internacional, tendo concorrido várias empresas, e que a empresa classificada em 2.º lugar havia contestado a adjudicação à empresa que ficou em 1.º lugar e interposto recurso, isto desde o dia 7 de novembro de 2022. Acrescentou que o processo foi analisado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, tendo este dado razão ao Município, porque o único critério existente é o preço.

Disse, ainda, que à empresa que ficou em 2.º lugar não lhe foi dada razão, e que se aguardou o tempo necessário que era concedido às empresas para poderem reclamar novamente. Que a empresa não reclamou no tempo devido, mas que, tendo pago uma coima, interpôs novamente recurso. E que, estando o processo pronto para envio ao Tribunal de Contas, estava o Município a trabalhar com os consultores jurídicos para verificar se podia avançar com o processo, pois está o Município convicto de que o recurso também poderá ser chumbado pelo Tribunal Fiscal e Administrativo de Mirandela, já que a contestação também o foi. Terminou, referindo que o Município está a trabalhar com a CCDR-N para que o Quadro Comunitário 2030 possa continuar a financiar esta intervenção, no mesmo valor do financiamento anterior, até ao máximo de 85%.

Relativamente à Igreja de São Francisco, referiu que já foi palco de um concerto no âmbito do Festival ClassicFest, sendo que atualmente não há nenhum tipo de financiamento, para a reabilitação do imóvel e destiná-lo a outros fins.

Referiu, ainda, que se aguarda o financiamento do Portugal 2030, para se conseguirem fundos para concretizar as obras que ali é necessário fazer, não se excluindo uma solução mista de culto com outras atividades.

No que diz respeito à dita falta de sensibilidade da CM para a cultura da oliveira, recordou que a tomada de posição relativa à castanha ocorreu no momento em que se sabia, exatamente, qual o volume de perda que existia no mercado e nos nossos produtores.

Terminou, referindo que o mesmo não ocorreu relativamente à azeitona, por ainda não existirem dados objetivos sobre a sua produção no nosso concelho, dado que a apanha estava a decorrer, pelo que não existia qualquer esquecimento, por parte da Câmara Municipal, relativamente a esta cultura.

Quanto ao falado milhão de euros, disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, para o combate às pragas do castanheiro, que o Sr. membro Luís Filipe referiu, supunha que se estivesse a referir à candidatura que o Município tem aprovada, no sentido de ser garantido esse tratamento, para o que foi aberto um procedimento concursal, para adjudicar a intervenção a quem tivesse capacidade para a fazer, método de trabalho decidido em reunião com o Ministério da Agricultura e a CIM-TTM.

O Sr. Presidente da Câmara informou, também, que, por opção, o Município havia decidido não organizar a Feira Norçaça, Norpesca e Norcastanha, dado que ainda existiam alguns problemas relacionados com a pandemia.

No que diz respeito ao matadouro de Bragança, informou, ainda, que à semelhança do que acontece noutros serviços do Município, os trabalhadores não estão imunes às doenças, sendo que, desde maio, três deles se encontravam na situação de baixa médica prolongada, e que outros dois haviam concorrido, através de procedimento concursal, para outras entidades, tendo saído da autarquia, mas que, entretanto, também foram afetos ao Matadouro dois trabalhadores de outros serviços da autarquia. Acrescentou que se tratava de um trabalho muito específico, e que havia sempre constrangimentos com a entrada de novos trabalhadores.

Deu, ainda, conta de que, caso ocorresse a greve anunciada dos veterinários da DGAV, poderia haver mais constrangimentos.

Solicitaram esclarecimentos, sobre o Estado e Vida do Município, os membros Luís Pires (PS), José Castro (CDU), Isabel Lopes (PSD), Luís Fernandes (PS) e António Malhão (PSD).

Luís Pires – Referindo-se ao Museu da Língua Portuguesa, disse que era compreensível o atraso verificado nesta obra, dadas as burocracias, porque o valor que estava orçamentado para fazer o trabalho, num determinado ano, 85%, é diferente no ano seguinte, mas queria saber se o valor a imputar à referida obra iria ser mais significativo, e quanto, porque pressupunha que esta alteração carece de aprovação.

Em seguida, questionou qual o valor investido no INTEC.

Também perguntou o que é que aconteceu para motivar a situação ocorrida com as obras da Zona Histórica.

Referiu, ainda, que na zona das escadas rolantes, na av. Sá Carneiro, há uma subida bastante íngreme que se torna num obstáculo para quem se desloca numa cadeira de rodas e tem problemas de mobilidade.

Quanto ao Plano de Intervenção na Zona Histórica, abordou a questão da mobilidade na zona envolvente à Igreja de São Vicente.

Por fim, questionou qual a capacidade das barragens e dos outros pontos de captação. E deu conhecimento de que tinha sido questionado, há algum tempo, por alguns moradores da zona da Braguinha, da razão pela qual a água das torneiras saiu castanha e com sabor.

Terminou, referindo que o semáforo para peões junto à residência castanha do IPB caiu e nunca fica verde, e que o mesmo acontece num outro em frente ao Burger king, na av. das Cantarias.

José Castro – Referiu-se ao problema que advém com as chuvadas fortes que é o arreste das escombreyras das minas do Portelo pela ribeira da Aveleda e que provoca receios na população. Acrescentou que os oitenta mil euros que foram gastos naquela zona não resolveram o problema, porque o mesmo persiste.

Perguntou se o Ministério do Ambiente se disponibilizou para apoiar o Município em termos financeiros na ordem de um milhão de euros para resolver este problema.

Quanto à questão da Zona Histórica, referiu que todos haviam sido surpreendidos com aquelas obras, depois da CDU ter questionado e referido, na Sessão da Assembleia de setembro, a questão dos pisos polidos e calçadas, e solicitada, por escrito, documentação de suporte àquelas obras, a qual foi entregue no dia 16 de dezembro.

Relativamente ao Matadouro Municipal, chamou a atenção para o facto de que os criadores de animais não serem menos que os produtores da castanha, da oliveira ou de cereais, por isso cabia à Câmara Municipal acautelar a gestão dos recursos humanos, para evitar a interrupção de funcionamento do Matadouro.

Terminou, chamando a atenção para, uma caleira que não tem escoamento para as águas pluviais, na travessa da Misericórdia, o que podia causar problemas para os idosos que a atravessam, principalmente no inverno, por causa do gelo que lá se acumula, e para a quantidade de incidências abertas por resolver na app Alerta Bragança.

Isabel Lopes – Fez a seguinte intervenção/pedido de esclarecimento, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“É sabido que a CMB assumiu, *ou vai assumir, a partir de abril do próximo ano*, as competências delegadas pelo governo na área da Ação social.

Alguns serviços estavam a ser assegurados por duas IPSS da cidade - a SCMB e o Centro Social de Sto. Condestável.

Esta medida implica a passagem ao desemprego de diversos técnicos que asseguram estes serviços *neste momento*.

Mais,

As IPSS vão ter de despende de milhares de euros em indemnizações a esses colaboradores.

Do conhecimento que tenho esses serviços estão a ser bem desempenhados *neste momento*.

Como é do conhecimento do Município, as IPSS estão quase todas com problemas de sustentabilidade.

Assim, a questão que coloco ao Sr. Presidente é a seguinte:

Pretende a CMB protocolar a prestação desses serviços com essas instituições, garantindo assim os postos de trabalho e ajudando dessa forma um sector que é tão importante para o desenvolvimento social e económico do *nosso concelho*?”.

Luís Fernandes – Referindo-se ao que havia dito o Sr. Presidente da Câmara relativamente aos funcionários do Matadouro, em que a Administração Pública sugava funcionários à Administração Local, recordou-lhe que a Câmara também podia sugar funcionários à Administração Pública.

Quanto ao regadio no concelho de Bragança, perguntou em que situação estavam, neste momento, as candidaturas das três barragens que foram candidatas.

António Malhão – Perguntou se a Câmara não equacionava a possibilidade de melhorar e rentabilizar a Praça Camões, criando ali um pequeno mercado permanente de venda de produtos tradicionais, como os enchidos, e criando, mesmo, uma estrutura física, permanente, que não ferisse o projeto em si, para alojar as barraquinhas do mercado que ocorre ao sábado na Praça da Sé.

Também perguntou se a Câmara não poderia acolher, no seu orçamento, um programa de apoio de emergência às famílias, perspetivando um 2023 muito difícil.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu aos pedidos de esclarecimento solicitados.

Relativamente ao Museu da Língua Portuguesa, referiu que a diferença dos valores de adjudicação é de cerca de seis milhões de euros, o que significa que, se a Câmara tiver financiamento de 85%, assumirá o valor que lhe compete.

Quanto às obras do Castelo, referiu que é um projeto de 2018, aprovado em 2015, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e, mais concretamente, no PAMUS (Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável). Informou que a empresa adjudicatária desta obra, desde 2019, foi a mesma que deixou a Câmara “pendurada” com a obra do Museu da Língua Portuguesa, e que, pela incapacidade da empresa, esta havia feito uma cedência de posição contratual para a empresa que fez a intervenção na av. Sá Carneiro, o que foi aceite pela Câmara Municipal, evitando um novo procedimento contratual.

Informou, ainda, que, em 2021, a obra da Zona Histórica devia ter tido início, o que não aconteceu, por indisponibilidade da empresa, e que o objetivo desta intervenção abrange a Rua Alexandre Herculano, com a instalação de controladores de acesso através de leitura de matrículas, que regulam a entrada naquela zona, e que o mesmo irá acontecer no acesso à Praça Camões. Também estava previsto, na zona junto à Igreja de São Vicente, substituir a calçada por uma igual à da Rua Combatentes da Grande Guerra, assim como o arranjo da área envolvente da Igreja, com lajetas de granito para melhorar a mobilidade.

E, também no âmbito do PAMUS, estava previsto a criação e a construção de corredores de circulação na Zona Histórica, no acesso ao Castelo e junto da Igreja de São Francisco, descendo a Costa Grande até ao Principal, e também a intervenção dentro das próprias muralhas do Castelo, tendo a Direção Geral da Cultura do Norte emitido parecer favorável, com algumas condicionantes.

Acrescentou, ainda, que, dada a disponibilidade da empresa, a obra teve início, não na Praça Camões, como era intenção da Câmara, por causa do evento “Bragança Terra Natal e dos Sonhos”, mas sim no Castelo. Só que, quando os corredores de circulação estavam a ser colocados, a Câmara, apercebendo-se de que o material a aplicar não estaria, sob o ponto de vista cromático, devidamente enquadrado com o existente, que era uma pedra escura, com vinte e sete anos de existência, decidiu, desde logo, suspender a obra, sendo que as fotografias colocadas nas redes sociais apresentavam uma obra por terminar, não correspondendo ao produto final, acrescentando que a Câmara já estava à

procura de materiais resistentes e com melhor enquadramento, sob o ponto de vista cromático, com a pedra escura do pavimento existente.

Referiu que aquelas obras visavam proporcionar a melhor mobilidade a todos os cidadãos, que se desloquem em cadeiras de rodas, carrinhos de bebé, andarilhos, bengalas ortopédicas, etc., substituindo as linhas retas por circuitos não tão retilíneos.

Relativamente ao INTEC, informou que o investimento foi de doze mil e quinhentos euros, não para atribuição de prémios mas para fazer o relatório, cujo objetivo era documentar um estudo para, depois, verificar as oportunidades de melhoria, contribuindo para a promoção e o desenvolvimento da qualidade de vida dos cidadãos.

Informou, também, que se alguém quisesse ler o relatório, o mesmo lhe seria entregue.

No que diz respeito às “escadas rolantes”, referiu que o acesso a esse equipamento urbano tem uma pequena elevação, sim, mas que ela não origina qualquer problema, em termos de circulação.

Relativamente às barragens, informou que elas estavam em plena capacidade.

E, sobre os semáforos, referiu que tomou nota do que foi referido.

Quanto às escombrelas das minas do Portelo, assegurou que, apesar de o Município não ter qualquer responsabilidade no problema existente, tem vindo a dialogar com quem de direito, para solucionar aquilo que considera ser um grave problema ambiental, sendo que já em março de 2017, a Câmara se havia deslocado ao local, com a DGEG, com a ICNF, a APA, a CCDR-N, o Presidente da Junta de Freguesia de então, para visitar o espaço e estudar a melhor forma de intervir. Também acrescentou que, na altura, foi referido um montante de quinhentos mil euros, que ele próprio considerou insuficiente, que nada resolveria caso não fosse tratado o problema da estanquidade dos detritos existentes na escombrela, tendo sugerido a execução de um projeto abrangente, o que foi bem acolhido, mas que, até agora, nada foi feito. Mais informou que, entretanto, juntamente com a UF de Aveleda e Rio de Onor, foi feita uma intervenção de limpeza e desassoreamento da Ribeira de Pequim, junto à aldeia de Aveleda, mas que o problema persiste.

Quanto aos criadores de gado, referiu que os mesmos têm sido apoiados pelo Município, desde há muito tempo.

Relativamente à caleira da travessa da Misericórdia, o Sr. Presidente da Câmara Municipal prometeu que iria verificar a situação.

No que diz respeito à questão colocada pela membro Isabel Lopes, sobre se a Câmara pretendia protocolar a prestação de serviços da área da Ação Social com a Santa Casa da Misericórdia de Bragança e com o Centro Social de Santo Condestável, de forma a garantir os postos de trabalho, informou que o Município decidiu aceitar as competências que lhe vão ser transferidas, a um de abril de 2023, e que iria ser feito aquilo que o próprio Governo determinou quanto à contratação de pessoas, para o efeito.

A este propósito, o Sr. Presidente deu conta de que, quando as competências, desta área, passaram para os municípios, uma IPSS reivindicou que, para continuar a executar o trabalho, o valor que o Governo iria transferir para o Município e, posteriormente, transferido para ela, fosse acrescido de mais 30%, montante a suportar pelo Município, sendo que, perante isto, o Município não poderia acarretar este acréscimo, ficando, por isso, com as competências, não as protocolando.

No entanto, manifestou a sua preocupação com as pessoas que eventualmente irão ficar desempregadas, e reiterou que o Município não tinha qualquer responsabilidade, porque se limitou a aceitar o que lhe foi legalmente transferido.

Quanto ao sugar de trabalhadores das autarquias pela Administração Central, referiu que o processo inverso era mais difícil.

Relativamente ao regadio, reafirmou que as candidaturas estavam todas chumbadas pelo Governo, e que, em reunião com a Sr.^a Ministra da Agricultura, esta havia assumido que iria marcar uma reunião com a DGADR (Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural), conjuntamente com o Município, para resolver esta questão do regadio, o que, até esta data, não aconteceu.

No que concerne à Praça Camões, referiu que o Executivo em funções tem dinamizado aquele espaço, e que o “mercadinho” funciona na Praça da Sé, mas que nunca funcionaria na Praça Camões, conforme lhes era transmitido pela grande generalidade dos expositores.

Relativamente ao apoio às famílias, referiu que este estava plasmado no Orçamento para 2023, mas que, caso a situação social se agravasse, ou surgissem mais casos, o Município não deixaria de direcionar toda a atenção para a resolução desses problemas.

Fizeram intervenção os membros Amparo Alves (PSD), João Ortega (PS), José Castro (CDU), Luís Fernandes (PS), António Malhão (PSD) e Luís Pires (PS).

Amparo Alves – Fez a seguinte intervenção, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretários, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, Exmos. Sras. e Srs. Presidentes de Junta e das Uniões de Freguesias, Sras. e Srs. Deputados. Cumprimento a Sr.^a Coordenadora dos Serviços da Assembleia Municipal e Srs. funcionários.

À Sra. Coordenadora, Sra. D. Luísa, desejo-lhe muita saúde e felicidades para a nova Etapa. Obrigada pelo excelente trabalho realizado nesta Assembleia durante os vários anos. À Dr.^a Rosa, felicito-a e dou-lhe as boas vindas à Casa da Democracia. Desejo-lhe um bom trabalho e muito sucesso.

Cumprimento todas as Chefias, Técnicos e todos os funcionários da Câmara Municipal. Cumprimento todos os Munícipes que acompanham os trabalhos desta digníssima Assembleia Municipal, via online, digníssimo Público, e Órgãos da Comunicação Social.

Bom dia!

Sr. Presidente, Bragança voltou a preparar uma excelente festa para os seus cidadãos e visitantes. A edição de Bragança, TERRA NATAL e de SONHOS, certamente que será um dos mais bem sucedidos eventos da região, elevando a Cidade ao estatuto de polo agregador de promoção territorial e desenvolvimento baseado na unicidade do nosso património. Com o evento Bragança, TERRA NATAL e de SONHOS, certamente que o nosso centro histórico será o principal beneficiário de uma estratégia que tudo tem para ser um sucesso.

O apoio continuado desta Câmara à educação é essencial para a criação de uma sociedade moderna, também a educação é o fator fulcral para o desenvolvimento de uma sociedade justa e equitativa. Apraz-me ver o investimento na qualificação, promoção e apoio às atividades escolares, através de ações como a atribuição de bolsas de estudo destinadas a alunos que tendo bom aproveitamento, sem o apoio conferido por esta Câmara, não poderiam realizar o seu sonho de uma educação superior. A Educação, Sr. Presidente, é o grande equalizador de uma sociedade que se quer moderna, inclusiva e virada para o futuro.

Sr. Presidente, o conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito da educação, nunca podem ser uma aposta perdida. Um território desprovido de pessoas com baixas competências ou baixas taxas de escolaridade, é um território destinado ao fracasso. É por isso importante, compreender a educação, como um elevador social que permite atenuar desigualdades e melhorar o nível de vida das populações.

Este Executivo tem feito uma grande aposta nesta área, com os escassos recursos que lhe são concedidos pelo ORÇAMENTO de ESTADO, o que revela uma exímia competência na gestão e na organização do nosso Município, face ao setor da Educação. Vossa Exa. com o seu executivo conseguem fazer e permitam-me a expressão *como dizia o nosso povo* “fazer omeletes sem ovos” o que demonstra a sua grande capacidade de liderança, inteligência, dinâmica, ação, empenho, dedicação ao qual devemos estar todos muito gratos.

É fundamental, numa sociedade que busca a igualdade e a justiça social, procurar apoiar aqueles que mais precisam. Sr. Presidente, o apoio que esta Câmara vota à habitação, saúde e vida digna dos seus cidadãos, deve ser a marca de uma qualquer sociedade moderna. Saúdo assim, na pessoa de V. Ex.^a, o esforço assinalável na promoção do hospital de Bragança, como uma unidade de saúde independente e prestadora de um serviço de qualidade para os seus utentes. Sr. Presidente, terá aqui sempre uma apoiante de primeira linha, para a sua política de atração de melhoramento de valências de saúde, especialmente tratando-se da nossa terra de um espaço que se encontra bastante afastado dos principais polos provedores de saúde do nosso país.

Sobre as atividades culturais e turísticas, Bragança tem apresentado constantemente uma vasta disponibilidade de locais e atividades destinadas a apresentar aos cidadãos e a quem nos visita, a riqueza cultural do nosso amado Concelho. A nossa terra tem uma oferta cultural bastante acima da média da realidade transmontana, colocando-se a par de uma oferta cultural observada em locais de maior dimensão. A dinamização constante de locais e atividades, como o Centro de Arte Contemporânea, o Festival Internacional de Música - Bragança ClassicFest, ou a dinamização do Museu Ibérico da Máscara e do Traje, ou do Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano, assim como das diversas iniciativas promovidas pelas localidades rurais como o Concerto de Bandas na Basílica de Santo Cristo de Outeiro.

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Sr. Presidente da CM, Senhoras e srs. Vereadores, sras. e srs. Presidentes de Junta e das Uniões de Freguesia, Sras. e Srs. Deputados. Deve ser dado especial ênfase a uma preocupação constante desta Câmara, na dinamização e apoio às atividades económicas, independentemente da dimensão ou tipologia. Senhor Presidente, aplaudo a contínua aposta na diversificação de produtos, assim como do desenvolvimento de esforços hercúleos, na captação de novas atividades para o nosso Concelho, a capacidade de uma terra em valorizar meios de produção económica tradicional, é o caminho certo para um desenvolvimento equilibrado, o qual, a par da atividade que se deve demonstrar aos potenciais investidores de fora, certamente contribuirá para um desenvolvimento cada vez mais acelerado e diversificado do nosso tecido económico. Destaco especialmente o número que recentemente me foi apresentado, verificando com enorme satisfação um incremento record de dormidas nas unidades hoteleiras do nosso Concelho número especialmente importante, quando comparado com a média nacional, a qual ficou abaixo do desempenho da nossa terra. Sr. Presidente, esta terra e os seus promotores turísticos, estão de parabéns devendo ser incentivados a uma melhoria constante através de políticas e eventos favoráveis para a atração de visitantes.

Sr. Presidente, da minha parte e dos bragançanos, só posso afirmar, que se deve continuar a percorrer um caminho, o qual, apesar de longo e difícil, é o caminho certo para o desenvolvimento da nossa região, desenvolvimento esse que se pretende que seja inclusivo e adequado às necessidades locais, mas que também sirva para atrair e fixar cada vez mais população, quer seja de forma permanente, quer seja através da atração de mais turistas, destacando o excelente trabalho desenvolvido na estratégia de marketing territorial “Bragança Naturalmente”, destinado a evidenciar a beleza e características singulares da nossa terra a um público de fora.

Desejo-lhe um bom trabalho e toda a força do mundo para enfrentar as adversidades e não devemos esquecer todos aqueles que servem a causa pública. Desejo-vos e às vossas famílias e a todos os munícipes, um SANTO E FELIZ NATAL. O DEUS MENINO vos traga muita Saúde, Paz e Amor! “NÃO SE ESQUEÇAM DE SER FELIZES”. Obrigada!”

João Ortega – Quanto às obras da Zona Histórica, referiu que não criticava o projeto, porque não o conhecia, mas sim a metodologia do que é projetar e pensar o espaço público. Referiu, ainda, que há muito tempo que o PS defende que os projetos de

intervenção no espaço público deviam passar a ser participativos, apresentados e discutidos em público, bem como fomentados e explicados. Acrescentou que os concorrentes aos concursos deveriam apresentar, publicamente, as suas propostas, para que, assim, ficasse garantida a adesão do público ao próprio projeto, cabendo, sempre, ao Município a decisão final, de uma forma mais transparente.

José Castro – Quanto às obras da Zona Histórica, referiu que, além da participação pública, havia falhado também a arquitetura. Relativamente à questão das minas do Portelo, referiu que houve o empurrar do Governo, com quinhentos mil euros, para o Município fazer a obra, o que, também no seu entender, era muito pouco, mas que as pessoas que são servidas pela ribeira da Aveleda mereciam que tivesse sido aproveitada essa verba.

Relativamente ao Matadouro, referiu que a CDU também reclamava a abertura de concurso para reforço do quadro de pessoal, para que as vicissitudes das doenças fossem acauteladas.

Quanto à dita caleira, referiu que reconhecia a gravidade do problema, mas que, além desta, existiam mais duzentas e oito incidências registadas no “Alerta Bragança”, que convinha saber se estão a ser resolvidas, como era o caso das infiltrações nas casas do Bairro Social da Mãe de Água. Questionou, ainda, sobre a situação das xispas e do procedimento concursal de que se tinha falado, há um ano.

Terminou, abordando a questão dos Serviços de Transportes Urbanos de Bragança, frisando que se impunha um estudo para aprofundar a frequência e regularidade dos mesmos, dada a grande procura de habitação nas zonas periféricas.

Luís Fernandes – Abordando, novamente, a questão da azeitona, reforçou a ideia de que a Câmara esteve desatenta, porque, este ano, a apanha da azeitona aconteceu mais cedo, enquanto que a da castanha se atrasou.

Quanto às barragens, referiu que apoiava a Câmara Municipal, em relação ao regadio e à necessidade de estancar água.

Terminou, referindo que iria deixar um requerimento à mesa, para o Sr. Presidente da Câmara responder, por escrito, a três questões.

- 1- Quantos projetos de barragens foram candidatados pela Câmara Municipal de Bragança ao Programa Nacional de Regadios, no ano de 2019?

- 2- Foi informado que dos projetos candidatados deveria escolher um para seguir com o processo? Se sim, em que data e que fundamento lhe foi apresentado?
- 3- As candidaturas apresentadas foram reprovadas? Se sim, em que data foi informado que os processos candidatados foram indeferidos e qual o fundamento para esse indeferimento?

António Malhão – Quanto às obras do Castelo, referiu que a democracia participativa funcionou. Que os cidadãos viram a obra, discutiram-na e apresentaram as suas opiniões à Câmara. Referiu, ainda, que registava com agrado a humildade demonstrada pelo Executivo, de voltar atrás e de reconhecer que seria possível analisar o processo, discuti-lo e melhorá-lo.

Recuperando a interpelação ao Sr. Presidente da Câmara, no período de pedidos de esclarecimentos, mais concretamente no que diz respeito à melhoria da Praça Camões, referiu que reconhecia o bom trabalho feito pelo Executivo e deixou uma sugestão, que diz não ser só sua, mas “vox populi”, de que aquele espaço poderia evoluir para uma estrutura fixa, acolhendo, assim, o mercado da “Banca na Praça”, que se realiza na Praça da Sé, aos sábados, e outros.

Luís Pires - Questionou o facto do Sr. Presidente da Câmara ter dito que as obras na Zona Histórica haviam sido suspensas porque a Câmara, atempadamente, havia percebido que o projeto não estava de acordo, cromaticamente, com aquilo que preconizava, e que o Sr. membro António Malhão havia referido que foram os munícipes que obrigaram a Câmara a parar a obra.

O Sr. **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Referiu que o Município nunca se furtou à discussão, e recordou que este tipo de projetos/intervenções havia sido discutido em sessão pública, aquando da apresentação do Plano Estratégico, no Teatro Municipal, onde estiveram presentes alguns dos srs, membros da AM, e afirmou que a CM estava recetiva a acolher as opiniões de todos, quer individual, quer coletivamente, cujo objetivo era melhorar o nosso Concelho.

Em resposta ao Sr. membro José Castro, afirmou que se deve fazer investimento na escombreira das minas de Portelo, mas de forma a não o desperdiçar. Reiterou que a CM nunca rejeitou qualquer investimento para o Concelho.

Quanto à aplicação “Alerta Bragança”, informou que a mesma tinha um acompanhamento diário e que algumas ocorrências apareciam como não resolvidas, ao contrário do que já acontecia.

Relativamente às xispas, informou que a entrega de bicicletas, tanto a nível nacional como internacional, era caótica, por não haver material para entrega, embora o concurso estivesse adjudicado e concluído.

Ao Sr. membro Luís Fernandes, disse que, oportunamente, iria obter resposta, por escrito, às questões que colocou.

Ponto 4.3 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

Ponto 4.3.1 – Documentos Previsionais para o Ano de 2023 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Anexos.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

“I – CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia sete de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- “DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2023 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E ANEXOS -----

----- Pelo Sr. Presidente e em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submete-se para aprovação as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023.-----

----- O referido documento integra, em anexo, o Mapa de Pessoal para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 28.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 35/2014, de

20 de junho e a autorização genérica com limites à concessão de isenções totais ou parciais de taxas e outras receitas municipais nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- É, ainda, presente, conjuntamente com o referido documento, por motivos de simplificação, celeridade processual e eficácia, a autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais ao abrigo da alínea c) do n.º 1 e do n.º 3, ambos do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambas as situações para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

----- Mais se propõe que os documentos anteriormente referidos sejam submetidos para deliberação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto nas alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Intervenção do Sr. Presidente da Câmara: -----

----- “No início da mensagem do Plano e Orçamento para 2022 referi que, seguramente, o ano de 2022 continuaria a ser marcado pela incerteza da evolução da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 que, para além de representar uma emergência de saúde pública, influenciaria a atividade dos diferentes agentes económicos, independentemente da respetiva natureza, e de forma particular os Municípios, enquanto dinamizadores dos territórios. E assim foi. -----

----- Hoje, com a pandemia já devidamente controlada, seria expectável que tudo voltaria a ficar bem, ou pelo menos melhor. -----

----- No entanto, a realidade é muito diferente, pois vivemos um ambiente geopolítico e macroeconómico muito complexo, instável e volátil, provocado pela invasão da Rússia à Ucrânia, que continua a condicionar a evolução da economia mundial. -----

----- O aumento da incerteza e da instabilidade do mercado energético internacional, que originou uma escalada dos preços da eletricidade e do gás natural alastrou, também, a todo o espectro de bens e serviços, materializando-se num reforço das pressões inflacionistas, a atingir níveis históricos (em Portugal a inflação atingiu um máximo histórico de três décadas), obrigando as economias a tomar medidas restritivas de política monetária. -----

-----Por outro lado, o comércio internacional continua a assistir à escassez de abastecimento de determinadas matérias primas, bem como de produtos alimentares essenciais.-----

-----A par destes desafios de dimensão macroeconómica, ocorreu em 2022 a transferência de competências para o Município na área da educação com as demais consequências financeiras, humanas e organizacionais. Em 2023 acontecerá a transferência de competências na área social (que assumimos por imposição).-----

-----Assim, na elaboração do Plano e Orçamento para 2023, após o necessário diagnóstico estratégico e a análise dos principais fatores críticos que poderão afetar a atuação e interação do Município de Bragança com os diferentes *stakeholders*, foi definida a estratégia, assente em quatro pilares: - Gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão; - Coesão social; Desenvolvimento económico e competitividade; - Reabilitação urbana.-----

-----Com uma dotação inicial de 52.170.600,00 euros, refletindo um acréscimo de 20,77% face ao orçamento inicial de 2022 (+8,97 milhões de euros), cumprimos a regra do equilíbrio orçamental, sendo as receitas correntes superiores às despesas correntes em 7.517.700,00 euros.-----

-----A atual crise obrigará a um esforço municipal adicional em diferentes áreas e de forma particular na social, absorvendo esta 73,06% dos recursos financeiros alocados ao orçamento do próximo ano.-----

-----A transição digital dos serviços municipais, tornando-os mais simples, inclusivos e seguros, continuará a ser um desiderato deste executivo, em consonância com as prioridades refletidas no Plano de Ação Europeu, designados pela Comissão Europeia, como a "década digital". Garantir um elevado nível de segurança das redes e da informação será, igualmente, uma prioridade, no sentido da melhoria contínua da cibersegurança desta instituição e a mitigação de potenciais riscos.-----

-----Como já referido, é previsível que o ano de 2023 traga novas e acrescidas dificuldades para as famílias. Certamente que o Município terá a capacidade de responder positivamente, tal como tem acontecido até à data, e estar na linha da frente, em perfeita articulação com os restantes parceiros, por forma a garantir iguais oportunidades para todos, procurando, assim, corrigir desigualdades sociais e apostando na coesão social que se corporiza num território mais inclusivo e solidário.-----

----- Bragança é, hoje, um território muito atrativo, para viver mas também para investir. Continuaremos, pois, empenhados no reforço do desenvolvimento económico e da competitividade, como garante da criação de mais emprego e riqueza para todos, particularmente para os mais jovens. -----

----- Os efeitos das alterações climáticas são cada vez mais evidentes e uma preocupação a ter em consideração na definição das políticas locais. Assim, assumimos o compromisso de, com o necessário planeamento e envolvimento dos diversos agentes locais, implementar medidas de adaptação às alterações climáticas, capazes de inspirar a aceleração da descarbonização, tornando este território mais resiliente e sustentável, dando um importante contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. -----

----- É, também, nosso desiderato continuar a afirmar Bragança na cultura, no desporto e no turismo, promovendo e apoiando diferentes iniciativas e eventos, de forma muito seletiva, capazes de dinamizar a economia e promover a Marca Bragança. -----

----- Por último, o desenvolvimento de processos de Reabilitação Urbana integrada, em articulação com as Juntas/Uniões de Freguesias, criando novas dinâmicas sociais e económicas, assim como uma maior atratividade da cidade, da vila de Izeda e das 114 aldeias e, obviamente, a melhoria da qualidade de vida das populações. -----

----- Naturalmente, os desafios serão imensos, mas tal como no passado, estou confiante que, com o contributo e envolvimento de todos, particularmente com a dedicação e o sentido de responsabilidade dos dirigentes, chefias e todos os trabalhadores do Município, continuaremos bem preparados para reagir e ultrapassar as muitas e difíceis adversidades, sempre movidos pelo melhor interesse das nossas pessoas e das nossas comunidades.” -----

O Sr. Presidente da Câmara coloca a votação a proposta. -----

----- Após análise e discussão, foi deliberado, com cinco votos a favor dos Srs., Presidente, e Vereadores, Paulo Xavier, Fernanda Silva, Miguel Abrunhosa e Olga Pais, e um voto abstenção do Sr. Vereador, João Pinheiro, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2023 – Grandes Opções do Plano, Proposta do Orçamento e Anexos, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter as propostas dos documentos, para aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com as alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

Declaração de voto apresentada pelo Sr. Vereador, João Pinheiro: -----

----- “O Plano de Atividades e Orçamento do Município de Bragança para o ano de 2023, enquanto instrumento de gestão política, reflete a estratégia política da maioria que governa os destinos da autarquia. Este Plano de Atividades e Orçamento não traduz as opções políticas que constam do nosso programa eleitoral, que foi a sufrágio no ano de 2021 e que defendemos para o Concelho de Bragança, a valorização do crescimento económico e do emprego, das condições de atração empresarial, e da atividade turística do concelho, por isso o Vereador do Partido Socialista exerce o sentido de voto pela abstenção.” -----

Declaração de voto apresentada pelo Sr. Vereador, Paulo Xavier-----

----- “As grandes opções do plano apresentado referem as linhas estratégicas do município para o ano de 2023 e o financiamento necessário para as executar.-----

----- Do ponto de vista estratégico foco especialmente as quatro linhas gerais: gestão, organização interna e relação com o cidadão; coesão social; desenvolvimento económico e reabilitação urbana. -----

----- Como base nas linhas gerais citadas podemos destacar as principais metas:-----

----- - Reduzir a dívida global – a mesma tem vindo a ser reduzida nos últimos anos em linha com o definido, mantendo o nível de investimento; -----
Plano de desenvolvimento pessoal para colaboradores; -----

----- - Manter apoios às famílias carenciadas em diversos âmbitos – apoio a despesas com água, concessão de bolsas de estudo, transportes gratuitos, apoio a despesas com a renda da casa; -----

----- - Promoção do turismo; -----

----- - Promoção da internacionalização; -----

----- - Continuidade da melhoria das acessibilidades; -----

----- Promoção económica empresarial; -----

----- Criação de espaços abertos de lazer; -----

----- Renovação ou construção de edifícios públicos em linha com o já executado.-----

----- Como refiro anteriormente, investimentos continuam a ser realizados, destacando no PPI: -----

----- O investimento em equipamentos culturais – Museu da Língua Portuguesa (mais de 18 milhões de euros, com metade desse valor (9,7 milhões) a ser executada no ano de 2023); -----

----- O investimento na valorização turística da linha do Tua – troço de Bragança (mais de um milhão de euros em 2023); -----

----- O investimento de cerca de 3 milhões de euros em 2023 em urbanização com destaque para a melhoria da mobilidade multimodal e construção/valorização de passeios.

----- Finalmente, posso concluir que, muito embora se continue com a necessidade em cumprir com a redução da dívida, existe claramente uma vontade em investir, como se pode verificar no PPI. Se prestarmos atenção ao valor previsto para pagamentos em 2023 podemos constatar a existência de um investimento de quase 20 milhões de euros.” -----

Declaração de voto apresentada pela Sra. Vereadora, Fernanda Silva-----

----- “Voto favoravelmente as Grandes Opções do Plano para o ano de 2023 porque estamos perante um documento rigoroso, que reflete uma gestão cuidada e realista, sustentada, desde logo, pelos princípios basilares da ação do executivo municipal: a prestação de um serviço público de qualidade contribuindo, assim, para uma maior transparência, eficiência, eficácia, equidade e excelência, na atuação do município para com os municípios. -----

----- Uma gestão autárquica ajustada a uma conjuntura macroeconómica desfavorável, num contexto de inflação elevada, que apresenta desafios que exigem respostas alicerçadas em medidas exequíveis e concretas, que produzam efeito imediato na vida dos cidadãos. -----

----- Neste sentido reforça-se a aposta no apoio a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e em situação de pobreza e exclusão social, através de um conjunto de medidas que procuram colmatar os diferentes problemas e necessidades dos municípios.

----- Sendo as pessoas e o seu bem-estar o centro da nossa atuação, a promoção da coesão social será um eixo vital, por forma a garantir iguais oportunidades para todos e a construção de um território mais inclusivo e solidário. -----

----- É neste sentido que a educação, a cultura e a ação social se assumem como motores de mudança, de progresso, de equidade e coesão territorial, sempre numa perspetiva de trabalho integrado e em rede com os parceiros culturais, sociais e estruturas de educação do concelho, contribuindo, desta forma, para uma intervenção ao nível local mais eficiente e eficaz. -----

----- Voto favoravelmente porque as Grandes Opções do Plano para 2023 visam o desenvolvimento económico, social e ambiental como garante da criação de riqueza e emprego para todos e de forma particular para os mais jovens, convergindo para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos cidadãos que residem, estudam e trabalham no concelho, contribuindo para o desenvolvimento inteligente, harmonioso, sustentável, inclusivo e integrado do território. -----

----- Tenho dito, Sr. Presidente.” -----

Declaração de voto apresentada pelo Sr. Vereador, Miguel Abrunhosa-----

----- “Voto favoravelmente as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o exercício económico de 2023, visto que este documento previsional traduz de forma realista, objetiva e exequível a estratégia municipal para o próximo ano, sustentada num conjunto de ações, iniciativas, medidas e projetos, ajustadas aos desafios de dimensão macroeconómica, que continuarão a onerar a estrutura de gastos, provocada, de forma particular, pelos níveis crescentes de inflação e os custos de energia consistentemente elevados. -----

----- Neste contexto desafiante, de instabilidade geopolítica e macroeconómica, continuaremos a assumir os nossos compromissos com a comunidade, a ser fiéis à nossa missão e princípios, e a agir com grande sentido de responsabilidade, rigor e transparência na gestão, prossequindo o Desenvolvimento Sustentável de Bragança.”-----

Declaração de voto apresentada pela Sra. Vereadora, Olga Pais-----

----- “Voto favoravelmente considerando que a presente proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o Ano 2023 apresenta uma estratégia de ação centrada em quatro eixos vitais para a melhoria da qualidade de vida dos nossos municípios e de quem nos visita ou pretende investir: Gestão, Organização Interna e

Relacionamento com o Cidadão; Coesão Social; Desenvolvimento Económico e Competitividade; e Reabilitação Urbana. -----

----- Num cenário nacional alarmante resultado de opções do Governo Central onde segundo dados do INE e Pordata dos 10,3 milhões de habitantes 4,4 milhões são pobres, com a maior taxa de inflação registada desde 1922, onde a competitividade fiscal em Portugal é a 3.ª pior da OCDE tendo Portugal uma elevada taxa de imposto sobre as empresas de 31,5% (a média da OCDE é de 23,6%), onde a taxa de pobreza e exclusão em Portugal representa o pior agravamento nas condições das famílias no bloco europeu, onde apesar dos efeitos da pandemia e da condição geopolítica 12 países conseguiram tirar população da pobreza, o executivo deste município apresenta neste documento, dentro das suas competências, propostas concretas no apoio direto e indireto às pessoas e empresas do concelho, tentando contrariar o baixo investimento público, por parte da Administração Central, que afeta de forma mais significativa os territórios de baixa densidade. -----

----- A presente proposta segue, ainda, as orientações anunciadas e validadas pela maioria dos eleitores do Concelho durante o período eleitoral e com as quais os membros eleitos se comprometeram.” -----

----- **Anexo:** Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023. -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 07 de dezembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro

II – Anexos:

Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023.”

O Sr. Presidente da Câmara, relativamente a este ponto, fez a seguinte nota introdutória, suportada no documento escrito, que, a seguir, se transcreve:

“No início da mensagem do Plano e Orçamento para 2022 referi que, seguramente, o ano de 2022 continuaria a ser marcado pela incerteza da evolução da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 que, para além de representar uma emergência de saúde pública,

influenciaria a atividade dos diferentes agentes económicos, independentemente da respetiva natureza, e de forma particular os Municípios, enquanto dinamizadores dos territórios. E assim foi.

Hoje, com a pandemia já devidamente controlada, seria expectável que tudo voltaria a ficar bem, ou pelo menos melhor.

No entanto, a realidade é muito diferente, pois vivemos um ambiente geopolítico e macroeconómico muito complexo, instável e volátil, provocado pela invasão da Rússia à Ucrânia, que continua a condicionar a evolução da economia mundial.

O aumento da incerteza e da instabilidade do mercado energético internacional, que originou uma escalada dos preços da eletricidade e do gás natural alastrou, também, a todo o espectro de bens e serviços, materializando-se num reforço das pressões inflacionistas, a atingir níveis históricos (em Portugal a inflação atingiu um máximo histórico de três décadas), obrigando as economias a tomar medidas restritivas de política monetária.

Por outro lado, o comércio internacional continua a assistir à escassez de abastecimento de determinadas matérias primas, bem como de produtos alimentares essenciais.

A par destes desafios de dimensão macroeconómica, ocorreu em 2022 a transferência de competências para o Município na área da educação com as demais consequências financeiras, humanas e organizacionais. Em 2023 acontecerá a transferência de competências na área social (que assumimos por imposição).

Assim, na elaboração do Plano e Orçamento para 2023, após o necessário diagnóstico estratégico e a análise dos principais fatores críticos que poderão afetar a atuação e interação do Município de Bragança com os diferentes stakeholders, foi definida a estratégia, assente em quatro pilares: - Gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão; - Coesão social; - Desenvolvimento económico e competitividade; - Reabilitação urbana.

Com uma dotação inicial de 52.170.600,00 euros, refletindo um acréscimo de 20,77% face ao orçamento inicial de 2022 (+8,97 milhões de euros), cumprimos a regra do equilíbrio orçamental, sendo as receitas correntes superiores às despesas correntes em 7.517.700,00 euros.

A atual crise obrigará a um esforço municipal adicional em diferentes áreas e de forma particular na social, absorvendo esta 73,06% dos recursos financeiros alocados ao orçamento do próximo ano.

A transição digital dos serviços municipais, tornando-os mais simples, inclusivos e seguros, continuará a ser um desiderato deste executivo, em consonância com as prioridades refletidas no Plano de Ação Europeu, designados pela Comissão Europeia, como a "década digital". Garantir um elevado nível de segurança das redes e da informação será, igualmente, uma prioridade, no sentido da melhoria contínua da cibersegurança desta instituição e a mitigação de potenciais riscos.

Como já referido, é previsível que o ano de 2023 traga novas e acrescidas dificuldades para as famílias. Certamente que o Município terá a capacidade de responder positivamente, tal como tem acontecido até à data, e estar na linha da frente, em perfeita articulação com os restantes parceiros, por forma a garantir iguais oportunidades para todos, procurando, assim, corrigir desigualdades sociais e apostando na coesão social que se corporiza num território mais inclusivo e solidário.

Bragança é, hoje, um território muito atrativo, para viver mas também para investir. Continuaremos, pois, empenhados no reforço do desenvolvimento económico e da competitividade, como garante da criação de mais emprego e riqueza para todos, particularmente para os mais jovens.

Os efeitos das alterações climáticas são cada vez mais evidentes e uma preocupação a ter em consideração na definição das políticas locais. Assim, assumimos o compromisso de, com o necessário planeamento e envolvimento dos diversos agentes locais, implementar medidas de adaptação às alterações climáticas, capazes de inspirar a aceleração da descarbonização, tornando este território mais resiliente e sustentável, dando um importante contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

É, também, nosso desiderato continuar a afirmar Bragança na cultura, no desporto e no turismo, promovendo e apoiando diferentes iniciativas e eventos, de forma muito seletiva, capazes de dinamizar a economia e promover a Marca Bragança.

Por último, o desenvolvimento de processos de Reabilitação Urbana integrada, em articulação com as Juntas/Uniões de Freguesias, criando novas dinâmicas sociais e económicas, assim como uma maior atratividade da cidade, da vila de Izeda e das 114 aldeias e, obviamente, a melhoria da qualidade de vida das populações, *que é, de facto, o nosso principal objetivo.*

Naturalmente, os desafios serão imensos, mas tal como no passado, estou confiante que, com o contributo e envolvimento de todos, particularmente com a dedicação e o sentido de responsabilidade dos dirigentes, chefias e todos os trabalhadores do

Município, continuaremos bem preparados para reagir e ultrapassar as muitas e difíceis adversidades, sempre movidos pelo melhor interesse das nossas pessoas e das nossas comunidades.

Para este desiderato contribuirão também todos os responsáveis autárquicos, como já referi, membros deste órgão, membros das assembleias de freguesia e, de forma particular, as senhoras e os senhores presidentes das juntas. Assim, para a concretização de todas as atividades e obras constantes deste documento, que será submetido a votação, passo a explicar, de forma sucinta, a componente financeira.”

De seguida, passou à apresentação dos dados financeiros, através de seguinte apresentação powerpoint:

Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2023



Mapa comparativo do orçamento previsual da receita 2022 vs 2023

Designação	Orçamento		variação homóloga (VH)		Estrutura
	2022 DI	2023 DI	absoluta	%	2023 %
Receitas Correntes					
Impostos diretos	6 350 200	6 615 200	265 000	4,2%	12,7%
Impostos indiretos	900	900	0	0,0%	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	1 903 500	2 046 400	142 900	7,5%	3,9%
Rendimentos de propriedade	1 852 700	1 861 100	8 400	0,5%	3,6%
Transferências correntes	17 366 050	22 387 600	5 021 550	28,9%	42,9%
Venda de bens e serviços correntes	5 703 800	5 832 200	128 400	2,3%	11,2%
Outras receitas correntes	41 300	311 200	269 900	653,5%	0,6%
[1] Total (receitas correntes)	33 218 450	39 054 600	5 836 150	17,6%	74,9%
Receitas de Capital					
Venda de bens de investimento	42 000	90 400	48 400	115,2%	0,2%
Transferências de capital	9 889 400	12 567 200	2 677 800	27,1%	24,1%
Ativos financeiros	-	100	100	-	0,0%
Passivos financeiros	200	200	0	0,0%	0,0%
Outras receitas de capital	300	300	0	0,0%	0,0%
Reposições não abatidas pagamentos	46 300	457 800	411 500	888,8%	0,9%
[2] Total (receitas capital)	9 978 200	13 116 000	3 137 800	31,4%	25,1%
Receita Total [3] = [1] + [2]	43 196 650	52 170 600	8 973 950	20,8%	100,0%

Valores em euros

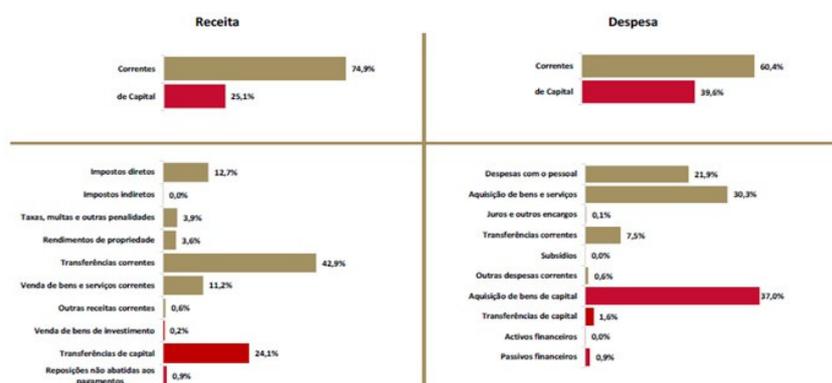
44

Mapa comparativo do orçamento previsual da despesa 2022 vs 2023

Designação	Orçamento		variação homóloga (VH)		Estrutura
	2022 DI	2023 DI	absoluta	%	2023 %
Despesas Correntes					
Despesas com o pessoal	8 659 750	11 450 850	2 791 100	32,2%	21,9%
Aquisição de bens e serviços	13 126 050	15 791 200	2 665 150	20,3%	30,3%
Juros e outros encargos	57 600	74 900	17 300	30,0%	0,1%
Transferências correntes	3 063 150	3 900 250	837 100	27,3%	7,5%
Subsídios	200	200	0	0,0%	0,0%
Outras despesas correntes	336 400	319 500	-16 900	-5,0%	0,6%
[4] Total (despesas Correntes)	25 243 150	31 536 900	6 293 750	24,9%	60,4%
Despesas de Capital					
Aquisição de bens de capital	16 569 300	19 285 300	2 716 000	16,4%	37,0%
Transferências de capital	890 600	857 100	-33 500	-3,8%	1,6%
Ativos financeiros	1 000	1 000	0	0,0%	0,0%
Passivos financeiros	492 600	490 300	-2 300	-0,5%	0,9%
[5] Total (despesas de capital)	17 953 500	20 633 700	2 680 200	14,9%	39,6%
Despesa Total [6] = [4] + [5]	43 196 650	52 170 600	8 973 950	20,8%	100,0%

45

Composição do Orçamento para 2023



45

Resumo do orçamento previsto para o ano de 2023 e cumprimento da regra do equilíbrio orçamental

Descrição	Classificação Orçamental		Total
	Correntes	de Capital	
Receitas	39 054 600	13 116 000	52 170 600
Despesas	31 536 900	20 633 700	52 170 600
SALDO	7 517 700	-7 517 700	
A - Receitas correntes previstas		39 054 600	
B - Despesas correntes previstas		31 536 900	
C - Saldo corrente previsto (A-B)		7 517 700	
D - Amortizações médias dos EMLP		338 655	
E - Diferença (C-D)		7 179 045	
CONCLUSÃO	Cumprimento da regra do equilíbrio (n.º 2 do art.º 40.º do RFALEI)		

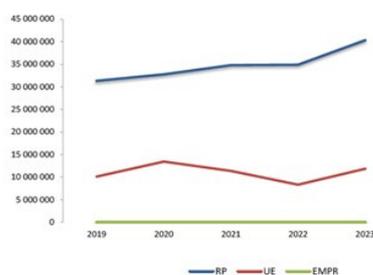
Valores em euros

47

Evolução da Previsão das Receitas Totais por Fontes de Financiamento

Fontes de Financiamento	2022		2023		Variação em %
	Valor	Estrutura (%)	Valor	Estrutura (%)	
Receitas próprias (RP)	34 782 100	80,7%	40 314 600	77,3%	15,9%
Financiamento da UE (UE)	8 316 750	19,3%	11 855 800	22,7%	42,6%
Contração de empréstimos (EMPR)	200	0,0%	200	0,0%	0,0%
TOTAL	43 099 050	100,0%	52 170 600	100,0%	21,0%

Valores em euros



48

Variação e estrutura do orçamento de despesa corrente e capital

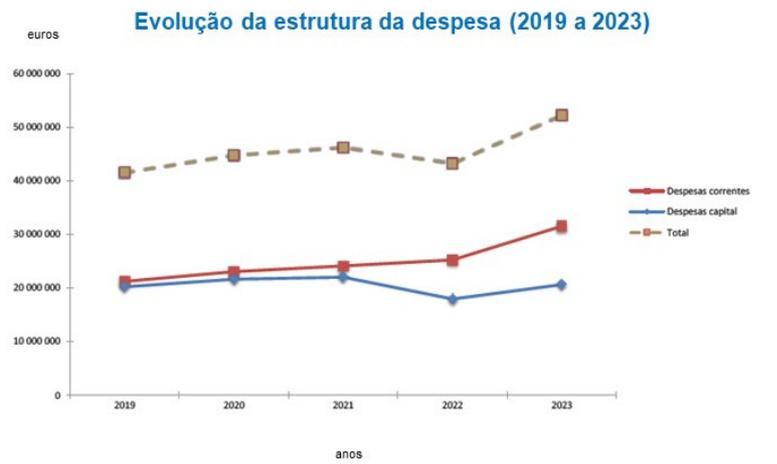
Designação	Orçamento 2022	Orçamento 2023	variação homóloga (VH)		Estrutura 2023
	DI	DI	absoluta	%	%
Despesas Correntes					
Despesas com o pessoal	8 659 750	11 450 850	2 791 100	32,2%	36,3%
Aquisição de bens e serviços	13 126 050	15 791 200	2 665 150	20,3%	50,1%
Juros e outros encargos	57 600	74 900	17 300	30,0%	0,2%
Transferências correntes	3 063 150	3 900 250	837 100	27,3%	12,4%
Subsídios	200	200	0	0,0%	0,0%
Outras despesas correntes	336 400	319 500	-16 900	-5,0%	1,0%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	25 243 150	31 536 900	6 293 750	24,9%	100,0%

Valores em euros

Designação	Orçamento 2022	Orçamento 2023	variação homóloga (VH)		Estrutura 2023
	DI	DI	absoluta	%	%
Despesas de Capital					
Aquisição de bens de capital	16 569 300	19 285 300	2 716 000	16,4%	93,5%
Transferências de capital	890 600	857 100	-33 500	-3,8%	4,2%
Ativos financeiros	1 000	1 000	0	0,0%	0,0%
Passivos financeiros	492 600	490 300	-2 300	-0,5%	2,4%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	17 953 500	20 633 700	2 680 200	14,9%	100,0%

Valores em euros

49



50



Composição da despesa, por unidade orgânica - 2023

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes			Despesas de Capital	TOTAL	
	Despesas com Pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Outras Despesas			
Administração Autárquica	956 150	8 559 900	3 166 850	12 682 900	2 542 900	15 225 800
Departamento de Administração Geral e Financeira	1 701 000	166 400	-	1 867 400	185 500	2 052 900
Departamento de Serviços e Obras Municipais	3 672 600	4 852 800	9 600	8 535 000	17 804 200	26 339 200
Divisão de Promoção Económica e Turismo	492 400	600 000	77 300	1 191 000	5 600	1 196 600
Departamento de Intervenção Social	4 691 400	1 612 100	780 500	7 260 600	95 500	7 356 100
TOTAL	11 513 550	15 791 200	4 034 250	31 536 900	20 633 700	52 170 600

Valores em euros

51

Previsão das Grandes Opções do Plano para 2023

Descrição	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)			Plano Plurianual de Atividades Municipais (PAM)			Grandes Opções do Plano (GOP's)		
	Dotações Iniciais		Var. %	Dotações Iniciais		Var. %	Dotações Iniciais		Var. %
	2022	2023		2022	2023		2022	2023	
FUNÇÕES GERAIS	1 073 100	962 100	-10,3%	471 500	581 500	23,3%	1 544 600	1 543 900	-0,1%
Serviços gerais de administração pública	747 100	368 300	-50,7%	500	500	0,0%	747 600	368 800	-50,7%
Segurança e ordem públicas	326 000	593 800	82,1%	471 000	581 000	23,4%	797 000	1 174 800	47,4%
FUNÇÕES SOCIAIS	13 445 200	15 546 100	15,6%	1 363 000	1 779 900	30,6%	14 808 200	17 326 000	17,0%
Educação	695 200	697 000	0,3%	140 500	320 800	128,3%	835 700	1 017 800	21,8%
Saúde	-	-	-	19 000	34 000	78,9%	19 000	34 000	78,9%
Segurança e ação sociais	-	-	-	297 500	397 600	33,6%	297 500	397 600	33,6%
Habituação e serviços colectivos	5 544 400	4 357 300	-21,4%	582 000	507 000	-12,9%	6 126 400	4 864 300	-20,6%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	7 205 600	10 491 800	45,6%	324 000	520 500	60,6%	7 529 600	11 012 300	46,3%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	2 045 000	2 774 100	35,7%	190 000	204 500	7,6%	2 235 000	2 978 600	33,3%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	32 000	1 500	-	86 000	96 000	11,6%	118 000	97 500	-17,4%
Indústria e energia	266 500	35 500	-86,7%	10 000	10 000	0,0%	276 500	45 500	-83,5%
Transportes e comunicações	1 062 500	1 514 000	42,5%	-	-	0,0%	1 062 500	1 514 000	42,5%
Comércio e turismo	684 000	1 223 100	78,8%	23 500	77 000	227,7%	707 500	1 300 100	83,8%
Outras funções económicas	-	-	-	70 500	21 500	-69,5%	70 500	21 500	-69,5%
OUTRAS FUNÇÕES	6 000	3 000	-50,0%	1 235 500	1 863 100	50,8%	1 241 500	1 866 100	50,3%
Transferências entre administrações	-	-	-	1 178 000	1 850 600	57,1%	1 178 000	1 850 600	57,1%
Diversas não especificadas	6 000	3 000	-50,0%	57 500	12 500	-	63 500	15 500	-75,6%
TOTAL	16 569 300	19 285 300	16,4%	3 260 000	4 429 000	35,9%	19 829 300	23 714 300	19,6%



85,62%
(Funções Sociais e Económicas)

52

Projeção estimada da dívida e encargos para o ano de 2022 e 2023

Descrição	Ano de 2022			Ano de 2023			Var. 2022/2023
	Dívida (01.01.2022)	Amortizações	Dívida (31.12.2022)	Dívida (01.01.2023)	Amortizações	Dívida (31.12.2023)	
Empréstimos MPL	2 060 453	327 185	1 733 268	1 733 268	325 108	1 408 160	-18,76%
TOTAL	2 060 453	327 185	1 733 268	1 733 268	325 108	1 408 160	-18,76%

Valores em euros

53

Comparativo da Dívida em 2021 e 2022 (a 30/09)

Descrição	Dívida		Variação	
	30.09.2021	30.09.2022	Valor	%
Empréstimos a médio e longo prazos	2 123 824,28	1 796 639,09	-327 185,19	-15,41%
Fornecedores de investimentos	1 852 387,92	1 892 134,02	39 746,10	2,15%
Fornecedores de investimentos c/c	37 304,22	105 821,20	68 516,98	183,67%
Fornecedores de investimentos com cauções	1 815 083,70	1 786 312,82	-28 770,88	-1,59%
Fornecedores conta-corrente	565 971,64	156 576,19	-409 395,45	-72,33%
Fornecedores c/c	508 385,66	130 931,81	-377 453,85	-74,25%
Fornecedores c/c com cauções	42 836,13	25 644,38	-17 191,75	-40,13%
Fornecedores - faturas em receção/conferência	14 749,85	-	-14 749,85	0,00%
Total com fornecedores com cauções	4 542 183,84	3 845 349,30	-696 834,54	-15,34%
Total sem fornecedores com cauções	2 684 264,01	2 033 392,10	-650 871,91	-24,25%

54

Limite da Dívida total (1 janeiro a 30 setembro 2022)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL /Ent.Part	Dívida total	Dívida total excluindo não orçamentais	Montante em excesso	Margem absoluta	Margem utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
	01/01/2022						
46 448 382	4 811 315	432 208	5 243 523	2 774 976		43 673 406	8 734 681
	30/09/2022						
	4 669 269		4 669 269	2 216 030		44 232 352	8 846 470
							Variação da dívida %
							-20,14%
							Variação do excesso da dívida %
							Margem disponível por utilizar
							9 293 627

Valores em euros

55

576
TRABALHADORES

711
POSTOS DE TRABALHO



56

Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2023



INTERVALO PARA ALMOÇO – Apresentado o ponto 4.3.1 e, quando eram treze horas e dez minutos, foi interrompida a sessão, para almoço, cujo reinício ocorreu, depois de verificada a existência de quórum, às catorze horas e quarenta e cinco minutos, e não tendo havido pedidos de esclarecimento, **fizeram intervenção** os membros Luís Pires (PS), Isabel Ribeiro (PSD), José Castro (CDU) e Júlio de Carvalho (PSD).

Luís Pires – Fez a seguinte intervenção, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“A Europa, Portugal e Bragança, inserem-se numa lógica de funcionalidade hierárquica. Todos entendemos que essa lógica se insere no estabelecimento de um rumo, na definição da estratégia para atingir uma meta alinhada no final do percurso, no estabelecimento de uma metodologia para o percorrer encontrando ferramentas e atores que possibilitem a sua concretização.

Desejavelmente essa operacionalidade deveria obedecer a ciclos de interações e iterações sucessivas no sentido de acolher no agregado o conjunto de especificidades daquilo que é a realidade dos países, das cidades, das populações.

Este é o procedimento. É o saber-se a quais tecnologias ou processos a que se deve recorrer para alinhar com o rumo que se pretende e agir para que todos os recursos sejam investidos e direcionados nesse esforço de redirecionar e avançar. É saber-se intensificar e incentivar os atores a atuarem cumulativamente num rumo comum.

É neste direcionar, neste incentivar, neste dirigir que entram ferramentas como são os orçamentos.

Paula Mota Garcia, coordenadora da equipa de missão na candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura, referiu em novembro de 2022, antes da decisão, que “Quando chegar a 2027, a equipa que está a trabalhar na candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura espera que a cidade tenha uma “voz no contexto nacional e europeu” que não tem hoje. O processo para lá chegar pode ajudar a criar ferramentas preciosas para travar a perda de pessoas que é novidade na história da cidade, mas crónica na região. “A Capital Europeia da Cultura é um enorme desafio””. Um desafio agregador e consentâneo com as políticas plurianuais e necessariamente com os orçamentos gizados pela autarquia.

Estes são de facto posicionamentos de alavancamento civilizacional, baseados no progresso, tendo por base caminhos que é necessário percorrer, com consciência do ecossistema orçamental, sua diversidade e elegibilidade.

Todos entendemos que para sermos escolhidos, para sermos discricionariamente selecionados temos que fazer como refere o povo, isto é colocar-nos a jeito, evidenciar-nos, criar condições para sermos escolhidos.

Só desta forma, como fez Évora, em níveis distintos de responsabilidade, mas organicamente similares, poderemos ter o mel e o leite. E se não sairmos vencedores da contenda, sempre poderemos ser apoiados para de forma paralela concretizar os planos

gizados como sucedeu com as outras cidades que foram ao desafio com posicionamentos e ideias.

Note-se e ressalve-se que isto está muito longe, radicalmente afastado do posicionamento da pedinçice. Sabemos e temos a consciência daquilo que necessitamos, daquilo que queremos das prioridades que entendemos serem ajustadas e como tal o fato de subserviência não assenta nos orgulhosos brigantinos.

Queremos concretizar aquilo a que temos direito e ser contribuintes positivos na evolução civilizacional deste país e da europa, mas acima de tudo com incremento dos patamares funcionais e de conforto da população deste concelho e de forma indissociável da região.

É por isso que entendemos o processo do matadouro, com contornos similares aos dos inglórios esforços na sensibilização de pessoal médico para se deslocar para a ULSNE e que tantas críticas tem suscitado neste fórum em que nos encontramos...e que provavelmente enferma da questão da necessidade de uma atuação supramunicipal, para ajuste de capacidades face à realidade da produção regional, tal como a autarquia referiu: “São os criadores e talhos que decidem onde pretendem abater, sendo condicionados com a capacidade de abate de cada matadouro”.

Mas, cara Assembleia, o que não entendemos é o processo do museu da língua, o descontrolo da intervenção na zona histórica e, ainda que noutra patamar, o “investimento” que garantiu, a quem pagou 12.500 euros, que, na pior das hipóteses, levava uma menção honrosa, e, na melhor, uma mão-cheia de "taças" para currículo político, na gala promovida pelo INTEC.

Falamos de outro patamar, e incluímos o vocábulo “Investimento”, porque consideramos que despender de um budget para promover um “objeto” não é nem despiciendo nem censurável. Importa que o retorno desse investimento seja positivo para a nossa terra, que será sempre a melhor, a mais bela, a mais competente a mais esperançadora e tudo que entendam para a valorizar.

Devemos é ser claros. O processo não pode ser o de valorizar o “currículo político” seja de quem for ou vilipendiar seja quem for. Não podemos apenas usar a política pela política

Cara Assembleia

O nosso papel neste órgão, tem, necessariamente, muito de auditoria política e programática, e como tal não entendemos como pode escapar da mão de um executivo que alardeia o rigor, todo o procedimento de definição, planeamento e execução da obra de intervenção na zona histórica. Saúde-se pelo menos, o bom senso de parar para pensar. De facto, já lá vão os anos em que nesta mesma assembleia se alertou para a desconformidade da intervenção na Trindade Coelho, Serpa Pinto e Largo do Principal, ou General Sepúlveda, tanto para turísticas, como para residentes, poucos, e de idade, se excluirmos os que usam as residências académicas, bem como para viaturas. Ainda me recordo quando colocaram a Trindade Coelho com sentido único, a subir.

Mas meus caros, a mobilidade ajustada a pessoas de menor mobilidade e outros utentes com atenções especiais (carrinhos de bebé por exemplo) passa também por contemplar os estacionamento que não possibilitam a abertura de portas para saída de utilizadores pelo facto de existirem mecos, bancos ou outros obstáculos que impedem a saída desses utilizadores com a viatura estacionada em conformidade.

Sr. Presidente,

Cara Assembleia,

Acreditamos num posicionamento construtivo, na capacidade de dialogar, de olhar nos olhos, sem medos e na consciência do pluralismo e da competência. Mas se existe esta capacidade, esta tolerância, também se exige que na maioria seja feita esta reflexão. Hoje da consciência de quem fala e do grupo que represento não há aversões ideológicas, não há inimigos, há diversidade e pluralidade e na medida do possível, inclusão. A capacidade de uma mente aberta, de inclusão, de valorização, tendo presente a melhoria de vida dos munícipes.

É nesta realidade e fazendo jus à postura de apontar soluções, não somos de críticas vãs, mas temos consciência das capacidades a que podemos deitar mão para propor com detalhe opções válidas, revisitando o posicionamento de evidência para discricionariedade, juntando à sugestão do parque infantil temático, fica hoje, uma outra linha relacionada com a alteração legislativa europeia, que preconiza a criação de um novo organismo europeu, semelhante ao Comité Europeu para a Proteção de Dados: o Comité Europeu para a Inteligência Artificial. Em que, de acordo com o ponto 6 *sobre a proposta de Regulamento sobre a Abordagem Europeia para a Inteligência Artificial*, “Os Estados Membros terão de

designar, a nível nacional uma autoridade de controlo para supervisionar a aplicação e implementação do regulamento”.

As autoridades espanholas, acordaram em setembro iniciar o procedimento para estabelecer a sede física desta Agência, e na segunda-feira 5 de dezembro decidiram que fosse instalada na Corunha.

A Corunha impôs-se às candidaturas de Ourense, Granada, Jerez de la Frontera, Salamanca, Segóvia, Alicante, Barcelona, Guadalajara, Leganes, Palma, ilha de Tenerife e Saragoça. Provavelmente esta cidade reuniu predicados que a levaram a ser selecionada, como seja a chamada Cidade TIC, um polo de inovação digital que será construído nas antigas instalações de sua histórica fábrica de armas. Abrigará um parque industrial, um campus tecnológico e uma incubadora de empresas de Inteligência Artificial, para além da existência da universidade e de um cluster temático de empresas. Essa antecipação passa e muito pela predictividade do quadro a existir num horizonte estratégico e pela capacidade de criar condições para que atores económicos e sociais locais e globais possam contribuir com parte do esforço de progresso. É a inexistência desta ambição coerente com as “core competences” da nossa cidade que não vimos e não antecipamos nos orçamentos que nos são propostos como um contributo, ainda que em unidade incremental, de onde queremos estar daqui a 15 ou 20 anos. O avanço/evolução que temos é o proporcionado pela dinâmica do ecossistema que integramos e menos pela ação de quem tem o dever de encontrar e antecipar os percursos a trilhar. Não podemos permitir que se reduza o país ao status quo demográfico. Isto é tanto um imperativo e obrigação do governo nacional, mas, necessariamente, também uma postura e obrigação local, de assertividade relacional, de magistratura de influência.

Nós temos que ser proativos e temos que incluir todos. Bragança tem pouca gente, e eu gostaria que tivesse muito mais, já alertei em vários fóruns e aqui também para a questão demográfica, que é o maior flagelo que nós temos nos próximos anos e, como tal, quando somos poucos, há que incluir todos, se não os incluirmos não conseguimos fazer avançar esta nossa terra.”

Isabel Ribeiro – *Fez a seguinte intervenção, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:*

“O ano de 2023 será mais um ano de desafios que serão, com toda a certeza, bem-sucedidos. Os últimos anos, especialmente os anos de 2020 e 2021, deram já prova da

resistência, resiliência e da grande responsabilidade dos munícipes de Bragança. Apesar dos desafios e das contrariedades, o município de Bragança continua a ser o município da região Norte, de média dimensão, aquele que apresenta o melhor desempenho económico e financeiro.

Com uma posição financeira robusta, a cada ano que passa, o município tem, não só mantido o equilíbrio financeiro assim como tem melhorado a sua posição tanto a nível da região Norte como a nível nacional.

No que diz respeito aos Documentos previsionais para o ano de 2023 – Grandes opções do plano, orçamento e anexos, o relatório fundamenta a política de gestão orçamental proposta pela Autarquia.

ORÇAMENTO

Prevê-se, para o ano de 2023, um orçamento que totaliza *cerca de* 52.000.000,00 euros, representando um acréscimo de 20,77% face a 2022, com a perspetiva de crescimento do investimento em cerca de 14,9%, *cerca de 15%*, quando em 2022, a estimativa *foi muito menor*. Também se pode ver nos mapas dos orçamentos que a despesa está de acordo com a receita estimada, estando, por isso, previstos os recursos necessários para cobrir as despesas.

Este orçamento dá, também, cumprimento à regra de equilíbrio financeiro, de acordo com o n.º 2 do art.º 40 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), estimando-se um saldo corrente no montante de 7.179.045,00 euros. Da mesma forma se cumpre a regra de que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações de M/L prazo.

De realçar que valor previsto da despesa para 2023, no montante estimado de 57.170.600,00 euros, ainda não inclui o saldo de gerência do presente ano, uma vez que as contas são trancadas, apenas, no final de dezembro de 2022. Tal significa que há rubricas que virão, necessariamente, a ser reforçadas de acordo com as necessidades.

O município espera arrecadar, um total de 52.170.600,00 de euros em receitas, em 2023, destacando-se o crescimento das receitas correntes estimadas em 17,6%, face a 2022, às quais crescem 13.116.000,00 euros em receitas de capital.

RECEITAS

Desagregando as receitas por natureza, estima-se que as receitas correntes representem 74,9% da receita total e que as receitas de capital tenham um peso de 20,8% das receitas totais.

Relativamente às Receitas Correntes, estima-se, tal como já foi referido, que atinjam o montante de cerca de 39 milhões de euros, 42,9% são transferências correntes, 12,7% são provenientes dos impostos diretos e 11,2% são provenientes da venda de bens e serviços correntes, nomeadamente, água, eletricidade e outros. Nos impostos diretos destacam-se, de forma expressiva, o IMI com um peso de 11,1%. Estima-se um crescimento dos impostos diretos de 4,2% que é justificada, sobretudo, pelo aumento do IMT.

Relacionando os impostos municipais estimados com a componente da despesa corrente menos flexível (custos com o pessoal), verifica-se que a taxa de cobertura prevista é de 75,63% para o ano de 2023. Mais um indicador que prova a robustez financeira do município.

De realçar o acréscimo de 7,2% da rubrica “Taxas, multas e outras penalidades” para a qual se estima um valor de 142.900,00 euros que ficou a dever-se essencialmente ao término das medidas implementadas no âmbito da crise pandémica.

DESPESAS

Do lado da despesa, em termos evolutivos, prevê-se um acréscimo da Despesa Total de 27,77%, face a 2022. Este aumento fica a dever-se ao aumento da despesa corrente em 69,4% e ao aumento da despesa de capital em 39,6%.

Ainda, em relação às despesas em 2023, as correntes estimam-se em 31.536.900,00 euros, onde se incluem 11.450.850,00 euros para despesas com pessoal, a rubrica que registou a maior variação em termos relativos (32,2%) face a 2022, ocupando a segunda posição em termos do seu peso no total das receitas correntes. O crescimento desta rubrica fica a dever-se, essencialmente, à admissão de novos trabalhadores e à valorização das carreiras profissionais.

A aquisição de bens e serviços, as transferências correntes, para as quais se preveem aumentos de 50,1% e 23,3%, respetivamente, são, juntamente com as despesas com o pessoal, componentes importantes da despesa total.

Para o ano de 2023, prevê-se um investimento de 20.633.700,00 euros, um crescimento face a 2022 de cerca de 15%. Sendo o investimento público um dos principais instrumentos para dotar de bens públicos a Sociedade Civil, os efeitos serão, certamente, muito positivos e desejáveis, especialmente, os que estão associados à criação de emprego e à melhoria da qualidade de vida dos Bragantinos.

O peso das receitas de capital nas despesas de capital é de 63,57%, pelo que se prevê que uma parte importante das despesas correntes seja convertida em investimento.

Desagregando as despesas pelas unidades orgânicas prevê-se que 82,69% da despesa total seja afeta ao Departamento de Serviços e Obras Municipais, com uma parte significativa a ser direcionada para investimento (34,13%).

Relativamente à proposta plurianual de investimentos para 2023, destacam-se as funções sociais (80,60%) e as funções económicas (14,40%). Nas funções sociais, prevê-se que montante de maior investimento, no montante de 9.700.000,00 euros, seja direcionado para o Museu de Língua Portuguesa, enquanto que, nas funções económicas, o maior investimento, no montante de 2.407.100,00 euros está previsto para a valorização da linha do Tua – troço Bragança e para a ligação transfronteiriça Bragança – Puebla de Sanabria.

DÍVIDA E LIMITE DA DÍVIDA

A dívida total do município tem apresentado uma tendência decrescente nos últimos anos. Para o ano de 2023, prevê-se que essa tendência se mantenha. As dívidas do Município, pelo seu montante, não são causa de preocupação. Assim sendo, e tendo em conta que a dívida registada, à data de 30 de novembro de 2022 foi de 2.216.030,00 euros, adicionalmente, pelo art.º 52, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, consegue-se determinar que o Município fica aquém do limite da dívida total em 9.293.627,00 euros.

Para terminar, o orçamento previsto para 2023, à semelhança do que sucedeu em 2022, continua a ter como centro de atenção o lema “As pessoas, sempre, em primeiro”. Dá primazia a domínios essenciais tais como as funções **Económicas**, onde se destacam,

o Turismo, os Transportes, a Mobilidade, a Agricultura e a Pecuária, e no qual está explícita a preocupação em estimular a economia e a criação de emprego; e **as funções Sociais** onde se destacam a Saúde e a Educação que registam reforços significativos nas dotações iniciais previstas”.

José Castro – Referiu que havia municípios do distrito de Bragança que promoviam reuniões com os forças da oposição para apresentar a proposta do executivo antes da mesma ser aprovada em reunião de câmara, e que a CDU gostaria de contribuir com propostas para melhorar este tipo de documento, mas considerava que, desta forma, os prazos não o permitiam

Referiu, ainda, que, relativamente à análise do documento feita pela CDU, constatavam que continuavam as mesmas políticas que têm vindo a ser seguidas nos orçamentos e grandes opções dos anos anteriores, continuando a contratar empresas para fazer trabalhos que são da competência da Câmara e que deviam ser realizadas pelos seus trabalhadores, evitando, assim, que os trabalhadores de certas empresas fossem explorados, impedindo a precarização.

No que concerne à relação com as freguesias, referiu que deveriam ser parceiras do Município e que considerava que as assembleias de freguesia deviam ser estimuladas para proporem ao Município as suas iniciativas.

Relativamente à água, referiu, também, que não se adiantou nada, e que, apesar de o Executivo, em sessões anteriores da AM, ter dito que era contra a privatização da água, as Grandes Opções continuavam a ser de privatização, tando em alta como em baixa.

Para terminar, e referindo-se à habitação, disse que continuava a existir, por parte do Município, uma estratégia que insistia na subsidiarização de rendas em vez de avançar para a criação de um parque habitacional para acorrer às reais necessidades de habitação que existem na cidade de Bragança. Acrescentou que já deveria ter sido criada a Carta Municipal de Habitação, o que, em coordenação com o PDM, iria permitir haver habitação a preços acessíveis à maioria das famílias.

Júlio de Carvalho – *Quanto à prometida construção do Pavilhão Multiusos*, referiu que, em orçamentos anteriores, estava contemplada, mas que, neste documento, não encontrou nada, pelo que supunha que tinha caído no esquecimento. Referiu, ainda, que,

caso existisse, a Feira da Norça, Norpesca e Norcastanha não teria tido o insucesso que estava a ter.

Relativamente à caça e pesca, referiu que são atividades que trazem riqueza para o Concelho, e que, infelizmente, não eram abordadas no documento, tal como não viu qualquer inovação no que concerne ao Parque Natural de Montesinho, nomeadamente na instalação de parques eólicos, o que seria uma fonte de riqueza para o Concelho.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões que lhe foram formuladas.

Relativamente à questão da água, afirmou que o Município tem tido, sempre, a mesma postura de defesa da garantia de que o serviço de águas era gerido pelo Município de Bragança, garantindo que nunca houve, nem haverá, intenção da privatização do sistema de abastecimento de água. Informou, ainda, que a CIM-TTM estava a negociar com o Ministro do Ambiente para garantir que o referido sistema verticalizado seja gerido pelos municípios.

Quanto às rendas, referiu que o Município gostaria de resolver todos os problemas habitacionais, mas que não havia capacidade financeira para tal, e que a Estratégia Local de Habitação existente ajudaria a resolver esses problemas.

Ao Sr. membro Júlio de Carvalho, respondeu que gostou de o ouvir e que concordava com algumas das coisas que havia dito.

Após análise e discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, doze abstenções e cinquenta e oito votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.

Declaração de voto do membro Luís Pires (PS) – “Nós entendemos duas coisas, primeiro que o orçamento é uma ferramenta, e é uma ferramenta que permite direcionar, condicionar, aliciar, o que entenderem, para prosseguir num determinado rumo. Também entendemos que a vida de uma cidade não se limita, ou não deve ser medida, por aquilo que são os afãs e os anseios da vida individual de cada um de nós, infelizmente é assim, e, portanto, tem que ser feita num horizonte muito maior, e aquilo que nós temos vindo a aprovar, sucessivamente, são orçamentos, primeiro, que, tanto a curto prazo como num prazo mais agregado, pretendem executar aquilo que é um programa que foi sufragado

nas eleições e apresentado pelo Executivo do PSD, que não coincidia em muita parte com aquilo que eram as nossas ideias e, portanto, como tal, não podemos dizer que sim a um documento que pretendeu ir numa direção que não é a direção que nós defendemos. Apelamos, ainda neste sentido e neste posicionamento, para que haja a capacidade de cada um de vós interiorizar aquilo que são as coisas que se vão dizendo nesta Assembleia e que não as percam no futuro, porque há coisas muito interessantes que é o facto... Eu hoje ouvi aqui o Malhão falar em algo muito interessante que já não sei há quantos anos, mas é fácil de ver nas atas, porque estava lá tudo em detalhe, em que nós falávamos aqui da Praça Camões, quando ela foi feita, e aquilo que nós dissemos sobre ela coincide, hoje, em muito, com aquilo que o Malhão esteve aqui a falar, também algumas das coisas, como o multiusos referido pelo Dr. Júlio de Carvalho, quer dizer, nós temos vindo a falar na necessidade de uma instalação que permite dar o salto numa vertente que é a vertente desportiva e cultural também, porque não podemos ter a vicissitude de pensar que esses equipamentos são apenas para uma atividade única, que a nossa cidade e o nosso país não é rico e temos que ser multiatuação, digamos assim. E, portanto, obviamente compreendemos o papel do Executivo, o papel da maioria nesta Câmara, aquilo que peço é que não se esqueçam daquilo que nós dizemos, porque mais tarde vão ver que há muitas coisas que fazem sentido.”

Ponto 4.3.2 – Proposta da Vigésima Segunda Modificação – Quarta Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita; Quarta Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa; Quarta Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e Quarta Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal para o Ano de 2022.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

“I – CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia sete de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz

Silva, Miguel José Abrunhosa Martins e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **“PROPOSTA DA VIGÉSIMA SEGUNDA MODIFICAÇÃO – QUARTA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA; QUARTA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA; QUARTA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E QUARTA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL PARA O ANO DE 2022**-----

----- Pelo Sr. Presidente é presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Administração Financeira: -----

----- “Considerando que, -----

----- 1. O Orçamento, como documento previsional, não deixa de estar sujeito a situações imprevistas decorrentes de mudanças de conjuntura, de calamidades ou de quaisquer outros novos condicionalismos; -----

----- 2. As alterações orçamentais encontram-se reguladas no Sistema de Normalização para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de setembro, e no ponto 8.3.1 (não revogado) do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL); -----

----- 3. O SNC-AP estabelece que as alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial. A alteração orçamental modificativa (anterior conceito de revisão) é aquela que procede à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor; -----

----- 4. A alteração orçamental de anulação ou diminuição consubstancia a extinção de uma natureza de receita ou despesa prevista no orçamento que não terá execução orçamental ou a redução de uma previsão de receita ou dotação de despesa;-----

----- 5. O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, enquadra no seu ponto 8.3.1 – Modificações ao Orçamento, quais as situações em que as mesmas se executam; -----

----- 6. O cumprimento da regra do equilíbrio aludido no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação, deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental. A presente modificação não reflete alteração na repartição da sua natureza corrente e de capital, face à última alteração modificativa; -----

----- 7. Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões; -----

----- 8. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação da revisão orçamental; -----

----- 9. Face ao exposto, apresenta-se a vigésima segunda modificação – quarta alteração modificativa ao orçamento municipal da receita; quarta alteração modificativa ao orçamento municipal da despesa; quarta alteração modificativa ao plano plurianual de investimentos e quarta alteração modificativa ao plano de atividades municipal.-----

----- A proposta agora apresentada, de revisão, tem por base: -----

----- a) Na ótica dos Orçamentos de Receita e de Despesa, anulações no valor de 1.740.000,00 euros derivadas à baixa execução de projetos associados a comparticipação de fundos comunitários; -----

----- b) O Plano Plurianual de Investimentos apresenta, anulações no valor de 1.440.000,00 euros; -----

----- c) O Plano de Atividades Municipal apresenta anulações no valor de 300.000,00 euros. -----

----- Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propõe-se a aprovação da Exma. Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para deliberação da Assembleia Municipal.” -----

----- Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a vigésima segunda modificação - quarta alteração modificativa ao orçamento municipal da receita;

quarta alteração modificativa ao orçamento municipal da despesa; quarta alteração modificativa ao plano plurianual de investimentos e quarta alteração modificativa ao plano de atividades municipal para o ano de 2022, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.” -----

----- **Anexos: I** - Alterações ao Plano Atividades Municipal; **II** - Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos; **III** - Alterações Orçamentais da Despesa; **IV** - Alterações Orçamentais da Receita. -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 07 de dezembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro

II – Anexos:

Anexo I - Alterações ao Plano Atividades Municipal;

Anexo II - Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;

Anexo III - Alterações Orçamentais da Despesa;

Anexo IV - Alterações Orçamentais da Receita.

(Cada anexo é composto por uma página).”

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, três abstenções e sessenta e oito votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.

Não houve declarações de voto.

Ponto 4.3.3 – Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no Ano de 2023.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros.

“CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- «PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA VIGORAR NO ANO DE 2023-----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “I. Enquadramento Legal-----

----- Considerando que, -----

----- a) De acordo com o estabelecido na alínea a) do artigo 14.º no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e o artigo 1.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, ambos os normativos na sua redação atual, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributável dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se encontram situados;-----

----- b) Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do RFALEI, constituem receitas das freguesias o produto da receita do IMI sobre os prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos; -----

----- c) O CIMI estabelece os valores limite, mínimo e máximo, das taxas de IMI a fixar para prédios urbanos em 0,3 e 0,45%, respetivamente (artigo 112.º, n.º 1), cabendo aos municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixar a taxa a aplicar em cada ano (artigo 112.º, n.º 5); -----

----- d) O CIMI estipula, ainda, no n.º 1 do artigo 112.º-A que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio

ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar; -----

----- e) Ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências de Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, fixar anualmente o valor da taxa do IMI, bem como autorizar o lançamento de derramas. -----

----- f) As deliberações da Assembleia Municipal referidas nos considerandos anteriores devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) até 31 de dezembro, para vigorarem no ano seguinte (n.º 14 do artigo 112.º e n.º 2 do artigo 112.º-A, ambos do CIMI). -----

----- II. Dos factos-----

----- Considerando que, -----

----- a) A sustentabilidade financeira do Município pressupõe a capacidade de financiar os compromissos assumidos ou a assumir; -----

----- b) O Município garantirá o bom funcionamento dos serviços (assegurando o criterioso cumprimento dos compromissos com as despesas certas e permanentes), a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, assim como garantir a boa execução dos investimentos em curso;-----

----- c) O Município não aplica derrama às empresas, abdicando de uma receita importante em prol da criação de emprego e fixação de pessoas; -----

----- d) O órgão executivo do Município tem como objetivo continuar a assegurar a implementação de um conjunto significativo de medidas que possibilitem às famílias e às empresas a redução dos custos suportados com o Imposto Municipal sobre Imóveis;-----

----- e) O Município de Bragança, pelo histórico de fixação de taxas de IMI comparando com os valores praticados pelos restantes municípios no país (em 2022 com uma média a rondar, para os municípios capitais de distrito, os 0,348%), tem fixado valores mais baixos;

----- f) Relativamente à taxa máxima permitida por Lei, e com base nas liquidações do ano de 2021, o Município de Bragança estima prescindir de cobrar: -----

----- f.1. Em 2022, cerca de 2,2 milhões de euros ao fixar a taxa em 0,30% (a mínima permitida por Lei), firmando-se a taxa máxima nos 0,45%;-----

----- f.2. Em 2023, com a proposta de manutenção da taxa do IMI nos 0,30%, conjugada com a dedução fixa em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar, o Município de Bragança irá prescindir de cobrar aproximadamente 2,27 milhões de euros, fixando-se a taxa máxima permitida por Lei nos 0,45%.-----

----- III. Proposta-----

----- 1. Que a Câmara Municipal delibere a fixação, a vigorar no ano de 2023, de uma taxa de imposto municipal sobre imóveis de 0,3% para os prédios urbanos, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 e no n.º 5 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- 2. Propõe-se, ainda, e para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 112.º-A do mesmo código, que seja deliberada uma redução da taxa do IMI atendendo ao número de dependentes que compõem os agregados familiares, conforme a seguir se indica:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

----- Assim e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, conjugados com o n.º 5 do artigo 112.º e o n.º 1 do artigo 112.º-A, ambos do Decreto-Lei n.º 287/2003, 12 de novembro, na sua redação atual, as presentes propostas deverão ser submetidas para deliberação da Assembleia Municipal.” -----

----- Deliberado, por unanimidade, aprovar as propostas apresentadas, bem como submetê-las para deliberação da Assembleia Municipal.”»-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 06 de dezembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro”

O Sr. **Presidente da Câmara**, fornecendo esclarecimentos adicionais, referiu que a proposta é igual àquela que tem sido apresentada pelo Município desde o ano de 2016, taxa mínima, 0,3%, e que concede desconto direto de 20, 40 e 70 euros para as famílias que tenham agregados familiares compostos por 1, 2, 3 ou mais descendentes, respetivamente.

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.

Não houve declarações de voto.

Ponto 4.3.4 – Majoração e Minoração da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a Prédios Urbanos Degradados.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

“I - CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- «MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS APLICÁVEL A PRÉDIOS URBANOS DEGRADADOS -----

----- Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Urbanismo: -----

----- “A nível nacional, verifica-se que os centros urbanos das cidades portuguesas se encontram, na sua maioria, em estado de avançada degradação das condições de habitabilidade, de salubridade, de estética e de segurança.-----

----- De igual modo, o panorama social dos centros urbanos é pouco apelativo, na medida em que a população que aí vai residindo está maioritariamente envelhecida, sem poder de compra e, conseqüentemente, sem possibilidade de reabilitar as suas habitações e dinamizar o comércio local. Estas zonas, outrora zonas nobres das cidades, deixaram de o ser, constituindo, hoje em dia, um verdadeiro problema urbanístico e social. A degradação urbanística e social é visível no mau estado de conservação dos edifícios públicos e na ausência de funcionalidade dos mesmos, na fraca qualidade do comércio existente e no incipiente e degradado património habitacional, onde a iniciativa privada não tem capacidade de fixação de comerciantes e residentes, limitando-se os centros urbanos a serem locais de passagem durante o dia e vazios urbanos durante à noite. -----

----- No entanto, o Município de Bragança, atento a esta realidade, tem vindo a, progressivamente, tomar medidas, no sentido de inverter esta tendência.-----

----- Assim, num compromisso de intervenção para a revitalização do núcleo histórico, tem feito um enorme esforço ao nível da renovação de todas as infraestruturas, pavimentos e mobiliário urbano; saliente-se, também, o investimento realizado na Cidadela na reabilitação de coberturas e fachadas e a reabilitação de imóveis de referência no centro histórico e a construção/reabilitação de outros, nomeadamente o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, o Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, a Casa da Seda, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, o Forno Comunitário, o Centro Ciência Viva, o Centro de Interpretação da Cultura Sefardita, o Memorial Sefardita, a Delegação Distrital da Ordem dos Engenheiros, duas residenciais de estudantes, que acolhem cerca de 40 estudantes, e um edifício destinados a associações. Mais quatro edifícios adquiridos pelo Município, sofreram intervenções de reabilitação, sendo um deles vocacionado a residência de estudantes, promovendo o incremento no acolhimento de residência estudantil, e outros três destinados a serviços: Direção de Finanças e Delegação Aduaneira, Centro de Inovação Jurídica e Centro de Respostas Integradas. Estão, também, em fase de intervenção dois edifícios destinados a acolher o Centro Municipal de Proteção Civil, sendo um edifício destinado a sala de reuniões e sala de operações e de comando do Serviço Municipal de Proteção Civil, e o segundo edifício destinado a acolhimento de desalojados em caso de catástrofe.-----

----- O Município tem vindo, assim, a responder de forma positiva no compromisso de intervenções do domínio municipal às iniciativas destinadas a incentivar e dinamizar ações de reabilitação urbana, numa operação sistemática, no âmbito de reconstrução de edifícios que se destinam a equipamentos de uso público, incluindo residências para estudantes, de

acordo com o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto. -----

----- No âmbito do citado diploma, a Câmara Municipal promoveu também a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) abrangendo a área do núcleo urbano, incluindo o perímetro do Plano de Pormenor da Zona Histórica I, tendo sido ampliada em 2022, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público, que articule e alavanque o investimento privado associado. -----

----- De igual forma, o Município tem vindo a conceder benefícios aos proprietários de imóveis na aplicação de redução de taxas urbanísticas, em 50% no perímetro da área designada por Zona Histórica II, e em 100% no perímetro da Zona Histórica I, isentando o pagamento de taxas urbanísticas, nos termos do artigo H/18.º do Código Regulamentar do Município de Bragança. -----

----- Ao nível da iniciativa privada, verificam-se boas iniciativas de investimento na requalificação e valorização do património edificado, através da realização de obras de conservação, reabilitação e reconstrução de imóveis em curso, devidamente licenciados, na renovação habitacional e oferta de espaços destinados a comércio.-----

----- Considerando que há edificações que debilitam a imagem urbana dado o seu estado de elevada degradação, não cumprem satisfatoriamente a sua função, fazendo perigar a segurança de pessoas e bens, que no âmbito do levantamento efetuado pelos serviços da Divisão de Urbanismo, relativamente à atualização de novas situações de imóveis degradados, identificados em planta de cadastro (anexo II), que no conceito de degradação se baseou nos seguintes critérios: -----

----- - Beirais e coberturas em estado de ruína total ou parcial; -----

----- - Paredes em derrocada total ou parcial das fachadas; -----

----- - Ausência total ou parcial de caixilharias. -----

----- Considerando como necessária a penalização dos proprietários que abandonam os seus prédios não promovendo a sua conservação, recuperação e reabilitação e, por isso, prejudicam a imagem urbana do conjunto. -----

----- Considerando que o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação dada pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, prevê, no n.º 8 do artigo 112.º dos já citados diplomas, a majoração até 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados.-----

----- Propõe-se que, e em conformidade com o n.º 8 do artigo 112.º dos referidos diplomas, seja majorada em 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados conforme listagem (anexo I) e planta de cadastro (anexo II), bem como solicitar ao Serviço de Finanças a atualização do valor patrimonial tributário relativo aos prédios identificados.

----- Considerando, também, ser justo que, para os proprietários de imóveis que venham a ser intervencionados com obras de beneficiação, das quais resulte reavaliação do valor patrimonial, os mesmos sejam beneficiados, através da minoração do IMI. -----

----- Considerando que a área definida no Plano de Pormenor da Zona Histórica I é a área urbana mais representativa em termos patrimoniais e com mais constrangimentos em termos de uso. -----

----- Assim, propõe-se: -----

----- Em conformidade com o n.º 6 do artigo 112.º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação dada pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, seja minorada em 30% a taxa a aplicar aos prédios que venham a ser intervencionados com obras de beneficiação, dentro da área definida pelo Plano de Pormenor da Zona Histórica I e áreas urbanas das freguesias rurais, das quais resulte reavaliação do valor patrimonial, apresentados anualmente em lista própria com base nos alvarás de utilização emitidos pela Câmara Municipal. -----

----- Que os prédios objeto de minoração da taxa de IMI, relativamente aos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 sejam os constantes da listagem (anexo III) e planta de cadastro (anexo IV). -----

----- Os prédios que vinham a beneficiar da minoração do IMI desde o ano de 2018, cessaram a manutenção deste incentivo, conforme proposta apresentada em Reunião de Câmara de 27 de novembro de 2017, submetida e aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal a 15 de dezembro de 2017. -----

----- Aos prédios que beneficiaram da minoração do IMI a partir do ano de 2019, está previsto ainda a manutenção deste incentivo até ao corrente ano, conforme proposta apresentada em Reunião de Câmara de 14 de setembro de 2018, submetida e aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal a 24 de setembro de 2018. -----

----- Aos prédios que beneficiaram da minoração do IMI a partir do ano de 2020, está previsto ainda a manutenção deste incentivo até ao ano de 2023, conforme proposta apresentada em Reunião de Câmara de 9 de setembro de 2019, submetida e aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal a 25 de setembro de 2019.-----

----- Aos prédios que beneficiaram da minoração do IMI a partir do ano de 2021, está previsto ainda a manutenção deste incentivo até ao ano de 2024, conforme proposta apresentada em Reunião de Câmara de 26 de outubro de 2020, submetida e aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal a 21 de dezembro de 2020.-----

----- Aos prédios que começaram a beneficiar da minoração do IMI a partir do corrente ano, está prevista a manutenção deste incentivo até ao ano de 2025, conforme proposta apresentada em Reunião de Câmara de 22 de novembro de 2021, submetida e aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal a 22 de dezembro de 2021.-----

----- Os prédios objeto de identificação e que foram submetidos a obras de beneficiação dentro da área definida pelo Plano de Pormenor da Zona Histórica I e áreas urbanas das freguesias rurais, das quais resultou reavaliação do valor patrimonial e respetiva emissão dos alvarás de utilização, no período compreendido entre setembro de 2021 e setembro de 2022, devem, à semelhança dos anos anteriores, ser beneficiados com este incentivo pelo período de 4 anos. Desde o início da aplicação desta medida, em 2008, já beneficiaram deste incentivo 241 imóveis.-----

----- Mais se informa que o acréscimo de receita obtido da majoração da taxa de IMI nos prédios degradados é de 2.222,69 €, e o decréscimo de receita resultante da minoração da taxa de IMI de prédios reabilitados estima-se em 1.328,16 € (valor não definitivo, uma vez que nalguns casos o valor patrimonial ainda não se encontra atualizado). A presente proposta corresponde, assim, a um acréscimo de receita para o Município de 894,53 € em 2023. -----

----- Assim sendo, propõe-se submeter a presente proposta para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma, e n.ºs 7 e 8 do artigo n.º 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação dada pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro.” -----

Intervenção do Sr. Vereador, João Pinheiro: -----

----- Pelo Sr. Vereador foi referido que “Além de estarem degradados, constituem um perigo e risco, pondo em causa a segurança das pessoas que junto a esses edifícios transitam. A majoração, nestes casos, até deveria ser superior.” -----

----- Deliberado por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter, para deliberação, da Assembleia Municipal.”»-----

----- **Anexos: I** – Majoração - Listagem; **II** – Majoração - Planta de Cadastro; **III** – Minoração - Listagem; **IV** – Minoração - Planta de Cadastro. -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 06 de dezembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro”

II - Anexos:

I – Majoração - Listagem;

II – Majoração - Planta de Cadastro;

III – Minoração - Listagem;

IV – Minoração - Planta de Cadastro.

(cada anexo é composto por uma página)”

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, zero votos de abstenção e setenta votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.

Declaração de voto do membro José Castro (CDU) – “Muito obrigado Sra. Presidente. Para relembrar que, tal como no ano passado, e, aliás, em coerência, continuamos sem saber, exatamente, quais são as consequências desta majoração e minoração, naturalmente que é uma preocupação para nós, porque sabemos que muitos dos prédios que estão degradados é por insuficiência financeira dos seus proprietários. É uma medida que é aplicada de uma maneira cega, não sabemos que, se, de facto, estamos a penalizar alguém que, realmente, está a apostar na especulação imobiliária, ou se, de

facto, são pessoas necessitadas que não têm, realmente, capacidade para recuperar o seu património, neste caso de imóveis.”

Ponto 4.3.5 - Apoio Financeiro às Freguesias – Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

“CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, aprovada em minuta, e com a presença Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- “APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS – REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS E LARGOS NAS ALDEIAS-----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça; -----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão; -----

----- 6. Estas propostas de apoios financeiros enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do Concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, nomeadamente ao nível da mobilidade, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

----- 7. A concessão destes apoios financeiros, a efetuarem-se, devem ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhes estão associadas; -----

----- 8. No caso em concreto, que vai ao encontro das necessidades reais da população, que contribui para o desenvolvimento integrado do Concelho e para a melhoria da mobilidade e da qualidade de vida dos cidadãos, propõe-se: -----

----- - Apoio financeiro à **União das Freguesias de Parada e Faílde** para as obras de calcetamento da Rua da Carrilada, em Parada, no montante de 12.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 2948/2022); -----

----- - Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Nogueira** para calcetamento de um troço da Rua do Couto, em Nogueira, no montante de 8.500,00 euros (proposta de cabimento n.º 2949/2022); -----

----- - Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Donai** para calcetamento do caminho do jogo dos paus, em Donai, no montante de 16.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 2950/2022); -----

----- - Apoio financeiro à **União das Freguesias de Castrelos e Carrazedo** para construção de muros envolventes ao centro de convívio de Alimonde, no montante de 10.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 2951/2022). -----

----- A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2022, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 16/2018 – Apoio na

requalificação das ruas e largos nas aldeias, estando, em 22.11.2022, com um saldo disponível para cabimento de 184.395,84 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 18.888.720,19 euros. -----

----- Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propõe-se a aprovação dos supracitados apoios financeiros, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, do mesmo diploma legal.” -----

----- Deliberado, por unanimidade, aprovar as referidas propostas, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.” -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 06 de dezembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro”

Não houve pedidos de esclarecimento.

Intervio o membro José Castro (CDU) para referir que a CDU, em coerência com a postura que tem vindo a adotar, não concordava com a relação que existia entre o executivo municipal e o executivo das freguesias, no que dizia respeito ao pagamento das faturas das obras, porque entendia que as freguesias, como autarquias que são, deviam ter um apoio diferente, que lhes desse mais capacidade de intervenção e de autonomia, para projetar o seu futuro com base nos anseios das suas populações.

Terminou, dizendo que a CDU, neste ponto, iria votar contra, bem como nos dois pontos seguintes.

De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, zero abstenções e setenta votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.

Não houve declarações de voto.

Ponto 4.3.6 – Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Construção e Requalificação de Centros de Convívio.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

“CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, aprovada em minuta, e com a presença Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- “APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS – APOIO À CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE CENTROS DE CONVÍVIO -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça; -----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão; -----

----- 6. Esta proposta de apoio financeiro enquadra-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do Concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

----- 7. A concessão deste apoio financeiro, a efetuar-se, deve ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhe estão associadas; -----

----- 8. No caso em concreto, que irá contribuir para a requalificação de um espaço que permitirá melhores condições de usufruto, nomeadamente, conforto, para a realização de atividades recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas, com participação ativa da respetiva população, propõe-se: -----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Castrelos e Carrzedo** a conclusão das obras do Centro de Convívio de Alimonde, no montante de 9.900,00 euros (proposta de cabimento n.º 2952/2022). -----

----- A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2022, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 10/2018 – Apoio à construção e requalificação de Centros de Convívio (Freguesias), estando, em 22.11.2022, com um saldo disponível para cabimento de 192.180,72 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 18.888.720,19 euros. -----

----- Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propõe-se a aprovação do supracitado apoio financeiro, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, do mesmo diploma legal).” -----

----- Deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.” -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 06 de dezembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro”

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, zero votos de abstenção e setenta votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.

Não houve declarações de voto.

Ponto 4.3.7 – Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Realização de Feiras e Certames.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

“CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, aprovada em minuta, e com a presença Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- “APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS – APOIO À REALIZAÇÃO DE FEIRAS E CERTAMES -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade;

desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça; -----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão; -----

----- 6. Estas propostas de apoio financeiro enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do concelho de recursos necessários para a dinamização das mesmas, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

----- 7. A concessão destes apoios financeiros, a efetuarem-se, devem ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhe estão associadas; -----

----- 8. No caso em concreto, que irá dinamizar o setor local, propõe-se: -----

----- - Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de São Pedro de Sarracenos** para ajuda na comparticipação das despesas da XX Feira das Cebolas, no montante de 1.500,00 euros (proposta de cabimento n.º 2953/2022); -----

----- - Apoio financeiro à **União das Freguesias de Parada e Faílde** para ajuda na comparticipação das despesas da Feira de Artesanato e dos Produtos Regionais de Parada, no montante de 3.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 2954/2022).-----

----- A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2022, na rubrica 0401|04050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 34/2018 – Apoio à realização de Feiras e Certames, estando, em 22.11.2022, com um saldo disponível para cabimento de 14.336,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 18.888.720,19 euros. -----

----- Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propõe-se a aprovação dos supracitados apoios financeiros, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do mesmo diploma legal).” -----

----- Deliberado, por unanimidade, aprovar as referidas propostas, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.” -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 06 de dezembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro”

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, zero votos de abstenção e setenta votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.

Não houve declarações de voto.

Ponto 4.3.8 – Proposta de Atribuição de Apoios para Melhorias Habitacionais em Zona Rural e Urbana – 2022 (2.ª Fase).

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

“I - CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs. Vice-Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, e Vereadores, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Fernanda Maria Fernandes Moraes Vaz Silva e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **“PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA MELHORIAS HABITACIONAIS EM ZONA RURAL E URBANA – 2022 (2.ª Fase)**-----

----- Pelo Sr. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Ação Social e Saúde: -----

----- “Considerando que: -----

----- A Constituição da República Portuguesa estipula no artigo 65.º, ponto 2, alínea d), que o Estado deve “Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução”, bem como de acordo com o artigo 72.º, ponto 1, “As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.”; -----

----- Nas competências das autarquias (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual), destaca-se que a habitação é também central na sua atuação de acordo com o Capítulo III (Município), Secção I (Atribuições), artigo 23.º, ponto 2, alínea i), bem como através da função de “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”, conforme Capítulo I, Secção II, Subsecção I, artigo 25.º, ponto 1, alínea j); -----

----- A Câmara Municipal de Bragança definiu que “A ação do Município orienta-se para o conhecimento atualizado da realidade social de cada uma das freguesias e procura estar atenta às necessidades, preocupações e interesses das pessoas. Apostando na qualidade e progressiva adequação das respostas às necessidades dos munícipes, procurando a coesão social e o apoio às famílias em situação de maior vulnerabilidade (...)”;-----

----- O papel das Juntas de Freguesia na identificação, caracterização e intervenção social tem sido fundamental para a “A realização de programas, projetos e atividades que privilegiam a cooperação institucional”, permitindo construir parcerias para a resolução mais urgente das famílias mais necessitadas; -----

----- A estratégia do Município encontra-se em articulação com a estratégia da CIM-TTM (Terras de Trás-os-Montes - Comunidade Intermunicipal), que definiu 3 eixos prioritários sendo um deles o desenvolvimento rural apostando também na vertente de “Apoiar a inclusão social, com vista à diminuição da pobreza e criação de emprego”;-----

----- A aposta do município na área social também encontra eco no Plano Estratégico do ZASNET que definiu uma ação com o acrónimo ZASNET Sénior (Promoção do Envelhecimento Ativo) que visa “Apoiar a implementação de iniciativas e de políticas públicas que promovam a melhoria da qualidade de vida da população idosa transfronteiriça, estimulando o envelhecimento ativo e valorizando as suas competências em diferentes domínios (económico, social, cultural, desportivo, etc.)”;-----

----- Nas recomendações do documento “Caracterização da Terra Fria do Nordeste Transmontano 2013, na parte Demografia/Caracterização socioeconómica - DOSSIER 2” estabelece como prioridade a “Requalificação dos aglomerados rurais proporcionando-lhes condições que permitam a fixação das populações, por exemplo através de incentivos à reabilitação do edificado em áreas rurais”; -----

----- A Rede Social de Bragança (CLAS-Bragança) definiu em 2019, na atualização do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Bragança, no âmbito do Eixo 4 – Inovação e Qualificação dos Equipamentos e Respostas Sociais (em sintonia com o Eixo 3 do POISE): “Promover o acesso à habitação condigna; Aumentar o número de intervenções de beneficiação de imóveis degradados nas freguesias urbanas e rurais do concelho de Bragança; Aumentar o número de intervenções de beneficiação de imóveis (particulares e bairros sociais municipais), prioritariamente em grupos sociais de elevado risco (famílias com crianças e idosos; deficientes e com incapacidades”;

----- No concelho de Bragança, persistem grupos sociais vulneráveis que permanecem expostos a diferentes formas de pobreza e exclusão social decorrentes dos fracos rendimentos auferidos e das baixas prestações sociais que atualmente beneficiam; -----

----- As prioridades de intervenção social centram-se em grupos de risco que incluem: as pessoas idosas (fracos recursos económicos, montantes baixos das pensões, isolamento e desintegração familiar); as famílias monoparentais; as famílias dedicadas à agricultura de subsistência (fracos retornos da atividade agrícola tradicional e familiar não remunerada); os grupos minoritários alvo de exclusão social (etnias ou grupos culturais alvo de acumuladas formas de estigma e exclusão); as pessoas portadoras de deficiência (fraca empregabilidade; forte dependência face a terceiros e baixos valores das pensões); os desempregados de média e longa duração (fracos recursos económicos e fracas prestações sociais); as pessoas empregadas com fracos níveis de qualificação e de instrução (remunerações mais baixas e exposição a trabalho precário); as pessoas empregadas na economia informal (não declaradas, sem proteção social, mercado de

trabalho oculto e precário); as pessoas ou famílias com elevados níveis de endividamento (redução drástica do rendimento disponível para as funções familiares essenciais). -----

----- A Estratégia Local de Habitação do Município de Bragança, aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 09 de novembro de 2020 e em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2020, estabelece as prioridades do Município em matéria de acesso à habitação condigna, constituindo-se como um documento estratégico municipal em matéria de habitação, cumprindo o requisito legal constante no artigo 30.º do Decreto-lei n.º 37/2018, de 04 de junho, na sua redação atual. Este documento identifica e apresenta um conjunto coerente de soluções habitacionais no contexto das necessidades mais urgentes do concelho. -----

----- No entanto, persistem situações de exceção e de evidente emergência social que devem ser atendidas de forma célere e de acordo com os princípios que presidiram à atribuição dos apoios a melhorias habitacionais nos últimos anos. -----

----- Desta forma, mantendo a estratégia de cooperação com as Juntas de Freguesia nos últimos anos, dirigida para o constante reforço das intervenções no domínio das melhorias das condições habitacionais de públicos vulneráveis, identificamos a necessidade de intervir urgentemente em vários casos priorizados (beneficiários RSI/PSI, agregados com elementos portadores de doenças crónicas/incapacidades atestadas, idosos com baixas pensões, desempregados de longa duração e pessoas em situação de grave condição habitacional), constantes do quadro em anexo ao respetivo processo.-----

----- O n.º 1 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, estabelece que “constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias”, pelo que se mantém a aposta no apoio financeiro às Juntas de Freguesia para, em esforço de concertação e colaboração, tornarmos mais célere e próxima a atuação no domínio das melhorias habitacionais das famílias mais carenciadas do concelho de Bragança, melhorando os seus níveis de conforto e bem-estar. Este apoio abrange três agregados familiares residentes na zona rural. -----

----- Propõe-se, assim, que seja autorizada a atribuição de um apoio financeiro global de 10.826,84 € (atividade do PAM n.º 14/2018, rubrica 0504/08050102 – Transferências de Capital – Freguesias e com a proposta de cabimento n.º 2776/2022) para realização de obras de melhorias habitacionais nas freguesias: -----

----- - **Junta de Freguesia de Nogueira**, no valor de 6.826,84 €;-----

----- **Junta de Freguesia de Sortes**, no valor de 4.000,00 €.-----

----- Os fundos disponíveis ascendem na presente data a 19.773.740,09 €.-----

----- A atribuição deste apoio financeiro enquadra-se na alínea a) do n.º 1 do artigo F-1/4.º - Tipologias de Apoio - “Apoios económicos: para apoio à melhoria da habitação própria permanente quando tenha comprometidas as condições mínimas de habitabilidade”, do Código Regulamentar do Município de Bragança.-----

----- Em conformidade com o previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, - “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações” - a competência para autorizar a presente despesa é da Exma. Assembleia Municipal.” -----

----- Deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.” -----

----- **Anexo:** Quadro Síntese. -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 06 de dezembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro

II - Anexo: Quadro Síntese (uma página)”

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, uma abstenção e setenta e um votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e dois membros presentes.

Não houve declarações de voto.

Ponto 4.3.9 – Serviços de Gestão de Recolha Indiferenciada, Recolha Seletiva, Transporte de Resíduos e Limpeza Urbana nos Municípios da Terra Fria Transmontana - Concurso Público com Publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

“I - CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs. Vice-Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, e Vereadores, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **“SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECOLHA INDIFERENCIADA, RECOLHA SELETIVA, TRANSPORTE DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA NOS MUNICÍPIOS DA TERRA FRIA TRANSMONTANA - Concurso Público com Publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia**-----

----- Pelo Sr. Vice-Presidente foi presente a proposta emanada da Empresa Intermunicipal, Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., com o seguinte teor: -----

----- **«I. Exposição e Motivos - Dos Factos**-----

----- 1. Vão decorridos cerca de 20 anos desde a data de contratação dos serviços de gestão dos serviços de recolha de resíduos urbanos nos municípios integrantes da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Trasmontano, associação que integra os municípios de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais - mais recentemente incluindo ainda o município de Mogadouro que não foi, nem será, parte contratante na prestação de serviços. -----

----- 2. A partir desta premissa, constitui objeto da presente informação/proposta a análise da necessidade de dar outro fôlego a prestação destes serviços que abrangem:---

----- a) Remoção de RSU; -----

----- b) Fornecimento e manutenção de contentores; -----

----- c) Manutenção de contentores; -----

----- d) Lavagem e desinfeção de contentores; -----

----- e) Transporte a Aterro de RSU; -----

- f) Gestão de Ecopontos e Ecocentros; -----
- g) Limpeza urbana, atendendo aos itens: -----
 - i. Limpeza Manual, inclui a recolha de papeleiras; -----
 - ii. Limpeza Mecânica; -----
 - iii. Lavagem de Arruamentos; -----
 - iv. Corte de vegetação;-----
 - v. Monda Química; -----
 - vi. Desinfecção de Papeleiras; -----
 - vii. Desinfecção e Desobstrução de Sumidouros. -----

----- 3. Estes serviços encontram-se a ser prestados pela empresa Ferrovia Services, S.A., ao abrigo de contrato com a duração de 20 anos e termo em maio de 2022, documento onde se encontram reguladas as relações entre as partes contraentes, tendo o mesmo sido objeto de modificação contratual com vista a assegurar a prestação de serviços por motivos de interesse público. -----

----- 4. Não obstante, embora se encontre prevista a possibilidade de prorrogação, foi julgado de boa gestão assegurar uma nova contratação através de procedimento por concurso público que permita o recurso à concorrência com ganhos de eficácia, eficiência e a utilização das mais recentes tecnologias. -----

----- 5. Através do Concurso Público Internacional n.º 2/2020 relativo à contratação de “Serviços de Gestão de Recolha Indiferenciada, Recolha Seletiva, Transporte de Resíduos e Limpeza Urbana nos Municípios da Terra Fria Transmontana”, foi iniciado procedimento pré-contratual para a adjudicação dos serviços até aqui prestados pela FERROVIAL, procedimento que correu os seus termos sem que tenham sido apresentadas propostas, desencadeando a inerente revogação da decisão de contratar.-----

----- 6. As várias empresas de prestação de serviços de recolha de resíduos interessadas no procedimento alegaram que, atendendo às condições atuais de mercado, não se encontravam em condições de apresentar propostas dentro do preço base do procedimento, nomeadamente tendo em consideração os preços atuais dos combustíveis e também os custos associados com o aumento do Salário Mínimo Nacional. -----

-----7. Nesse seguimento foram analisadas internamente as razões invocadas e reformulada a análise custo/benefício elaborada com vista a ponderar o lançamento de novo procedimento pré-contratual. -----

-----8. Chegados a este ponto, entende-se que se mantém como crucial para esta empresa intermunicipal continuar a ter como objetivo principal o desenvolvimento das suas atribuições, dentro das suas diversas competências e no cumprimento estrito das normas e princípios que norteiam a sua atividade. -----

-----9. Após o levantamento junto de cada um dos serviços municipais das necessidades sentidas e dos objetivos a assegurar, a esta direção geral afigura-se ter chegado a hora de equacionar idênticas formas de atuação, com a aspiração de desenvolver ações e procedimentos no sentido das necessidades sentidas serem submetidas à concorrência. -----

----- 10. Aqui chegados, não se poderá negar que o prosseguimento das atribuições por parte desta empresa intermunicipal exigiu um elevado esforço, para além de um know-how técnico e organizativo relevante, tendo sempre em vista a obtenção de ganhos de economia, eficiência e eficácia na gestão das respetivas responsabilidades normais e contingenciais. -----

----- 11. Ora, esta intervenção, que não pode separar-se das regras e princípios de boa gestão, revela-se essencial para assegurar a defesa dos interesses dos municípios que integram a Resíduos do Nordeste, de modo a salvaguardar a prossecução dos princípios da boa gestão, no âmbito da execução das regras contratuais assumidas.-----

----- 12. Tratando-se de contratos de natureza muito específica, torna-se absolutamente necessária a contratação de meios que permitam a melhor execução dos serviços reconhecidos como imprescindíveis, assim como o reconhecimento e implementação de boas práticas de gestão a desenvolver ou implementar por parte da Resíduos do Nordeste.

----- 13. Neste contexto, em matéria de gestão, afigura-se de imperiosa necessidade a contratação de entidade que apresente proposta de reconhecida valência técnica dentro das possibilidades financeiras asseguradas para a prestação de serviços nas áreas acima descritas, justificação aliada à incerteza de potenciais perdas associadas a uma gestão direta. -----

----- 14. Da análise preliminar efetuada às questões contratuais preconizadas e ao tempo que dista da contratação deste tipo de serviços – bem como a experiência resultante

do desfecho do procedimento n.º 2/2020 - afigura-se determinante a abertura à concorrência da contratação de tais serviços através do desenvolvimento de concurso público de natureza internacional pelos valores revistos, entretanto apurados. -----

----- 15. Por conseguinte, cabe à Resíduos do Nordeste a gestão e o acompanhamento direto dos procedimentos e as responsabilidades que resultam do seu objeto social, mas aos seus associados a competência de autorização dos procedimentos de concurso público na esteira de salvaguarda do interesse público envolvido, razão pela qual foi assegurada uma avaliação de custo/benefício de modo a permitir a apreciação destes objetivos. -----

----- 16. Face à crescente complexidade dos problemas enfrentados pelos segmentos deste tipo de atividades, procedeu-se ao reequacionamento da gestão, de modo a determinar a garantia da sustentabilidade económico-financeira, infraestrutural e operacional desta valência, com o propósito de seguimento dentro do mesmo espírito gestor. -----

----- 17. Neste contexto, manifestou-se aconselhável apreciar as opções ao dispor da Resíduos do Nordeste, o que passou pela contemplação da opção pelo sistema de contrato através de concurso público, aberto à concorrência. -----

----- 18. Refira-se ainda que é tido em conta que os serviços de recolha não podem ser interrompidos, devendo ser assegurada a continuidade do serviço em condições técnicas adequadas. -----

----- 19. Na sequência do exposto, é meu entendimento submeter à aprovação do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste a presente proposta no sentido de que seja deliberada a opção de contratação de serviços, por um período de 10 (dez) anos, segundo o entendimento de que é o período que melhor satisfaz os interesses dos municípios, numa perspetiva de melhor economia a médio prazo, modalidade que vai garantir o seu desenvolvimento com entidades privadas que trazem novas iniciativas, novas tecnologias e novas formas de corresponder ao interesse público que lhe está subjacente. -----

----- **II. Exposição e Motivos - Do Direito** -----

----- 20. Na perspetiva da análise factual supra desenvolvida, interessará o cumprimento dos preceitos legais que a lei impõe sobre esta matéria. -----

----- 21. Desta feita, procedeu-se à elaboração de estudo independente sobre a avaliação custo/benefício elaborado tendo em vista os comandos contidos no disposto no artigo 36.º, n.º 3 do CCP, documento na qual a decisão de contratar deve ser sustentada.

----- 22. De acordo com os limites ao valor do contrato previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, e considerando que excede o montante de €214.000,00, de acordo com Regulamento Delegado UE 2019/1828, de 30.10.2019, o procedimento de contratação pública, por concurso público, obriga à publicidade internacional, a assegurar através de Anúncio a publicar nos termos do previsto no artigo 131.º do CCP.-----

----- 23. Não se justifica a adjudicação por lotes, atendendo aos fundamentos constantes nas alíneas a) e b), do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP, concretamente porque as prestações a abranger pelo objeto do contrato a celebrar são técnica e funcionalmente incidíveis, bem como porque por motivos de urgência e por imperativos técnicos ou funcionais, a gestão de um único contrato revela-se mais eficiente para a Resíduos do Nordeste. -----

----- 24. Para efeitos do previsto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi determinado em função de valores obtidos em anteriores procedimentos conduzidos por esta entidade (nomeadamente no contrato celebrado e em vigor com a empresa Ferrovia Serviços, S.A.), bem como de contactos informais com outras entidades que atuam na mesma área de atividade e da consulta à plataforma eletrónica BaseGov, encontrando também apoio no já referido estudo de avaliação custo/benefício elaborada de acordo com o disposto no artigo 36.º, n.º 3, do CCP e a experiência que resultou das declarações apresentadas no âmbito do procedimento n.º 2/2020. -----

----- 25. Atendendo à experiência da Resíduos do Nordeste em anteriores procedimentos semelhantes e à necessidade de se fixar um valor mínimo abaixo do qual a proposta deverá ser considerada não séria e potencialmente lesiva do interesse público, é fixado que, quando o preço ou o custo de uma proposta for inferior a 50% (cinquenta por cento) do preço base, o preço total resultante de uma proposta deverá ser considerado anormalmente baixo, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º do CCP.

----- 26. A fixação de um preço anormalmente baixo prende-se com a necessidade de garantir que a prestação de serviços seja prestada dentro de um patamar mínimo de qualidade para que o serviço decorra com a devida normalidade e foi fixado atendendo à consideração de preços médios obtidos em procedimentos anteriores. -----

----- 27. Interessará, ainda, o cumprimento da legal tramitação processual para o lançamento do procedimento e autorização da despesa através dos órgãos competentes,

a começar pela Resíduos do Nordeste, bem como dos municípios aos quais será prestado o serviço. -----

----- **III. Decisão de Contratar**-----

----- Nesta sequência, submetido à consideração do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., a presente proposta de Decisão de Contratar, a fim de que seja autorizada a contratação e respetiva despesa, associada à necessidade da aquisição de serviços nos termos anteriormente propostos, seguindo-se por esta empresa intermunicipal toda a tramitação processual, em cumprimento dos termos estatutários, propondo-se deliberação sobre os seguintes pontos: -----

----- **A.** Autorizar a escolha do procedimento por Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para a contratação de “Serviços de Gestão de Recolha Indiferenciada, Recolha Seletiva, Transporte de Resíduos e Limpeza Urbana nos Municípios da Terra Fria Transmontana (Municípios de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais)”, pelo preço base de 32.928.947,50 € (trinta e dois milhões novecentos e vinte e oito mil novecentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos) , acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um período de duração contratual de 10 (dez) anos, fixando-se o preço considerado anormalmente baixo quando o preço ou o custo de uma proposta for inferior a 50% (cinquenta por cento) da média das propostas apresentadas pelos concorrentes. -----

----- **B.** Aprovar as peças do procedimento: Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, baseando-se a presente proposta de decisão de contratar no Estudo de Avaliação Custo/Benefício que igualmente se anexa; -----

----- **C.** Indicar os seguintes membros efetivos do júri do procedimento:-----

----- - Luís Miguel Gonçalves Teixeira, Técnico Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., que presidirá; -----

----- - Mário João Afonso Prada, Técnico Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., como 1.º vogal que substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos;-----

----- - Ana Cláudia Ribeiro Afonso, Técnica Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., como 2.º Vogal; -----

----- E os seguintes membros suplentes: -----

----- Bárbara Emília Pires Rodrigues, Técnica Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., 1.º Suplente;-----

----- Luís Carlos Teixeira Torres Vitória, Técnico Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., 2.º Suplente. -----

----- Competirá ao júri nos termos do n.º 1 do artigo 69.º, proceder à apreciação das propostas e elaborar o respetivo relatório de análise, sendo ainda expressamente delegadas competências para solicitar e prestar esclarecimentos aos concorrentes.-----

----- O júri deverá proceder à declaração de inexistência de conflito de interesses, segundo o modelo do anexo XIII ao CCP. -----

----- O júri poderá ser acompanhado e apoiado por serviços de consultoria externa, no âmbito da tramitação e até à contratação. -----

----- **D.** Designar como Gestora do Procedimento a Técnica Superior da Resíduos do Nordeste Ana Cláudia Ribeiro Afonso; -----

----- **E.** Indicar desde já como Gestor de Contrato, com as competências consignadas no artigo 290.º-A do CCP: Luís Miguel Gonçalves Teixeira, a designar na fase de Adjudicação. -----

----- Quanto à despesa, há disponibilidade financeira, encontrando-se a mesma inscrita nos documentos previsionais da Resíduos do Nordeste. -----

----- A presente aquisição de serviços tem o devido enquadramento orçamental na rubrica de subcontratos, encontrando-se prevista para inserção nos planos plurianuais da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.. -----

----- Dado tratar-se de matéria da competência dos órgãos executivos e deliberativos municipais, na medida em que se trata da realização de despesa com a aquisição de bens e serviços com carácter plurianual, e merecendo a concordância do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da Resíduos do Nordeste, a presente proposta, acompanhada dos respetivos documentos anexos, deverá ser submetida a próxima reunião de Câmara de cada um dos municípios envolvidos, seguida de submissão à Assembleia Municipal respetiva, para deliberação e escolha do procedimento e abertura de concurso público internacional, em observância do disposto no artigos 33.º, n.º 1, alínea dd) e ccc) e 25.º, n.º 2, alínea a) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto nos artigos 18.º, n.º 1, alínea b) e 22.º, n.ºs 1 e 6 do Decreto-Lei n.º

197/99, de 8 de junho, cumprindo-se ainda os demais formalismos legais em sede de realização da despesa. -----

----- **IV. Anexos:** -----

----- Constituem anexos do processo os documentos a seguir elencados:-----

----- - Estudo de Avaliação Custo Benefício; -----

----- - Programa de Procedimento;-----

----- - Caderno de Encargos. -----

----- **Proposta para deliberação dos Órgãos Municipais:** -----

----- Face ao exposto, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea dd) e ccc) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, propõe-se que seja deliberado: -----

----- **A.** Autorizar a escolha do procedimento por Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para a contratação de “Serviços de Gestão de Recolha Indiferenciada, Recolha Seletiva, Transporte de Resíduos e Limpeza Urbana nos Municípios da Terra Fria Transmontana (Municípios de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais)”, pelo preço base de 32.928.947,50 € (trinta e dois milhões novecentos e vinte e oito mil novecentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um período de duração contratual de 10 (dez) anos, fixando-se o preço considerado anormalmente baixo quando o preço ou o custo de uma proposta for inferior a 50% (cinquenta por cento) da média das propostas apresentadas pelos concorrentes. -----

----- O valor correspondente à despesa com o serviço a cargo do Município de Bragança é de 21.011.961,40 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, representando 63,81% do total do contrato. -----

----- Tendo em conta que se prevê o início de execução do contrato no mês de julho de 2023, a despesa prevista para esse mesmo ano é de 1.050.584,57 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (proposta de cabimento n.º 2814/2022). -----

----- **B.** Aprovar as peças do procedimento, em anexo ao processo e previamente distribuídas aos Srs. Vereadores, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos,

baseando-se a presente proposta de decisão de contratar no Estudo de Avaliação Custo/Benefício, que igualmente se anexa; -----

----- **C.** Indicar os seguintes membros efetivos do júri do procedimento: -----

----- - Luís Miguel Gonçalves Teixeira, Técnico Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., que presidirá; -----

----- - Mário João Afonso Prada, Técnico Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., como 1.º vogal que substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos; -----

----- - Ana Cláudia Ribeiro Afonso, Técnica Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., como 2.º Vogal; -----

----- E os seguintes membros suplentes: -----

----- - Bárbara Emília Pires Rodrigues, Técnica Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., 1.º Suplente; -----

----- - Luís Carlos Teixeira Torres Vitória, Técnico Superior da Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., 2.º Suplente. -----

----- Competirá ao júri nos termos do n.º 1 do artigo 69.º, proceder à apreciação das propostas e elaborar o respetivo relatório de análise, sendo ainda expressamente delegadas competências para solicitar e prestar esclarecimentos aos concorrentes.-----

----- O júri deverá proceder à declaração de inexistência de conflito de interesses, segundo o modelo do anexo XIII ao CCP. -----

----- O júri poderá ser acompanhado e apoiado por serviços de consultoria externa, no âmbito da tramitação e até à contratação.-----

----- **D.** Designar como Gestora do Procedimento a Técnica Superior da Resíduos do Nordeste Ana Cláudia Ribeiro Afonso; -----

----- **E.** Indicar desde já como Gestor do Contrato, com as competências consignadas no artigo 290.º-A do CCP: Luís Miguel Gonçalves Teixeira, a designar na fase de Adjudicação. -----

----- **F.** Mais se propõe que a aprovação deste processo fique condicionada à celebração de um Contrato de Gestão Delegada com a empresa Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., que regule, além do mais, as necessidades e critérios de financiamento da empresa,

nomeadamente pelo Município de Bragança no respeito do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----

----- **G.** Submeter a proposta à próxima sessão da Assembleia Municipal, em observância do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea a) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ambos na sua redação atual.”» -----

----- Após análise e discussão foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter à Assembleia Municipal para deliberação, nos termos da informação.” -----

----- **Anexos:** Estudo de Avaliação Custo Benefício; Programa de Procedimento; Caderno de Encargos. -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 06 de dezembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro

II – Anexos:

Estudo de Avaliação Custo Benefício (21 páginas); Programa de Procedimento (23 páginas) e Caderno de Encargos (75 páginas)”

O Sr. Presidente da Câmara, como esclarecimento adicional à proposta, recordou que este assunto já havia sido aprovado em sessão da Assembleia, tendo informado que o procedimento que foi lançado, por vinte e quatro milhões de euros, que é a contratação de serviços de recolha de resíduos na Terra Fria, nos municípios de Bragança, Vinhais, Vimioso e de Miranda do Douro, havia ficado deserto e que a proposta mais baixa que se recebeu foi de cerca de trinta e três milhões de euros. Mais informou, que houve necessidade de fazer uma prorrogação de serviços com a empresa que atualmente faz a recolha e de despoletar um novo procedimento concursal. Acrescentou que a proposta agora apresentada será para dez anos e frisou que todos os recursos humanos que estão na atual empresa que presta o serviço, se assim o pretenderem, transitam, diretamente, para a empresa seguinte, sem perda de qualquer direito. Referiu, ainda, que, se houver

alguma proposta, neste concurso, cujo valor seja de mais de 50% abaixo do valor base, não será aceite.

O membro **Luís Pires** (PS) referiu que, se os trabalhadores que vão migrar, obrigatoriamente por contrato, para a nova empresa, são aqueles que entregaram, agora, o aviso de greve, é porque não deviam estar contentes, pelo que seria necessário acautelar as suas condições de trabalho.

Referiu, ainda, que não havia percebido bem se o anterior concurso ficou deserto ou se houve empresas concorrentes.

Acrescentou que, embora pudesse parecer contraditório, quando dizia que os planos agregados tinham que ser num horizonte alargado, considera que, num compromisso a dez anos, para uma empresa, com os valores da inflação que se verificam, teriam que acautelar bem os contratos, tanto para o bem da empresa como das autarquias.

O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu ao pedido de esclarecimentos solicitados, referindo que, no procedimento anterior, houve duas empresas que apresentaram propostas, mas, como eram acima do preço base, foram excluídas.

Quanto ao prazo de dez anos, referiu que havia processos de ajustamento de contratos.

Interveio o membro **José Castro** (CDU), para referir que este processo se arrastava há cerca de um ano e que o valor base, para a prestação dos serviços, agora a concurso, era muito semelhante àquele que as empresas excluídas no primeiro haviam apresentado.

Quanto aos trabalhadores, referiu que, dado que tinham apresentado o pré-aviso de greve, é porque não estavam satisfeitos, e que a CDU entendia que devia ser a Empresa Intermunicipal a executar o serviço e a empregar os trabalhadores, garantindo os seus direitos adquiridos, e não se limitar a abrir concursos, e que, por isso, votava contra.

O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para reiterar que os trabalhadores que quisessem passar, por opção própria, para a nova empresa, teriam todos os direitos e garantias, mesmo ao nível da antiguidade, conferidos ao nível da Segurança Social, não perdendo nada, e que os Municípios estavam muito atentos à realidade dos trabalhadores, e que, por isso, tiveram a preocupação de colocar as devidas cláusulas na proposta, para

que os trabalhadores se sentissem confortáveis quando passam de empresa para empresa.

De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, três abstenções e sessenta e cinco votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e nove membros presentes.

Não houve declarações de voto.

Ponto 4.3.10 - Desafetação de Parcela de Terreno do Domínio Público para o Domínio Privado Municipal, na Zona Industrial das Cantarias à Margem da Circular Interior de Bragança.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

“I - CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Carla Adelaide Sabim dos Santos e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **«DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, NA ZONA INDUSTRIAL DAS CANTARIAS À MARGEM DA CIRCULAR INTERIOR DE BRAGANÇA**-----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação elaborada pela Divisão de Urbanismo: -----

----- “Relativamente ao assunto em epígrafe, a empresa Afonso & Irmãos, Lda., NIPC 500010129, titular do lote 202/203 da Zona Industrial das Cantarias e do lote complementar U, vem solicitar a aquisição ao Município de uma parcela de terreno confinante com o lote

complementar, para complemento e alinhamento do muro da sua propriedade com o troço da Circular Interior de Bragança. -----

----- Analisado o processo, considerando que: -----

----- 1. O lote U se encontra inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Gostei sob o artigo n.º 667 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º 742 da mesma Freguesia, e possui, de acordo com as descrições dos documentos de legitimidade, confrontação a Poente com “logradouro público”; -----

----- 2. O limite do lote U dista do limite da Circular Interior de Bragança cerca de 20 metros; -----

----- 3. O requerente solicita ao Município a aquisição da parcela de terreno, de domínio público municipal, entre o lote U e a Circular Interior de Bragança, para efeito de construção de um muro de vedação alinhado com a referida artéria; -----

----- 4. A vedação de lote confinante com o lote U dista cerca de 5 metros; -----

----- 5. A parcela de terreno em causa não representa qualquer mais-valia ao espaço público existente; -----

----- 6. Existem, no entanto, infraestruturas da rede de águas pluviais. -----

----- Assim, propõe-se a desafetação da parcela de terreno, com a área de 858 m², do domínio público do Município para o domínio privado, com as seguintes condicionantes: --

----- A parcela a alienar destinar-se-á unicamente para alinhamento e complemento de logradouro do lote, sem capacidade construtiva, salvo os respetivos muros de vedação; --

----- O limite da parcela a alienar ficará a 5 metros do limite exterior do passeio da Circular Interior de Bragança, para garantir o acesso e manutenção das infraestruturas da rede de águas pluviais ali existentes. -----

----- Mais se propõe submeter à Assembleia Municipal, para deliberação, a referida desafetação da parcela de terreno, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e para efeitos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual”. -----

----- Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a desafetação da referida parcela de terreno de domínio público para o domínio privado do Município, nos termos propostos e de acordo com as condicionantes constantes da informação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, para deliberação, a desafetação da referida parcela de terreno do domínio público Municipal para o domínio privado do Município, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e para efeitos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.”»-----

----- **Anexos: I** - Levantamento Topográfico; **II** - Planta de Localização.-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 06 de dezembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro

II - Anexos:

I - Levantamento Topográfico;

II - Planta de Localização

(cada anexo é composto por uma página)”

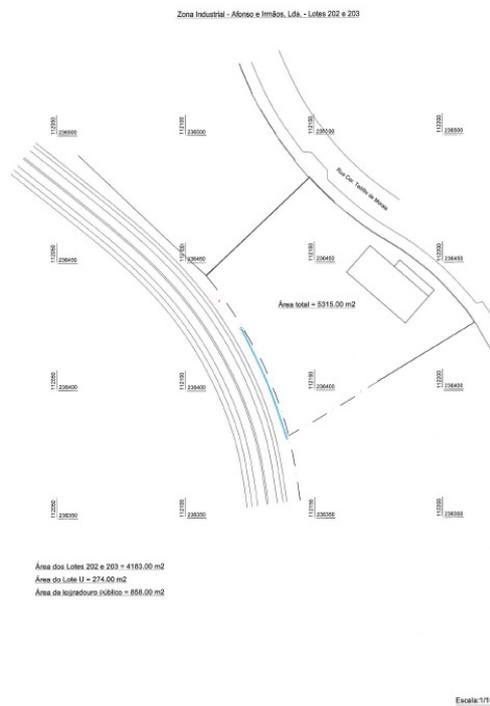
O **Sr. Presidente da Câmara**, como esclarecimento adicional à proposta, referiu que esta parcela de terreno a desafetar não tinha qualquer utilidade para o Município, e que, para ser alienada, tinha que passar para o domínio privado, pelo preço estipulado na tabela de taxas, 08,67€ por metro quadrado, sendo que o valor global a arrecadar pelo Município seria de 7 438,86€, e que a mesma só dava para complemento do lote e não permitia qualquer tipo de construção.

O membro **João Ortega** (PS) colocou algumas questões, tendo por base o Levantamento Topográfico e a Planta de Localização (Imagem 1, projetada, e Imagem 2).

Imagem 1



Imagem 2



Tendo por base a Imagem 1, perguntou se aquela parcela não teria ficado ali esquecida, dado situar-se entre a Zona Industrial e a Circular Interior de Bragança.

Relativamente à Imagem 2, porque a linha azul não vinha legendada, perguntou se a mesma assinalava as infraestruturas existentes e, assim sendo, se estas ficavam fora do muro implantado.

Perguntou, ainda, relativamente à Imagem 1, se o espaço existente entre os dois lotes era um espaço público ou parcela privada correspondendo a outro lote da Zona Industrial.

O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder ao pedido de esclarecimentos solicitados.

Informou que havia uma infraestrutura pública paralela à circular e que ficaria na zona ainda exterior ao muro que vai ser construído na parte a alienar, pelo que não haveria nenhum constrangimento para a ela aceder.

Quanto à questão da parcela confinante, referiu que, de momento, não lhe conseguia responder se era do domínio público ou privado, mas que iria mandar averiguar.

Interveio o membro **João Ortega** (PS) para referir que não são contra a passagem do domínio público para o domínio privado e posterior alienação da parcela, mas entendia que era necessário esclarecer a questão daquele “trapézio” entre os dois lotes, porque ele permitiria a ligação entre a Circular Interior de Bragança e a Zona Industrial, em mais um ponto, sendo que a visão de cidade, defendida pelo PS, tinha por base o conceito de permeabilidade, ou seja, ir de um lado para o outro, com o maior número de possibilidades, quer seja de forma rodoviária, quer pedonal.

Reiterou que, tal como já havia referido aquando da discussão do PAMUS, criticava a opção pela ciclovía na Circular Interna, por ser uma não necessidade, e que a acessibilidade e o percurso ciclável eram questões diferentes, reafirmando que ele era a favor de limitar a velocidade no interior do perímetro urbano em trinta Kms por hora, permitindo uma maior fluidez, ao aumentar a capacidade da via. Acrescentou considerar que a cidade não era feita para os carros, mas que devia ser feita para as pessoas, em primeiro lugar.

Acrescentou que a Circular Interna é, na prática, uma via rápida da cidade, mas sem essa característica, dado que tem, apenas, uma faixa de rodagem em cada sentido, e que a ciclovía ocupa quase 50% da faixa, o que reduzia a funcionalidade e a capacidade da via, aparecendo como uma muralha, e que, na sua opinião, a médio e longo prazo,

deveria ser transformada numa rua efetiva, com diferentes interconexões com o tecido urbano envolvente.

Terminou, referindo que, caso se verifique que o referido “trapézio” é do domínio público, seria possível estabelecer uma ligação entre a Zona Industrial e a Circular Interior.

O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Referiu que notou alguma incongruência naquilo que o Sr. membro José Ortega havia explanado na parte inicial da sua intervenção quando refere que a cidade deve ser feita para as pessoas e, depois, critica o facto de a circular ter uma só faixa em cada sentido.

Acrescentou que, atendendo que o Município não rejeitava financiamentos, como foi o caso para a construção da Circular Interior com a ciclovia, havia que se ajustar a obra às condições exigidas pelo Apoio Comunitário, minorando os impactos negativos que possam ser causados.

Também referiu que entendia a ideia final que o Sr. membro quis transmitir, no entanto, atendendo ao comportamento dos automobilistas, tinha que concluir, que quantas mais conexões existissem com a Circular Interna, mais probabilidades haveria de ocorrerem acidentes.

Terminou, reconhecendo que poderia haver, sempre, oportunidades de melhorias.

De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra do Chega, zero abstenções e setenta votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.

Fizeram declaração de voto os membros João Ortega (PS) e António Anes (Chega).

João Ortega – “O nosso voto foi a favor, porque acho que não havia dúvidas. Desde logo esclareci inicialmente, mas, provavelmente, ficaram muitas dúvidas sobre aquilo que eu disse. Eu diria que nada do que eu disse é contraditório com o que afirmou, mas, se calhar, o que é preciso é esclarecer. Uma via com mais entroncamentos não produz, necessariamente, mais acidentes, uma via com mais entroncamentos leva a uma velocidade menor e, portanto, há, naturalmente, uma maior atenção, e mais, é que, mesmo havendo mais acidentes, o número de acidentes pode, efetivamente, ser maior, mas são

de menor gravidade. Quando eu afirmo “a cidade não é para os carros”, não significa “nós temos carros, temos que viver, temos que viver com eles, é inevitável”, mas significa é que a cidade não deve ser desenhada tendo como prioridade o uso automóvel, a cidade deve ser desenhada tendo como prioridade a utilização da pessoa, do ser humano, é isso que eu quero dizer, posso ter sido mal compreendido. Todas as outras questões, podemos, discuti-las, profundamente, porque eu tenho, profundamente, refletido sobre o assunto e considero que tenho algum saber, pelo menos, se não para afirmar taxativamente, para questionar e, o questionar, levará, certamente, a melhores soluções. Já agora, também gostava de aproveitar para lhe dizer que, sobre a questão da discussão dos projetos, se calhar, temos entendimentos, também, um pouco diferentes, e gostaria de deixar, aqui, um exemplo do que foi um desses processos, foi o que levou à remodelação, não sei se é largo, se é praça do toural em Guimarães, que teve um projeto que foi contestado, a Câmara recuou, foi amplamente discutido, e, dessa discussão, surgiu, na minha opinião, e as opiniões são sempre questionáveis, mas não é só a minha opinião, surgiu uma solução melhor, que é aquela que está, efetivamente, implementada, e não aquela que era a solução inicial. A discussão, na minha opinião, é isso, é levar as pessoas a envolverem-se, levar as pessoas a reflitam e os próprios intervenientes, depois de disso, fazerem a sua reflexão e, então, partirem para a solução final.”

António Anes – “A minha declaração de voto contra teve a ver, exatamente, com o que o Arquiteto Ortega disse, é que, efetivamente, e o Sr. Presidente da Câmara disse, é que não sabem, ainda, em que circunstância está aquela parte, aquela parcela de terreno entre os dois edificadas. Ora, não se sabendo, exatamente, se aquilo pertence ao Município, ou não pertence ao Município, ou o que se poderá fazer ali, ou não fazer ali, daí a minha declaração de voto ser contra por essa razão. Ou seja, havendo já a justificação daquela parcela de terreno, se, eventualmente, é do Município ou se é privado, se é privado, não oferecia dúvidas, o voto seria favorável, mas, como não se sabe, daí a razão de voto contra.”

Ponto 4.4 – Discussão e tomada de conhecimento sobre a constituição e composição do Grupo de Trabalho para a revisão do regimento da Assembleia Municipal de Bragança.

A Sr.ª Presidente da Assembleia, como esclarecimento adicional à proposta, informou que, em resultado do ato eleitoral de 26 de setembro de 2021, resultou uma nova

constituição dos grupos municipais na Assembleia Municipal, tendo havido necessidade de alteração da grelha de tempos. Referiu, ainda, que devido ao tempo pandémico vivido, foi considerado, por questões de saúde pública, que não estavam reunidas as condições para o Grupo de Trabalho, a constituir, reunir com a frequência devida, para alterar o Regimento em vigor. Também informou que a Mesa propôs a constituição de um Grupo de Trabalho, cuja proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Comissão Permanente, o qual será constituído pelos elementos da Mesa e por um representante de cada grupo municipal, indicado pelos srs. líderes.

De seguida, deu conta dos nomes que irão compor o referido Grupo de Trabalho:

Presidente da Mesa - Cristina Fernandes Ribeiro

1.º Secretário da Mesa - João Adriano Rodrigues

2.ª Secretária da Mesa - Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Amaro

PSD - Júlio da Costa Carvalho

PS - Cláudia Beatriz Morais Afonso

Chega - António Cândido Anes

CDU - José Manuel Correia Santos Ferreira de Castro

Representante dos Presidentes de Junta/União de Freguesias - Adriano Augusto Correia Rodrigues.

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

Tomado conhecimento.

Ponto 4.5 – Discussão e tomada de conhecimento das seguintes deliberações da Câmara Municipal de Bragança:

Ponto 4.5.1 – Entidades Participadas – Documentos Previsionais para o Ano de 2023.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

“I - CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia sete de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **“ENTIDADES PARTICIPADAS – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2023**-----

----- Pelo Sr. Presidente e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, são presentes, para conhecimento, os documentos previsionais para o ano de 2023 enviados pela Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark e pela Associação Centro Ciência Viva de Bragança, em observância pelo estabelecido nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e previamente distribuídos aos Srs. Vereadores. -----

----- Mais se propõe que os documentos acima mencionados sejam remetidos à Assembleia Municipal em conformidade com o artigo 9.º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto. -----

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento dos documentos previsionais para o ano de 2023 da Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark e da Associação Centro Ciência Viva de Bragança e deliberou, por unanimidade, remeter os referidos documentos à Assembleia Municipal, nos termos propostos.” -----

----- **Anexos: I** – Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023 do Brigantia Ecopark; **II** - Plano de Atividades e Orçamento 2023 do Centro Ciência Viva de Bragança. -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 07 de dezembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro

II – Anexos:

I – Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023 do Brigantia Ecopark (27 páginas);

II - Plano de Atividades e Orçamento 2023 do Centro Ciência Viva de Bragança (25 páginas).”

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

Tomado conhecimento.

Ponto 4.5.2 – Propostas de Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no Âmbito da Autorização Genérica, conforme Deliberação da Assembleia Municipal em Sessão de 22 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022 (Reuniões de Câmara de: 27 de setembro, 10 e 24 de outubro, 14 e 28 de novembro e 7 de dezembro).

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

“I - CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que: -----

----- 1. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e sete de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Carla Adelaide Sabim dos Santos e Olga Marília Fernandes Pais; -----

----- 2. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Carla Adelaide Sabim dos Santos e Olga Marília Fernandes Pais;

----- 3. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e Olga Marília Fernandes Pais; -----

----- 4. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs. Vice-Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, e Vereadores, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva e Olga Marília Fernandes Pais; -----

----- 5. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins e Olga Marília Fernandes Pais; -----

----- 6. na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia sete de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins e Olga Marília Fernandes Pais; -----

----- se encontram deliberações referentes às Propostas de Isenção de Pagamento de Taxas para o ano de 2022, constantes do mapa anexo. -----

----- Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 22 de dezembro de 2021 e de 30 de junho de 2022, com limites à concessão de isenção ou redução do pagamento de taxas para o ano de 2022 e para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dá-se conhecimento à Exma. Assembleia Municipal.” -----

----- **Anexos:** Mapa das Isenções.-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 07 de dezembro de 2022. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro

II – Anexo - Mapa das Isenções (quatro páginas)”

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

Tomado conhecimento.

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – ASSEMBLEIA:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – MESA:

Presidente – Cristina Fernandes Rodrigues

1.º Secretário – João Adriano Rodrigues

2.ª Secretária – Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro

2 – DEPUTADOS:

Júlio da Costa Carvalho

António Eduardo Fernandes Malhão

António Henrique Venâncio Dias

Isabel Maria Lopes

Maria do Amparo Mendes Alves

Maria Isabel Barreiro Ribeiro

Filipe Osório Caldas

Natividade de Lurdes Gonçalves

Luís Aníbal Rodrigues Martins

Maria João Gonçalves Rodrigues

Paulo Rafael Nogueiro Preto

Maria Eugénia C. Barreira Afonso

Fernando José Barreira Gomes

Gonçalo Miguel Rodrigues Afonso

Susana Maria de Pinho Costa

Joaquim Manuel Cameirão Veiga

Manuel dos Santos V. Machado
Josefina Fátima P. Correia Carneiro
João da Rocha e Silva
António Manuel Afonso Pires *

PARTIDO SOCIALISTA

Luís Carlos Magalhães Pires
Cláudia Beatriz Morais Afonso
João Batista Ortega
Carlos Alberto Martins Alves
Inês Sofia Afonso Pires
Maria Idalina Alves de Brito
Luís Filipe Pires Fernandes
Paulo Alexandre Gonçalves Barreira *
Pedro José Pires Rego *
Miguel Correia Sampaio da Veiga *
Manuel Santos Fernandes *

CHEGA

António Cândido Anes
José Júlio Vaz Pires
Sara de Jesus Pinto Monteiro

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA / UNIÃO DE FREGUESIAS

Alfaião - Luís Venâncio Pereira Carvalho
UF – Aveleda e Rio de Onor – Mário Francisco Gomes
Babe - Bruno Manuel Rodrigues Veiga

Baçal - Luís Filipe Pires de Carvalho
Carragosa - Élio Manuel Moreira Garcia Vaz
UF - Castrelos e Carrazedo – César Luís Gonçalves
Castro de Avelãs - José Vicente Fernandes
Coelhoso – João Paulo da Veiga Matos
Donai - Manuel José Mesquita Rodrigues
Espinhosela - Octávio Manuel Alves Reis
França - Pedro Miguel Afonso
Gimonde - António Manuel Choupina Assares
Gondesende – Ludgero Filipe Martins Afonso
Gostei - Rui Manuel da Costa Gonçalves
Grijó de Parada – Elisabete de Jesus R. G. dos Santos
UF-Izedá, Calvelhe e Paradinha Nova – Rui António Neves Simão
Macedo do Mato - Ramiro Manuel Arrátel
Mós - Anabela Afonso Pereira Rodrigues
Nogueira – António Augusto de Vila Araújo
Outeiro – José Francisco Baptista **
UF-Parada e Faílde - Hervê Pires Gonçalo
Parâmio – Carlos Joaquim Pires Fernandes
Pinela - Alex Olivier Alves Rodrigues
Quintanilha - Bruna Esteves Miranda
Quintela de Lampaças – Maria Fernanda Sobral Castanheiro
Rabal - Jaime Rodrigues Loureiro
UF de Rebordainhos e Pombares – Marta Maria Martins Caminha
Rebordãos - Adriano Augusto Correia Rodrigues
UF de Rio Frio e Milhão - Adriano Augusto Ferreira
Salsas – Pedro Miguel Ramos Zoio
Santa Coma de Rossas – Luís Filipe Verdelho Paula
UF de São Julião de Palácios e Deilão - Altino Francisco Pereira
São Pedro de Serracenos – Humberto José dos Santos
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo - Telmo Ramiro Prada Afonso
Sendas - Maria Antónia Pires
Serapicos - Rui Fernando Pires Caetano
Sortes - José Bernardo Martins Rodrigues
Zoio - Bruno Roberto Fernandes da Silva

FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Manuel Norberto Trindade - Justificada

PARTIDO SOCIALISTA

José Augusto Cidré Moreno - Justificada

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS

Samil -Telmo Ricardo Alves Malhão

(*) – Membro suplente

() – Substituto Legal**

B – CÂMARA

PRESENÇAS

Presidente – Hernâni Dinis Venâncio Dias

Vereadores:

Paulo Almendra Gonçalves Xavier

João Augusto Cides Pinheiro

Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva

Miguel José Abrunhosa Martins

Olga Marília Fernandes Pais

A Sr.^a **Presidente da Assembleia**, antes de encerrar a sessão, deixou a seguinte nota:

Que, no início da sessão, foi dito que a Dr.^a Rosa vinha substituir a D. Luísa, por, brevemente, entrar numa nova etapa da vida, a aposentação. Que não se sabia se ainda estaria presente no exercício de funções na próxima sessão da AM, a realizar de fevereiro, por estar à espera da autorização da CGA, mas que deixava, já, da parte dos membros da Mesa e de todo o Plenário, o reconhecimento e agradecimento pelo excelente trabalho de serviço público que prestou nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, anos de muito trabalho, trabalho de excelência, de dedicação, de empenho, sentido de responsabilidade e de rigor. Referiu, ainda, que, em termos pessoais, foi um privilégio tê-la conhecido e trabalhado com ela.

Esta intervenção mereceu uma salva de palmas do Plenário.

O Sr. **Presidente da Câmara** usou da palavra para reiterar as palavras ditas pela Exma. Sr.^a Presidente da Assembleia.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, às dezassete horas e quatro minutos, e, do que nela se passou, se lavrou a presente ata que, depois de achada conforme, vai ser presente, para discussão e votação, na 1.^a sessão ordinária da AM do ano de 2023, a realizar no dia 03/02/2023, e vai ser assinada pelos membros que constituíram a Mesa, na Sessão de 16/12/2022.

Cristina Fernandes Ribeiro (Presidente) _____

João Adriano Rodrigues (Primeiro Secretário) _____

Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro (Segunda Secretária) _____

NOTA - Nas intervenções escritas, apresentadas pelos membros, encontram-se, escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.